

Câmara Municipal

Reunião Ordinária realizada dia 19 de setembro de 2018 Ata N.º 20

Presidiu esta reunião o senhor José Gabriel Paixão Calixto, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de
Monsaraz
Encontravam-se, ainda, presentes os seguintes membros: senhores Vereadores Élia de Fátima Janes Quintas
Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates e Jorge Miguel Martins Berjand
Nunes
Secretariou a reunião o senhor Nelson Fernando Nunes Galvão
No Salão Nobre dos Paços do Município de Reguengos de Monsaraz, o senhor Presidente da Câmara Municipal
José Gabriel Paixão Calixto, declarou aberta a reunião: Eram 10 horas
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Anterior
O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, em ordem ao preceituado no n.º 2 do artigo
57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros o Regime Jurídico das Autarquias
Locais, efetuou a leitura da ata da reunião anterior e colocou-a à aprovação dos membros presentes A ata
da reunião ordinária ocorrida em 05 de setembro de 2018 foi aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na
referida reunião, em ordem do preceituado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º do Decreto–Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que
aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo Não
participou na votação da sobredita ata o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, en
virtude de não ter estado na reunião a que a mesma se refere
Resumo Diário da Tesouraria
O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, fez presente o Resumo Diário de
Tesouraria n.º 177, de 18 de setembro de 2018, que apresentava um "total de disponibilidades" no montante pecuniário
de €623.104, 67(seiscentos e vinte e três mil, cento e quatro euros e sessenta e sete cêntimos) dos quais € 126.921,74
(cento e vinte e seis mil, novecentos e vinte e um euros e setenta e quatro cêntimos) referem-se a "operações de
tesouraria"

Secção Concelhia do Partido Social Democrata de Reguengos de Monsaraz

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, para dar conta da missiva recebida da Secção Concelhia do Partido Social Democrata de Reguengos de Monsaraz, pela qual era informada a



Câmara Municipal

composição dos novos órgãos diretivos da estrutura, em resultado das eleições internas realizadas no dia 18 de julho de 2018. Prosseguiu no uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, felicitando os órgãos recentemente eleitos e desejando um profícuo trabalho aos novos membros. Por fim, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conta da composição dos órgãos da Secção Concelhia do Partido Social Democrata de Reguengos de Monsaraz: -----

A) Mesa da Assembleia de Secção:	
Presidente: Francisco José Caeiro Janes Ramalho;	
Vice-Presidente: Sérgio Fialho Batista;	
Secretário: José Emílio Lopes Bilé	
B) Comissão Política de Secção:	
Presidente: António Manuel Boto Fialho;	
Vice-Presidente: Matilde Pereira Lopes Capucho;	
Tesoureiro: Rogério Paulo Carujo Carreteiro;	
Secretário: António Henrique Santos Batista;	
1.º Vogal: Rodrigo José Ramalho Paias;	
2.° Vogal: Joaquim Luís Caeiro Neves;	
3.° Vogal: José Ramalho Guerra;	
4.° Vogal: João José Parreira Lopes	
O Executivo Municipal tomou conhecimento.	

Transferência de competências para as autarquias locais

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, para dar conta da missiva recebida, em 3 de setembro de 2018, do senhor Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, sobre o processo de transferência de competências da administração central para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Na referida missiva, é esclarecido que a adesão dos municípios às novas competências só se poderá efetivar após a publicação dos respetivos diplomas setoriais. Esclarece-se, ainda, que as deliberações dos órgãos autárquicos relativamente à opção pelo não exercício de competências em 2019 são extemporâneas e destituídas de qualquer valor jurídico, considerando-se as autarquias locais e as entidades intermunicipais dispensadas da comunicação das referidas deliberações até ao momento em que os diplomas setoriais estabeleçam os termos e os prazos para a concretização da transferência das novas competências ainda em 2019. Prosseguiu, o senhor Presidente da Câmara Municipal, por referir que neste momento os municípios não podem decidir em consciência sobre a transferência de competências, nem têm condições para o fazer, uma vez que não se sabe, com rigor e detalhe, as condições da transferência e o pacote financeiro que lhe está associado. Concluiu, o senhor Presidente da Câmara Municipal, a sua intervenção referindo que esta é uma matéria de extrema importância para a vida das autarquias e que



Câmara Municipal

por isso têm de ser conhecidos os diplomas setoriais e as condições em que a transferência de competências se
efetuará para que os órgãos municipais possam deliberar em consciência O Executivo
Municipal tomou conhecimento
Conferência Mundial de Enoturismo em 2020
Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, para recordar que o
Município de Reguengos de Monsaraz irá acolher no ano de 2020 a Conferência Mundial de Enoturismo, na sua quinta
edição, um evento promovido pela Organização Mundial de Turismo e que reúne especialistas de todo o mundo para
debater o setor do enoturismo. Referiu, ainda, o senhor Presidente da Câmara Municipal, que esta iniciativa será uma
organização conjunta do Estado Português, da Organização Mundial de Turismo e do Município de Reguengos de
Monsaraz, sendo um importante momento para a afirmação do concelho e do seu enoturismo. Referiu, por fim, o senho
Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, que até 2020 terá de ser feito um grande trabalho ad
nível da estruturação da oferta do setor do enoturismo no concelho Tomou a palavra
a senhora Vereadora Marta Sofia da Silva Chilrito Prates para reiterar as palavras de congratulação pela organização
da Conferência Mundial de Enoturismo, que expressou na passada reunião da Câmara Municipal de 19 de setembro
de 2018. Referiu, ainda, a senhora Vereadora Marta Prates, ser de grande importância para o concelho o acolhimento
desta iniciativa e que o PSD de Reguengos de Monsaraz está com ela
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Cerimónia militar comemorativa do Dia da Arma de Cavalaria e do 311.º Aniversário do Regimento de
Cavalaria 3
Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, para informar que esteve
em representação do Município, na cerimónia militar comemorativa do Dia da Arma de Cavalaria e do 311.º Aniversário
do Regimento de Cavalaria 3, que decorreu no dia 16 de setembro de 2018, em Vila Viçosa. Referiu, ainda, o senho
Presidente da Câmara Municipal que da programação das comemorações fez parte o lançamento do livro "Escola
Prática de Cavalaria – Memória (1980-2013)"
O Executivo Municipal tomou conhecimento

Visita do Diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Évora

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, para informar que o senhor Diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Évora, José Ramalho, esteve em visita de trabalho ao concelho de Reguengos de Monsaraz, no âmbito da jornada "Mais Social", onde visitou as instituições particulares de solidariedade



Câmara Municipal

social do	concelho. Pross	eguiu, o se	enhor Pres	sidente da	a Câmara	Municipal,	destacando	a importância	da	visita,
nomeadan	nente ao nível de	esclarecim	entos e do	apoio téc	nico prest	ado às insti	tuições			
O Exe	cutivo Municipal	tomou conh	ecimento.							

Festa das Vindimas de Montmarte

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, para informar que o
Município de Reguengos de Monsaraz vai estar representado na 84.º edição da Festa das Vindimas de Montmarte, na
região de Paris, nos dias 12 a 14 de outubro de 2018. Prosseguiu, o senhor Presidente da Câmara Municipal, informando
que o Município irá promover a mostra de produtos locais e de espetáculos culturais, com o Coro Polifónico da
Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense, naquela que é uma das mais importantes montras turísticas do nosso
país em França Tomou a
palavra a senhora Vereadora Marta Sofia da Silva Chilrito Prates para questionar qual é a entidade organizadora do
evento Usou, em
seguida, da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, para informar que a Festa
das Vindimas de Montmarte é organizada pelo 18.º bairro de Paris, e que a participação portuguesa muito se deve ao
contributo do Vereador da Câmara de Paris, Hermano Ruivo, que é português
O Executivo Municipal tomou conhecimento

Sessão Regional do Programa Nacional de Investimentos (PNI) 2030



Câmara Municipal

Início do ano letivo 2018/2019

Usou da palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Élia de Fátima Janes Quintas, para dar conta de
que o arranque do ano letivo 2018/2019 nas escolas do concelho de Reguengos de Monsaraz decorreu de forma normal,
com a calma desejada e sem quaisquer incidentes. Referiu, ainda, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal,
que os livros de fichas oferecidas pelo Município aos alunos estavam nas salas de aula no primeiro dia de escola
Tomou, em seguida, a palavra a senhora Vereadora Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para sugerir que seja dada
mais atenção ao acolhimento dos alunos que transitam para o 5.º ano do ensino básico, na Escola Básica n.º 1 de
Reguengos de Monsaraz, uma vez que esta é uma fase de grande mudança para os alunos e para as famílias. Referiu,
ainda, a senhora Vereadora Marta Prates, que teve conhecimento de situações em que os pais deixaram os meninos
na escola e estes ficaram perdidos, sem saberem onde eram as salas, e sem terem grande apoio por parte dos
funcionários da escola.
Prosseguiu, a senhora Vereadora Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, referindo que o 5.º ano representa uma
mudança para uma escola nova e maior, o que é um foco de ansiedade nos alunos e nas suas famílias, pelo que
deveriam ser pensadas estratégias de acolhimento dos alunos que suavizassem os impactos desta transição de ciclo,
fazendo todo o sentido haver uma articulação entre o Agrupamento de Escolas, o Serviço de Educação do Município,
a Associação de Estudantes e a Associação de Pais
Tomou a palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Élia de Fátima Janes Quintas, para informar que
no ano letivo que agora se iniciou procurou-se com uma equipa do projeto "+Sucesso" realizar uma iniciativa de
acolhimento aos alunos do 5.º ano através da música, por forma a minimizar os impactos referidos pela senhora
Vereadora Marta Prates. Prosseguiu, a senhora Vice-presidente da Câmara Municipal, informando que no presente ano
letivo a vigilância na EB1 de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente na Portaria, será efetuada por uma empresa de
segurança externa, indo a autarquia conjuntamente com o agrupamento de escolas fazer uma monitorização e
acompanhamento de proximidade do serviço. Concluiu a sua intervenção a senhora Vice-Presdiente da Câmara
Municipal, tomando nota das sugestões da senhora Vereadora Marta Prates e deixando o compromisso de serem
estudadas outras estratégias de acolhimento dos alunos no arranque do próximo ano letivo Usou,
em seguida, da palavra o senhor Vereador Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis, para dar conta que, enquanto
pai, assistiu a uma reunião em que foram sensibilizados os encarregados de educação para a promoção e o estímulo
da autonomia dos alunos
O Executivo Municipal tomou conhecimento



Câmara Municipal

Início do ano letivo 2018/2019 do Pólo de Reguengos de Monsaraz da Universidade Popular Túlio Espanca

Usou da palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Élia de Fátima Janes Quintas, para dar conta
que o arranque do ano letivo 2018/2019 do Pólo de Reguengos de Monsaraz da Universidade Popular Túlio Espanca,
teve início no passado dia 17 de setembro de 2018 com a receção aos alunos, com distribuição dos horários e com a
apresentação das novas atividades (alfabetização e pintura)
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Atlético Sport Clube: Torneios de futebol
Usou da palavra o senhor Vereador da Câmara Municipal Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis para
felicitar o Atlético Sport Clube pela excelente organização dos torneios de futebol "Capital Vinhos de Portugal", que
decorreu no dia 15 de setembro, e o "Reguengos de Monsaraz Cup", que decorreu no dia 16 de setembro. Congratulou-
se, ainda, o senhor Vereador Carlos Miguel Singéis com a elevada presença de público neste fim-de-semana
futebolístico e com a homenagem às atletas reguenguenses Inês Gonçalves e Beatriz Cameirão O
Executivo Municipal tomou conhecimento.
Reunião preparatória de revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz
Usou da palavra o senhor Vereador da Câmara Municipal Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis para
informar que se encontram a decorrer os trabalhos preparatórios de revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos
de Monsaraz, tendo-se realizado no dia 18 de setembro de 2018, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Alentejo(CCDRA), uma reunião muito importante de definição de cartografias
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Inauguração da XXVIII Edição da FECIEX – Feira da Caça, Pesca e Natureza Ibérica
mauguração da AAVIII Edição da 1 EoleA - 1 ema da oaça, 1 esca e Natureza ibenica
Usou da palavra o senhor Vereador da Câmara Municipal Jorge Miguel Martins Berjano Nunes, para informar que
o Município de Reguengos de Monsaraz esteve presente, no dia 13 de setembro de 2018, na inauguração da XXVIII
Edição da FECIEX – Feira da Caça, Pesca e Natureza Ibérica, em Badajoz
O Executivo Municipal tomou conhecimento

ORDEM DO DIA

Informação n.º 4/GP/2018 – Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Reguengos de Monsaraz - 1.º Semestre de 2018

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu conta da Informação n.º 4/GP/2018, por si firmada em 13 de setembro de 2018, a qual apresenta o Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do



Câmara Municipal

RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ – 1.º SEMESTRE DE 2018

"INFORMAÇÃO N.º 4/GP/2018

De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Sociedade de Revisores de Contas do Município, remete semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo, informação sobre a situação económica e financeira do Município relativa ao 1.º semestre de cada exercício económico.

No sentido de cumprir o anteriormente referido, o Município de Reguengos de Monsaraz recebeu o Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Reguengos de Monsraz - 1.º semestre de 2018, elaborado pela Sociedade de Revisores de Contas Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda., representada pela Dra. Maria do Rosário Carvalho (ROC n.º 658 – CMVM n.º 20160302).

Assim, ordem ao preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º e no n.º 4 do artigo 35.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se o referido documento (em anexo) para apreciação na próxima reunião de Câmara Municipal e sessão da Assembleia Municipal."

Outrossim, o Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Reguengos de Monsaraz - 1
semestre de 2018, elaborado pela Sociedade de Revisores de Contas Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda., que semestre de 2018, elaborado pela Sociedade de Revisores de Contas Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda., que semestre de 2018, elaborado pela Sociedade de Revisores de Contas Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda., que semestre de 2018, elaborado pela Sociedade de Revisores de Contas Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda., que se semestre de 2018, elaborado pela Sociedade de Revisores de Contas Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda., que se
ora se transcreve:



Câmara Municipal



RELATÓRIO DE REVISÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DC

MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

1° SEMESTRE 2018

AGOSTO DE 2018

Total pure Assets (Inserting to a 1 - 202 & 2005 64) For a 1 200 745100 (C. 200 146 632) great conditional transport



Câmara Municipal



INDICE

-INTE	RODUÇÃO	
ı – ĀMI	вито	
I-TR	ABALHOS EFETUADOS	5
A - An	àlise Orçamental	7
	Orçaniento	
a)	Orgamento inicial	
b)	Receitas	
c)	Despesas	9
d)	Fundos disponíveis	9
e)	Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros	10
n	Equilibrio Orçamental	11
2	Execução do plano plurianual de investimentos.	
2. Aná	lise patrimonial	
2.1	Balango	13
	a) Ativo	
	b) Fundos próprios	
	c) Passivo	
	d) Endividamento	15
	hilise das principais contas	
	Classe 4 – Imobilizado	and the second s
	a) Bens de domínio público	
	b) Imobilizado incorpóreo	
	c) Imobilizado corpóreo	
	d) Investimentos financeiros e) Obras em curso	
	e) Obras em curso. f) Amortizações acumuladas	
2	Classe 3 - Existências.	
3	Classe 2 - Contas a Receber	
4	Classe 1 - Disponibilidades	
5.	Conta 27 – Acrèscimos e diferimentos - Ativos	27
6.	Classe 5 – Fundo patrimonial	
7.	Classe 2 - Contas a Pagar	
8.	Conta 27 – Acrèscimos e diferimentos - Passivos	
93 3	Conta 29 – Provisões e Contingências	

2

SROC n.º 177 | Cap. Social 12.500€ | NIF 505 778 530 | Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Delegação: Rua do Desenhador. n.º 3 – P.LT.É. | 7005-841 Évora | T. 266 748 030 | F. 266 748 032 | geral.evora@auditoria.pt www.auditoria.pt



Câmara Municipal



10.	Custos e Perdas	3
a)	Conta 61 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	
b)	Conta 62 - Fornecimentos e serviços externos	3
c)	Conta 63 – Transferências e subsídios correntes	3
d)	Conta 64 – Custos com o pessoal	3
e)	Conta 65 - OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	3
f)	Conta 68 - CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	3
g)	Conta 69 – Custos e perdas extraordinárias	4
11.	Proveitos e Ganhos	4
a)	Conta 71 – Vendas e prestações de serviços	4
b)	Conta 72 - Impostos e taxas	4
c)	Conta 74 – Transferências e subsídios obtidos	4
d)	Conta 75 - Trabalhos para a própria entidade	
e)	Conta 76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	4
f)	Conta 78 - Proveitos e ganhos financeiros	
g)	Conta 79 – Proveitos e ganhos extraordinários	4
V – SITU	AÇÃO - ECONÓMICO - FINANCEIRA	4
a)	Indicadores de Gestão	
b)	Endividamento/Dívida Total	
c)	Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso	4
- CON	CLUSÕES	4
/I – FAC	TOS RELEVANTES E OU OCORRIDOS APÓS O TERMO DE 30/06/2018	4
	ADECIMENTOS	Ę

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503 Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.



Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

RELATÓRIO SEMESTRAL

1° SEMESTRE DE 2018

I - INTRODUÇÃO

Em conformidade com o previsto na alínea d), do nº2, do artigo 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, cumpre-nos apresentar o nosso relatório sobre a situação económica e financeira do Município de Reguengos de Monsaraz, à data de 30 de junho de 2018.

Somos independentes da entidade e nos termos da lei cumprimos os demais requisitos éticos, nomeadamente o código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais. Declaramos assim, estar sujeitos ao dever de sigilo e confidencialidade.

Também nos termos do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, declaramos que dados pessoais, eventualmente analisados, são tratados única e exclusivamente para os fins a que este relatório se destina, no estrito cumprimento do nosso trabalho.

II - ÂMBITO

Para além das referências efetuadas ao longo do relatório, com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro aplicáveis.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Em consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data o respetivo relatório semestral.



Câmara Municipal



III - TRABALHOS EFETUADOS

Os trabalhos desenvolvidos assentaram em metodologia específica inerente aos trabalhos de auditoria, tendo a mesma sido planeada com definição da estratégia de auditoria, de procedimentos e verificações englobando:

- Aspetos de natureza legislativa ocorridas, com especial relevo para a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
- Recolha e análise de informação, suportada num conjunto de mapas, devidamente construidos para efeitos de análise;
- Utilização de check list de verificação da coerência entre os vários documentos que integram a informação contabilística;
- Realização de entrevistas com dirigentes e outros trabalhadores da entidade, com base em questionários destinados a validar os aspetos mais relevantes do sistema de controlo interno;
- ✓ Apreciação do apuramento dos fundos disponíveis e pagamentos em atraso;
- ✓ Execução de procedimentos de reconciliação com entidades terceiras;
- ✓ Efetivação de testes de conformidade e substantivos;
- ✓ Leitura das atas das reuniões de Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

O presente relatório encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da execução orçamental e da já referida situação económica e financeira do Município.

As quantias das demonstrações financeiras, bem como a informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilisticos, que foram objeto de recolha decorrente do nosso trabalho, nomeadamente balancetes, extratos de conta, mapas de gestão e mapas de execução orçamental.

Todos os valores apresentados no relatório encontram-se expressos em euros, com comparabilidade das rubricas do balanço, entre o 1º semestre de 2018, face ao ano de 2017, enquanto a comparabilidade da demonstração dos resultados se reporta ao 1º semestre de 2018 e período homólogo do ano anterior.

O Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, dispõe na alínea c), do nº 2, do artigo 25º que compete à Assembleia Municipal:

Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao presidente da assembleia municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão.



Câmara Municipal



Aquele normativo conjugado com o nº 4, do artigo 35º, do anexo da mesma Lei, prevê ainda que o Presidente da Câmara Municipal deve apresentar na referida informação escrita os factos seguintes:

Da informação prevista na alinea c) do n.º 2 do artigo 25.º devem constar o saldo e o estado das dividas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Nestes termos tem vindo a ser apresentada informação financeira adequada, nomeadamente quanto ao acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro.



Câmara Municipal



A - Análise Orçamental

Relativamente ao ano de 2018, solicitaram-se os mapas relativos ao orçamento inicial e suas modificações, bem como os mapas de execução à data de 30 de junho, a saber: - execução, do plano plurianual de investimentos da receita e da despesa.

Todos os mapas de execução acima referidos deverão permitir o controlo da execução orçamental, sendo que os mesmos são produzidos informaticamente pelo sistema através do apuramento de lançamentos contabilísticos efetuados no decorrer do exercício e para o período em análise.

1. Orçamento

a) Orçamento inicial

O orçamento inicial de 2018 assume o montante de 22,8 milhões de euros. Face ao ano transato, o mesmo oscilou de forma negativa em 1,1 milhões de euros.

No quinquénio 2014 a 2017, o orçamento municipal pautou-se em média com um valor de 22,7 milhões de euros.

	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL INICIAL
RECEITAS	2014	2015	2016	2017	2018
Correntes	13 630 998	15 088 972	11 052 470	11 432 836	11 319 800
Capital	8 868 002	7 111 028	10 847 530	12 466 164	11 479 700
Outras	1 000			1 000	500
TOTAL	22 500 000	22 200 000	21 900 000	23 900 000	22 800 000

	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL INICIAL
DESPESAS	2014	2015	2016	2017	2018
Correntes	11 857 102	16 203 613	16 730 410	17 592 690	13 353 900
Capital	10 642 898	5 996 387	5 169 590	6 307 310	9 446 100
TOTAL	22 500 000	22 200 000	21 900 000	23 900 000	22 800 000

Durante o 1º semestre foram efetuadas modificações orçamentais de reduzida expressão, passando o valor do orçamento a assumir o valor de 22.807.600 euros.

Em termos comparativos, podemos verificar o desempenho da execução orçamental nos mapas abaixo apresentados.

b) Receitas

Analisada a execução da receita, podemos verificar um grau de execução de 31,38%, representando a receita corrente 49,22% e a receita de capital apenas 13,77%.

					PREVISIONAL INICIAL	PREVISIONAL CORRIGIDO	
RECEITAS	2014	2015	2016	2017	2018	1º SEM 2018	1º SEM 2018
Correntes	10 873 239	10 807 740	10 827 195	10 880 959	11 319 800	11 327 400	5 574 895
Capital	2 592 412	2 638 626	1 462 434	4 059 498	11 479 700	11 479 700	1 580 829
Outras	42 305	24 206	84 228	65 108	500	500	1 227
TOTAL	13 507 956	13 470 572	12 373 857	15 005 566	22 800 000	22 807 600	7 156 951
GRAU DE EXECUÇÃO	57,62%	58,57%	52,76%	53,48%			31,38%
Corrente	77,18%	68,12%	93,02%	93,10%		i	49,22%
Capital	27,84%	37,11%	12,47%	24,89%			13,77%
Outras	101,68%	96,05%	99,44%	105,64%			245,42%

O controlo orçamental da receita segue a seguinte estrutura:

	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	1° SEM 2018	
	INICIAL	CORRIGIDA	VALOR	%
RECEITA CORRENTE (Líquida)	11 319 800	11 327 400	5 574 895	49,22
Impostos directos	2 400 000	2 400 000	1 169 070	
- IMI	1 300 000	1 300 000	664 952	
- IUC	200 000	200 000	110 653	
- IMT	600 000	600 000	371 207	
- Derrama	300 000	300 000	22 258	
Impostos indirectos	38 500	38 500	33 807	
Taxas, multas e outras penalidades	422 500	422 500	162 680	
Rendimentos de propriedades	70 000	70 000	65 731	
Transferências correntes	6 004 200	6 011 800	3 072 887	
Venda de bens e prestação de serviços	2 333 100	2 333 100	886 574	
Outras receitas correntes	51 500	51 500	184 145	
RECEITA DE CAPITAL (Líquida)	11 479 700	11 479 700	1 580 829	13,77
Venda de bens de investimento	397 500	397 500	7 552	
Transferências de capital Ativos Financeiros	4 331 700	4 331 700	973 277	
Passivos financeiros	6 750 000	6 750 000	600 000	
Outras receitas de capital	500	500		
OUTRAS RECEITAS (Líquida)	500	500	1 227	245,42
Reposições não abatidas aos pagamentos Saldo da gerência anterior	500	500	1 227	
TOTAL GERAL (Líquida)	22 800 000	22 807 600	7 156 951	31,38

Importa referir o disposto no artigo 56°, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à evidência de apuramento durante 2 anos consecutivos de uma taxa de execução da receita não dever ser inferior a 85%. Conforme acima se apresentou, pelo menos desde 2014, o Município não tem atingido o valor de referência.

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503 Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

SROC n.º 177 | Cap. Social 12.500€ | NIF 505 778 530 | Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Delegação: Rua do Desenhador, n.º 3 − P.I.T.É. | 7005-841 Évora | T. 266 748 030 | F. 266 748 032 | geral.evora@auditoria.pt www.auditoria.pt



Câmara Municipal



c) Despesas

Quanto à despesa a mesma assume um total de despesa paga de 6.842.186 €, representando um grau de execução de 30 %, face ao valor previsional corrigido. A despesa corrente atingiu um grau de execução de 34,96% e a despesa de capital um grau de 21,34%.

DESPESAS	2014	2015	2016	2017	INICIAL 2018	CORRIGIDO 1º SEM 2018	1º SEM 2018
Correntes	10 038 930	9 998 623	9.579.708	11 080 308	13 353 900	14 499 000	5 069 030
Capital	3 555 358	3 424 767	2 760 107	3 944 137	9 446 100	8 308 600	1 773 158
TOTAL	13 594 287	13 423 390	12 339 815	15 024 445	22 800 000	22 807 600	6 842 186
GRAU DE EXECUÇÃO	57,99%	58,36%	52,62%	53,55%		Ĩ	30,00%
Corrente	63,94%	61,96%	52,52%	58,86%		Ĩ	34,96%
Capital	45,92%	49,91%	52,97%	42,72%			21,34%

As despesas discriminam-se da seguinte forma:

	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	1° SEM	2018
	INICIAL	CORRIGIDA	VALOR	%
DESPESA CORRENTE	13 353 900	14 499 000	5 069 030	34,96
Despesas com pessoal	5 207 800	5 512 800	2 162 874	
Aquisição de bens e serviços	5 296 500	7 082 600	2 311 407	
Juros e outros encargos	1 294 700	486 700	110 239	
Transferências correntes	1 133 700	1 048 200	412 593	
Outras despesas correntes	421 200	368 700	71 917	
DESPESA DE CAPITAL	9 446 100	8 308 600	1 773 156	21,34
Aquisição de bens de capital	5 667 400	6 166 800	1 135 268	
Transferências de capital	91 500	94 000	3 000	
Ativos financeiros	107 000	107 000	26 619	
Passivos financeiros	3 580 200	1 940 800	608 270	
TOTAL GERAL	22 800 000	22 807 600	6 842 186	30,00

d) Fundos disponiveis

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos, a qual em termos agregados se apresenta no quadro seguinte.

	FUNDOS DISPONÍVEIS ESTIMADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	FUNDOS DISPONÍVEIS APÓS COMPROMISSOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PAGAMENTOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR
JANEIRO	25 520 427	20 800 344	4 720 083	15 024 445	5 775 899
FEVEREIRO	12 650 081	10 271 648	2 378 433	731 561	9 540 087
MARÇO	13 835 606	11 245 601	2 590 004	1 977 536	9 268 065
ABRIL	15 122 841	12 432 335	2 690 506	3 438 995	8 993 340
MAIO	16 131 033	14 007 503	2 123 530	4 470 586	9 536 918
JUNHO	17 161 609	14 432 565	2 729 044	5 533 891	8 898 674



Câmara Municipal



e) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros

Os compromissos totais assumidos, no ano e para exercícios futuros e consequentemente não pagos, ascendem ao valor de 26.453.373,51€, dos quais 11.426.132,06€ e 15.027.241,45 € respeitam ao exercício e exercícios futuros, respetivamente.

			1º SEM 2018		
	COMPRO	MISSOS DO EXI	ERCÍCIO		P/PAGAR
	ASSUMIDOS	PAGOS	POR PAGAR	P/PAGAR DO ANO	EXERCÍCIOS FUTUROS
CORRENTES	22 242 099,16	5 069 030,01	17 173 069,15	7 931 067,67	9 242 001,48
CAPITAL	11 053 460,75	1 773 156,39	9 280 304,36	3 495 064,39	5 785 239,97
TOTAL	33 295 559,91	6 842 186,40	26 453 373,51	11 426 132,06	15 027 241,45

A desagregação económica dos compromissos do ano e os consequentes pagamentos, apresentam a estrutura seguinte:

		COMPROSSIMO	S ASSUMIDOS		
	_	1	PAG	os	
		EXERCICIO	ANO	ANOS ANTERIORES	POR PAGAR
	01 Despesas com o pessoal	5 499 960,33	2 102 687,81	60 186,02	3 337 086,50
Ē	02 Aquisição de bens e serviços	5 886 319,32	1 690 934,91	620 471,63	3 574 912,78
2	03 Juros e outros encargos	443 777,60	100 245,72	9 993,73	333 538,15
1° SEM 2018	04 Transferências correntes	900 456,43	366 619,71	45 973,37	487 863,35
S	06 Outras Despesas Correntes	269 584,00	46 646,95	25 270,16	197 666,89
-	07 Aquisição de bens de capital	3 677 197,91	762 337,01	372 930,67	2 541 930,23
	08 Transferências Capital	24 725,61	3 000,00		21 725,61
	09 Ativos Financeiros	53 238,00	26 619,00		26 619,00
	10 Passivos financeiros	1 513 059,26	608 269,71		904 789,55
	TOTAL	18 268 318,46	5 707 360,82	1 134 825,58	11 426 132,06

Na despesa comprometida para exercícios futuros, e de forma a dar cumprimentos ao estipulado no POCAL, encontram-se registados cerca de 15 milhões de euros, nas rubricas orçamentais abaixo discriminadas, merecendo este processo acompanhamento e registo a todo o momento.

			1º SEM	2018	
		2019	2020	2021	seguintes
		9 015 818	1 806 808	4 023 754	180 861
		60,00%	12,02%	26,78%	1,20%
		-10	15 027 3	241,45	
01	Despesas com o pessoal	42 944			
02	Aquisição de bens e serviços	2 135 908	1 456 608	1 945 325	180 861
03	Juros e outros encargos	827 523	16	1 752 747	
04	Transferências correntes	280 862	280 862	280 862	
06	Outras despesas correntes	8 341	4 323	44 820	
07	Aquisição de bens de capital	65 000	65 000		
09	Ativos financeiros	212 951			
10	Passivos financeiros	5 442 289			

Recomenda-se a continuidade de trabalhos desenvolvidos ao nível do controlo interno, quanto ao registo dos compromissos futuros, uma vez que os valores registados não correspondem à totalidade dos valores comprometidos para o futuro, nomeadamente os passivos financeiros e os juros que lhe estão associados.



Câmara Municipal



f) Equilibrio Orçamental

Apesar da regra do equilibrio orçamental se ter alterado, face ao disposto na nova Lei das Finanças Locais, considerámos importante manter a análise anteriormente em vigor, pelo que podemos dizer que a receita corrente foi superior à despesa corrente (RC > DC), em cerca de 500 mil euros.

		2014	2015	2016	2017	1º SEM 2018
		- Alder	CHIPCHE ENG			
RECEITA CORRENTE	=					
DESPESA CORRENTE	_	1,08	1,08	1,13	0,98	1,10

Face ao exposto no art.º 40º, da nova lei das finanças locais, o apuramento do equilíbrio orçamental, assenta hoje nas seguintes premissas:

	Receita corrente bruta cobrada
	=>
Despesa corrente a	crescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo
	prazo

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do previsto no nº 4, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 83º da mesma Lei, tendo-se apurado os valores a seguir apresentados. Para o efeito, foi considerada a utilização integral do empréstimo decorrente do processo de saneamento financeiro e o valor do empréstimo de curto prazo, assumido como pago.

	BASE	PARA	AMORT.MÉDIAS	
	2011	2012	1 804 019,54	
	2012	2013	1 775 647,17	
	2013	2014	1 524 977,62	
	2013	2015	2 387 856,71	
	2013	2016	1 712 856,71	
Ī	2013	2017	1 325 970,73	
	2017	2017	132 925,81	1 458 896,54
Ī	2013	2018	939 250,52	
1	2017/2018	2018	557 142,86	1 496 393,37

Na sequência deste apuramento e apesar da referida lei apenas ter aplicação a partir de 1 de janeiro de 2014, no sentido da sua avaliação temporal, apresentamos também os seus efeitos para os anos de 2012 e 2013.

		31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	30/06/2018
1.	Receita corrente bruta cobrada	8 829 377,53 €	10 405 484,30€	10 983 773,31 €	10 844 262,97 €	10 853 785,15 €	10 898 278,60 €	5 603 632,04€
2	Despesa corrente	8 830 560,31 €	11 305 709,55€	10 038 929,71 €	9 998 622,80 €	9 579 707,98 €	11 080 307,85 €	5 069 030,01 €
3.	Amortização média de emp.M/L Prazo	1 804 019,54 €	1 775 647,17 €	1 524 977,62 €	2 387 856,71 €	1 712 856,71 €	1 458 896,54 €	748 196,69 €
4. = 2. + 3.	TOTAL	10 634 579,85 €	13 081 356,72€	11 563 907,33 €	12 386 479,51 €	11 292 564,69 €	12 539 204,39 €	5817 226,70€
5, = 1, -4,	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	-1 805 202,32 €	-2 675 872,42€	-580 134,02€	-1 542 216,54 €	438 779,54 €	-1 640 925,79€	-213 594,66 €
6.	Receita corrente liquida (1)	8 731 838,14	10 215 137,88€	10 873 239,06 €	10 807 740,16 €	10 827 195,39 €	10 880 959,00€	5 574 895,11 €
7. = 6. x 5%	5% do valor da receita corrente totais	436 591,91 €	510 756,89€	543 661,95€	540 387,01 €	541 359,77 €	544 047,95 €	278 744,76 €
8, = 5, + 7.	Incumprimento/Cumprimento no equilibrio orçamental	-1 368 610,41 €	2 165 115,53€	-36 472,06€	-1 001 829,53 €	102 580,23 €	-1 096 877,84€	65 150,10 €

⁽¹⁾ Considerada como as receitas correntes lotais, dado que se considera mais prudente este indicador. Todavía o SATAPOCAL considera o indicado definido em 1. acima. Para o valor apurado pela DGAL, existe um diferença imaterial para efeitos de análise.

11

SROC n.º 177 | Cap. Social 12.500€ | NIF 505 778 530 |Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Delegação: Rua do Desenhador, n.º 3 – P.I.T.É. | 7005-841 Évora | T. 266 748 030 | F. 266 748 032 | geral.evora@auditoria.pt www.auditoria.pt



Câmara Municipal



Face aos valores apurados para o cálculo do equilibrio orçamental para os períodos identificados, concluímos verificar-se desequilibrio orçamental, superado pela regra de exceção prevista. No ano de 2017, o desequilibrio encontra justificação no facto da utilização de empréstimo ao abrigo do processo de saneamento financeiro, que permitiu, em grande parte, o pagamento de despesa corrente.

Ainda assim, merece ajustamento em alta o valor da receita corrente, para que no futuro a regra de equilibrio se verifique, para além de redução da despesa corrente. Para o efeito é necessário melhorar a eficiência e eficácia na arrecadação da receita corrente, contribuindo em especial a recuperação das dívidas em atraso, sempre que possível.

2. Execução do plano plurianual de investimentos

A execução do PPI atingiu um grau, em termos anuais de 18,41% e em termos globais de 36,92%.

				1° SEMESTRE 2018				
	M	ONTANTE PREVISTO		MONTANT	E EXECUTAD	0	GRAU E	XECUÇÃO
	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOB/
POLÍTICAS SOCIAIS DE PROXIMIDADE	10 000	1 481 500	1 491 500			0.00		
- Solidariedade	10 000	1 481 500	1 491 500					
QUALIDADE DE VIDA E AMBIENTE	4 263 300	11 061 660	15 324 960	6 554 743	711 586	7 266 330	16,69	33,21
- Educar e Formar	238 900	357 000	595 900	871 807		871 807		
- Mais Saúde	1 000	199 000	200 000					
- Cidadeambiente	2 349 900	6 715 560	9 065 460	3 928 707	650 510	4 579 217		
- Anossacultura	1 396 800	1 450 500	2 847 300	1 162 043		1 162 043		
- Espíritodesportivo	276 700	2 339 600	2 616 300	592 186	61 077	653 263		
DESENV.ECONÓMICO SUSTENTÁVEL	899 800	4 971 600	5 871 400	3 353 333	251 264	3 604 596	27,92	39,08
- Dinamizar	66 900	1 826 600	1 893 500	738 466	41 399	779 865		
- Turismo	459 000	303 000	762 000	65 000	65 000	130 000		
- Acessibilidades	373 900	2 842 000	3 215 900	2 549 866	144 885	2 694 732		
COOP.COM AS FREG. E SOCIEDADE	68 500	2 871 100	2 939 600	574 070	394	574 464	0,58	16,35
- Provicil	68 500	2 871 100	2 939 600	574 070	394	574 464		1000420
MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL	918 800	851 000	1 769 800	2 403 681	172 024	2 575 705	18,72	61,72
- MSM - Moder, Serv. Municipais	335 800	833 000	1 168 800	1 861 562	64 748	1 926 310		
- Eficiência	173 000	18 000	191 000	538 221	81 959	620 180		
- Consigo	410 000		410 000	3 898	25 316	29 215		
PROJECTOS DE ANOS ANTERIORES	6 400	-	6 400	1 354 780	-	1 354 780		99,53
- Anteriores a 2009	6 400		6 400	1 354 780		1 354 780		
TOTAL GERAL	6 166 800	21 236 860	27 403 660	14 240 607	1 135 268	15 375 875	18,41	36,92

49 CEMESTEE 2049



Câmara Municipal



2. Análise patrimonial

2.1 Balanço

Apresenta-se a comparabilidade do Balanço da entidade, no período de 2015 a 2017 e 1º semestre de 2018.

a) Ativo

O ativo líquido ascende a 68.273.067,24 €, sendo o ativo fixo (imobilizado) o que constitui o agregado com maior peso, representando cerca de 97%.

	450.00	3015		2016		2017		1. 2EM	1018	Vartação
	Alim	Valor	- %	Value	. 10	Valor	4	Valor	5	7" SEM 2018/2017 (
	Imobilizado			-				7		-
237	Bens de dominio público	2687832	41500	Fundamental (4)		17/06/1974	1555.00	62035071		II .
451	Terrenos e recursos naturais	370 135,43	0.50	370 135,43	0,53	370 135,43	0.54	370 135,43	0.54	3997.5
453	Outras construções e infra-estruturas	66 664 750,54	90,26	66 653 947,96	95,84	67 472 321,29	98,21	67 779 635,36	99.28	2.48
455	Bens do patriminist, art. e cultural	2 139 800,91	2.90	2 139 900.91	3,07	2 159 466,13	8,18	2 159 465,13	3.18	1928237
445	Imatalizações em curso	112 679,56	0.15	370 073,52	0,53	739 610,64	1,00	1 123 907,32	1,65	\$1,98
415	Amortzações asumuladas	25 000 195.29 43 397 376 17	35,05	28 422 160,80	40.75	30 922 366,90	45,01	32 541 013,60 39 302 136,44	47,00 37,37	3,64
	Imobilizações incorporeas:	C 207 21C 17	-		20,02		34.37		20.20	
432	Despesas de invest e de desenvolvimento	140 535,53	0.19	140 535,53	0.20	140 535,53	0.20	140 535 53	5.21	
435	Propriedade industrial e outros direitos	240 982 27	0.33	245 508 01	0.35	274 824 23	0.40	279 451.49	2.41	1.66
443	Installgações em como	15.557,90	0.02	41 863,78	0,08	41 863,78	0.06	41 853,76	2:06	
463	Amortizações acumuladas	326 610,61	0.44	360 103.98	0,50	879 263,21	0.55	391 949,10	0.57	3.59
		70 145,19	0.00	77 (31,24	9,11	78 556;23	8,71	65 391,6T	E 10	11,35
	Imobilizações corporeas:									
421	Terrence a recursos naturais	7.316.354,12	9,90	6.756 861,60	9,09	6 720 584,99	9,78	0.735.934.30	8,87	0.28
422	Edificios e outras construções	23-234-253,30	31,44	23 089 339,12	33,07	24-002,741,44	34,34	24 045 791,44	35.22	0,19
423	Equipamento básico	2 093 145,29	2.83	2 236 947,98	3.21	2.410 556,21	3.51	2 454 955,19	2.60	5,80
424	Equipaments de transporte	1.030 544,71	1.39	1 013 173,58	1,45	1 070 366,58	1,58	1 165 325,75	1.71	0.67
425	Fartamentas e utensilios	65 824,53	1.09	67 206,02	0,10	93 403,19	0,12	93 659,19	0.14	12,30
426	Equipamento administrativo	985 620,32	1,27	926 513,55	1,33	1 044 202,79	1,52	1 051 304,44	1,54	0.67
429	Outras imobilizações corpóreas	545 360,87	0,74	687 929,36	0,99	699 301,30	1,00	699 301.30	1.05	102525
442	Inotalizações em cumo	\$18 727,62 9 100 465,73	10.43	293 362,07 8 639 692,30	12.67	174 971,87 9 636 353,96	0,25	253 987,51 10 063 657,12	14.74	50,97
*12	Amortizações assimuladas	27 418 674.69	PRACE	25 211 419 84	37.50	26 260 165,79		25 419 603.09	38.73	4.6
	Investmentos financeiros									-
411	Partes de capital			115,00		1 000,00		1 000,00		
412	Obrigações e lituras de participação	498 888,83	0.67	496 996,53	0.71	496 686,63	0.72	319 428 30	11.47	-36.71
414	Investmentos em impleis	444 353,84	0.60	444 353,84	0,84	444 553,84	0.65	444 353,84	5.65	
461	Amortizações acomoladas	82 739,20	0.11	86 802,28	0.12	91 045.30	0.13	85 121,90	0.16	2.28
491	Provisões para trivestmentos financeiros									
		E39 301.47		E54 6E3,39	1,22	851 150,36	1,24	\$71 E38,04	1,18	-51.00
	Circulante: Existéncias:									
36	Visteras-primas, subsidarias e de comumo	304 931.22	0.41	258 421,11	0.37	270 366 31	0.38	279 145 50	2.41	1.25
39	Produčes para deplentationals	30 417 48	0.04	21 642 03	0.03	28 385 99	0.04	28 385 36	0.04	4.45
**	Luberone base and existentials	274 413.74	0.17	203 779.00	6.34	241 968,32	8.35	250 759,70	8.37	1.63
	Dividas de terceiros - Curto prazo:	- Indiabation in	-		- treatment	The state of the s	-	-	-	
28	Empréstimos conceditos	1 550,00	Towns of	295.92		111700000	100000	10.70.70.5 (10.5)		
211	Clientes, orio	30 643.95	0.04	29 124.83	0.04	25 457.05	0.04	37 487.21	0.00	41.34
212	Contribuinte o/c	21 094,20	0.03	29 930,75	0.03	22 659 50	0.03	31 927.51	0.00	40,40
213	Litertes cic	88 602 92	0.12	66 678,13	0.13	102 670 12	0.15	277 467 28	0.41	170.20
219	Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	4 120 335,58	5,50	4 366 625,02	6,29	4 394 745,94	6,40	4 393 610,54	6.44	-0,05
34	Estado e outros entes públicos	130 014.80	0.18	144 953,90	0.21	152 163,05	8.22	188 460.46	5.25	15.60
242534										
7+255+	Outros iteradores	765 357,67	1,04	156 193,45	0.22	456 388,50	0,98	397-968,03	0.58	-12,80
265	- 5									
291	Provisões para cobranças duvidosas	4 118 380.34	5.59	4 320 402.30 509 740.57	6,19 8.73	4 391 730,45 763 613,79	5,30	4.391.730.45	1.04	19.80
	Depósitos em instit financeiras e naixa	Total State of	1.01	-		1000000	1,11	112 200.03		-
12	Depositos em inst.financeras	315 886 02	8.42	222 600 76	0.32	197 921.12	0.29	588 545 84	0.86	197.57
11	Casa	12 302 12	0.02	10.002.04	0.01	5.418,03	0.01	12.756.83	0.02	135.45
.00	USS Samueles and the same of t	125 95E.14	0.44	212 SE2.80	6.33	283 338, 13	0.2	(F) SR1 752,47	4.88	133,51
	Acrescimos e diferimentos	61.8524	-45-2	10 000000000000000000000000000000000000	1000	- 1000	Time			7-22.50
271	Acréscinos de provetos	458 789,58	20,0	294 343,75	0.42	154 667,18	0.28	1721000000		-100,00
272	Custos diferidos	15 837,89	0.02	28 085,25	0,04	21 265,37	0.03	21 659,44	0.03	1.77
1670	107000-0376774	104 127 47	a.u.	322 529,50	0.86	175 976 35	6X	21 650,44	8.63	-8.0
	Total do ativo	73 639 609.36	200.00	49 754 500 55	100.00	Se 204 TO 21	100.00	HI 273 (SE 24	100.00	0.61

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho NDC n.º 658 | Maruel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles RDC n.º 1503 Andreia Isabel Cardinho Santinho NDC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

Câmara Municipal



b) Fundos próprios

Os fundos próprios do Município ascendem a 33.681.531,41 €, apurando um resultado líquido negativo de 563.364,76 €.

		2015		2016		2017		1º SEM 20	118	Variação
	Fundos próprios	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	96	1° SEM 2018/2017 (%)
180715	Fundos próprios:	an-month l		28.000000000	5570252		Acres 1	announce and	54890000	20020000
51	Património	43 576 106,49	59,00	43 576 221,49	62,47	43 582 684,28	63,44	43 644 084,28	63,93	0,14
56	Reservas de reavaliação Reservas:	3 328 985,03	4,51	3 328 985,03	4,77	3 328 985,03	4,85	3 328 985,03	4,88	
571	Reservas legais	205 307,87	0,28	205 307,87	0,29	205 307,87	0,30	205 307,87	0,30	
575	Subsidios	1 862 475,59	2,52	1 862 475,59	2,67	1 862 475,59	2,71	1 862 475,59	2,73	
576	Doações	1 151 747,78	1,56	1 151 747,78	1,65	1 151 747,78	1,68	1 151 747,78	1,69	
59	Resultados transitados	-10 281 315,58	-13,92	-11 443 684,41	-16,41	-13 843 543,94	-20,15	-15 947 704,38	-23,36	15,20
88	Resultado líquido do exercício	-1 162 368,83	-1,57	-2 399 859,53	-3,44	-2 104 160,44	-3,06	-583 364,78	-0,83	-73,23
		38 680 938,35	52,37	36 281 193,82	52,01	34 183 496 17	49,75	33 681 531,41	49,33	-1,47

c) Passivo

O passivo total sofreu um aumento, face ao ano transato, ascendendo a 34.591.535,83 €.

		2015		2016		2017		1º SEM 20	Variação	
	Passivo	Valor	96	Valor	96	Valor	%	Valor	%	1° SEM 2018/2017 (%)
	Passivo:		5 3	- 9	- 2			2 25		
292	Provisões para riscos e encargos	407 758,09	0,55	172 069,21	0,25	172 069,21	0,25	172 069,21	0,25	
	2.0	407 758,09	0,55	172 069,21	0,25	172 069,21	0,25	172 069,21	0,25	1
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:		- 7							
2312	Divídas a instituições de crédito	7 562 972,49	10,24	6 494 386,53	9,31	7 295 074,66	10,62	7 295 074,66	10,69	
2686	Credores diversos - FAM	354 918,83	0,48	283 934,83	0,41	212 950,83	0,31	53 238,00	0,08	-75,00
		7 917 891,32	10,72	6 778 321,36	9,72	7 508 025,49	10,93	7 348 312,66	10,76	-2,13
	Dividas a terceiros - Curto prazo:					120000000000000000000000000000000000000				
2311	Empréstimos de curto prazo	1 350 000,00		675 000,00	0,97	350 000,00	0,51	600 000,00	0,88	71,43
2312	Emp.médio longo prazo a pagar no curto prazo	1 613 291,52	2,18	2 165 560,73	3,10	2 706 481,58	3,94	2 448 211,85	3,59	-9,54
269	Adjantamentos por conta de vendas	238 692,10	0.32	2 077.40	2010000	\$40 PATE \$6.0020-0	10000-101	-300 ac 500 ac 750		10-02/0-02
221	Fornecedores, c/c	6 955 953,11	9,42	8 468 722,05	12,14	8 720 900,46	12,69	8 935 973,63	13,09	2,47
217	Clientes e utentes c/cauções	52 856,34	0,07	7 769,14	0,01	5 435,25	0,01	7 163,72	0,01	31,80
261	Fornecedores de imobilizado	937 673,78	1,27	415 222,70	0,60	628 613,33	0.91	403 491,25	0.59	-35,81
24	Estado e outros entes públicos	738 158,03	1,00	448 932,87	0,64	208 258,39	0,30	268 946,08	0,39	29,14
264	Administração autárquica	166 610,55	0,23	136 582,90	0,20	76 038,30	0,11	164 163,80	0.24	115,90
262+263+267+26 8+265	Outros credores	562 223,78	0,76	505 427,41	0,72	634 402,61	0,92	629 617,29	0,92	-0,75
		12 615 459,21	17,08	12 825 295,20	18,39	13 330 129,90	19,40	13 457 567,62	19,71	0,96
	Acréscimos e diferimentos		6 6	- 2	- 2			2 25		
273	Acréscimos de custos	766 163,24	1,04	746 639,97	1,07	689 742,19	0,97	572 585,93	0,84	-14,51
274	Proveitos diferidos	13 470 799,09	18,24	12 951 061,39	18,57	12 840 908,85	18,69	13 041 000,41	19,10	1,56
		14 236 962,33	19,28	13 697 701,36	19,64	13 510 651,04	19,66	13 613 586,34	19,94	0,76
	Total do passivo	35 178 070,95	47,63	33 473 387,13	47,99	34 520 875,64	50,25	34 591 535,83	50,67	0,20
	Total dos fundos próprios e do passivo	73 859 009 30	100.00	69 754 580.95	100.00	68 704 371,81	100.00	68 273 067.24	100.00	-0.63

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503 Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.



Câmara Municipal



d) Endividamento

Apesar do passivo ascender ao montante acima indicado, tal não significa dizer que a divida assume a expressão do valor indicado. Efetivamente a divida do Municipio totaliza cerca de 20,4 milhões de euros (10,4 milhões euros a título de empréstimos e 10 milhões de euros de outros Terceiros), já que as provisões para riscos e encargos (172 mil euros), o FAM (284 mil euros), as operações de tesouraria (169 mil euros), e os acréscimos e diferimentos (13,5 milhões de euros) não representam divida.

Nos períodos de 2011 ao 1º semestre de 2018, a dívida municipal apresenta um aumento de 2,4 milhões de euros.

(-) OPERAÇÕES DE TESCURARIA	203 720	101 0/2	231 301	201 110	242 303	1/2 031	103 240	224 102
(-) ADIANTAMENTOS DE VENDAS (-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	127 713 209 726		100 000 231 951	230 000 281 110	1201111		169 240	224 102
(-) FAM					461 395		283 935	79 857
(-) PROVISÕES	292 366	292 366	455 987	385 601	407 758	172 069	172 069	172 069
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	11 216 617	12 344 126	13 513 708	13 849 246	14 236 962	13 697 701	13 510 651	13 613 586
PASSIVO	29 942 159	31 091 729	33 997 934	34 328 776	35 178 071	33 473 387	34 520 876	34 591 536
	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	30/06/2018

Em termos de conclusão da dívida para com Terceiros é nossa opinião, que a situação financeira do Município merece atento controlo e acompanhamento. Para o efeito contribuirá uma gestão adequada da dívida, enquadrada pelas restrições impostas pela lei, nomeadamente: - Lei das Finanças Locais; - Lei do Orçamento do Estado; - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; - Lei do PAEL; e – Outros normativos reguladores dos anteriores e da atividade autárquica.

Realçamos, ainda, que devem ser atendidos os requisitos necessários à aplicação das exigências quanto ao apuramento dos Fundos Disponíveis, e ao enquadramento dos Compromissos dentro dos limites apurados para o efeito. Efetivamente, hoje não basta que a despesa tenha cabimento orçamental, que se assuma o seu pagamento em data possível, sem que antes se verifique a existência de Fundos Disponíveis, facto que ocorreu durante este período.

Todavia e face ao excesso de endividamento, é imperiosa a necessidade de se atender ao disposto no art.º 56º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à criação de mecanismos de alerta precoce, devendo em nossa opinião esses mecanismos de alerta estarem concentrados internamente, com reporte mensal e com a consequente tomada de decisão no sentido da inversão atempada das situações fora dos limites definidos, de forma a evitar responsabilidades financeiras e disciplinares para os intervenientes, para além de comunicação por parte da DGAL a entidades como: - Membros do Governo com responsabilidade pelas áreas das finanças e das autarquias; - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo¹; e - Banco de Portugal.

Neste sentido a recolha de entre outros, de valores quanto a: - total da dívida; - receita corrente líquida; - receita corrente cobrada bruta; - despesa corrente; - amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos; - pagamentos em atraso; - fundos disponíveis e compromissos assumidos; - acompanhamento do PAEL; acompanhamento das GOP's; - endividamento; - contribuição para a dívida de entidades relevantes e definidas na lei; e - outros considerados relevantes são essenciais e de vital importância para o controlo. A apreciação da dívida do Município será apresentada no ponto 7.2) deste relatório.

¹ Estes devem ter informado os respetivos membros na primeira reunião, ou sessão seguinte.



Câmara Municipal



Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luis Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503 Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

2.2 Demonstração dos resultados

A Demonstração dos resultados apresenta os aspetos económicos das operações realizadas no exercício. Os resultados alcançados no exercício em análise encontram-se patentes no quadro que a seguir se apresenta, podendo venficar-se a sua comparabilidade face ao período de 2015 a 2017 e 1º semestre de 2017.

COG pontas.		2015		2016	Vi	1º IEM	2017	2917		1" SEM	2016	Variogão
POCAL	Cardini e pendas	Valor	*	Valor	*	Valor	*	Valor	*	Valor	*	SEM 2010/7
- 85	Custo das mercadintas vendidas e das matérias consumidas	1 576 602 10	12,58	1 455 546 75	11.00	e13 206 02	10,90	1 729 709.25	13,23	636 616,03	10.04	0.58
62	Fomecimentos e senécos externos	133329047	26.59	3 034 059 61	24.53	1.386.267,73	24.64	0.081.341.09	30.46	1700 009 43	27.16	2,71
83	Transfeades, porventes conced, e-prest sporate	1 039 259 75	9.29	987 155.00	T.60	\$70,495,37	6.59	689 200.73	8.80	344 175.00	5.43	-0.21
64	Custos som o pessoal	4 127 466.21	32.99	4 111 106.36	32.35	2 168 119.47	38.54	4 229 742,75	32.95	2 309 538.50	36,47	1.15
- 00	Amerizações do exercício	2 669 995,17	21,53	9:351:967:35	27,19	1,008 104,00	29.48	3 330 572,04	25,48	T 050 041.00	26,21	0.02
67 85	Provisões do exercicio	200 790,54	2.13	302 864,86	1,05			80 430.99	0.42			17772
65	Outros custos pentas operacionais	110 337.58	0.66	166 400,36	1.35	65 544,31	1,17	183 594,98	1,40	91.721.16	1,29	0,13
1.2	(A) Custos e pendas operacionais	13 132 985 96	154,54	13 260 430,31	杨花瓣	6 261 885,46	111,32	14 434 390,83	116.25	6 751 102.54	100,00	3.97
59	Custos e perdas financeiros	325 179.50	2.69	486 346,15	3,95	78 792.72	-4.31	384-950,72	2.94	121 145,57	1,91	1,58
F1 241	(C) Castos e pentos financeiras	125 172.59	7.55	400 346 15	1.35	-13 (32,17	-(3)	384 150,77	2,94	171 145.57	1.91	1,58
-2-1	CUSTOS E PÉRDAS CORRENTES	13 4/8 143.35	107,53	13 745 775,46	111.37	6 188 D/2,74	110,01	14 809 731,33	112.25	E 8/72 248, 11	198,51	5,59 -0,12
19	Custos e perdes extraordinários	216 614,33	1,14	\$19.714,94	7,46	38 860,75	0,49	388 561,97	2,80	24.413,20	5.39	
	(E) Curates e perdas extraordinários	218 014.09	1.74	979 714,94	7.95	38 893,75	0.00	366 581,97	2.98	24 413.29	139	4.12
88	Resultado Siguido do exercicio	-1 1th 368.83	100 200	4200 800.53	-19,47	-601 929,502	-15,70	2 10K 150,44	-16,10	-003-304.75	6.83	0.31
	TOTAL GERAL	12 534 389.61	100,00	12 326 621,87	100,00	5 625 036,97	900,00	12 071 173,00	100,00	6 333 296,55	100,00	5.75

COG DONGA	K	2015		2016		P SEM	2017	2017		1'SEM	2018	Variação
POCAL	Proveilos e garbes	Valur	*	Valor	*	Valor	*	Valor	*	Valor		BEM 2017 (No
71 72 75 74	Vandas e prestações de senégos Impostos e taras. Tobalhos para a pripria entidade Transf. e subsidios obtidos	1 501 630,55 2 474 136,02 264 962,54 8 251 070,23	11,98 19,74 2,03 49,67	1 512 577,29 2 494 300,79 123 421,99 6 330 410,62	12.27 20.15 1.00 51.39	945 124,74 996 444,54 116 492,47 3 107 217,90	11,47 17,71 2,07 55,24	1 599 305,98 2 586 796,01 305 145,72 6 897 367,49	11,78 19,94 2,34 52,69	926 304,53 1 305 106,60 31 644,19 3 407 709,88	9.89 20,58 9.50 53,91	-0,15 2,42 -0,69 2,44
78	Outros proveitos e ganhos operacionais	557 500 00 11 020 566 62	4.40	559 352.44 91 912 832-96	4,54	203 437.60 5348 737.65	5,04	566 875,60	4.34	205 306,16	4,51	0.02
23	(II) Proveites e ganhos operacionam Resettos e ganhos financiatos (O) Proveitos e ganhos financiates	653 967.90	1.00	151 384,00	1.25	92 042 17	1,64	150 366,76	1.22	\$7 270 55 57 270 55	1,54	0.04 0.04
.79	PROVETOS E GAMICIS CODERNIES (F) Proveitos e gamicos estracránicios	91 GTJ 20G 50 980 890 09	91 (3) 8.67	11 103 Chd 54 1 101 594,91	1.42	5 740 735,62 304 217,35 364 277,35	0,63	1 345 385,54	0,00	5 754 457,16 501 039,45 581 639,45	91,81 8,19 9,19	1,60
. 3	TOTAL GERAL		and the latest designation of the latest des	12 326 631,87	100,00	5 625 036,87	100,00	(3 671 173,88	-	6 333 296.55	100,01	5.75

RESUMO:	(211)		-2019		V-SCM	2017	2011		1" 500	2018	1" SEM 2010/1" SEM 2017 (%)
Resultados operacionais (FB - IA)	2113 485,34	-15.86	2 246 777,35	48.28	-1 113 008,01	-93.79	₹ 558 102,65	89.57	1 096 915.99	47.32	4.13
Resultados financeiros (II) - (C)	308 814,31	2,45	-004 960,15	4.72	165 TILES	2,85	-224 7G1,9G	4.72	-00 MIS 60	431	-0.54
Resultados correntes (B+D) - (A+C)	-1 MAL S47 (0)	-14.80	-2 391 739,39	-75.M	867 313,12	-15.84	-7 752 SGE 01	21,29	-1 120 T91.01	47.78	-0.00
Resultados extraminários (F) - (E)	642.278,29	5,12	181 879,97	LAR .	345 343,60	6.94	678 793,57	5.19	207 436.25	1.36	1.72
Resultado Espedo do esercicio (B+D+F) - (A+C+E)	-110230E85	*27	2.209.600,53	-19.47	401 323,52	-8078	-2 YM 150.46	-85.99	-362-364,76	4H	6.31

O resultado liquido negativo de 563.364,76 € decorre da existência de resultados correntes negativos, devendo a atenção da Gestão estar focalizada nestas componentes. Face a igual período do ano transato o resultado líquido variou de forma positiva, todavia mantem-se a um nivel semelhante.

SROC n.º 177 [Cap. Social 12:5006 | NIF 505 77B 530 | Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Delegação: Rua do Desenhador, n.º 3 — P.I.T.É. | 7005-841 Évora | T. 266 748 030 | F. 266 748 032 | geralavora@auditoria.pt www.auditoria.pt



Câmara Municipal



C - Análise das principais contas

1. Classe 4 - Imobilizado

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2018;
- Apreciação dos aumentos, alienações, abates e transferências;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período.

Comentários

Face ao início perspetivado para 1 de janeiro de 2019, do novo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), assente em novos conceitos e julgamento profissional, nomeadamente a definição de <u>ativo</u>, <u>o modelo do justo valor</u>, <u>o princípio da substância sobre a forma</u>, propõe-se a análise imperativa deste novo paradigma, constituindo assim uma <u>oportunidade</u> para a fiabilidade da informação financeira. Para o efeito é necessário desde já levar a efeito o início dos trabalhos necessários à identificação e mensuração precisa dos ativos por registar. Para além da aplicação da Estrutura Conceptual, importa levar em conta as seguintes Normas de Contabilidade Pública (NCP):

NCP	3	Ativos Intangíveis
NCP	4	Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
NCP	5	Ativos Fixos Tangíveis
NCP	6	Locações
NCP	8	Propriedades de Investimento
NCP	9	Imparidade de Ativos
NCP	10	Inventários
NCP	11	Agricultura



Câmara Municipal



a) Bens de domínio público

	lmobilizado	2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/2017
	Bens de domínio público						
451	Terrenos e recursos naturais	370 135,43	370 135,43	370 135,43	370 135,43	370 135,43	
453	Outras construções e infra-estruturas	51 696 575,73	66 664 750,54	66 853 947,96	67 472 321,29	67 779 635,36	307 314,07
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	2 139 806,91	2 139 806,91	2 139 806,91	2 169 466,13	2 169 466,13	
445	Imobilizações em curso	1 075 525,92	112 879,58	370 073,52	739 810,64	1 123 907,32	384 296,68
485	Amortizações acumuladas	-24 031 280,62	-25 890 196,29	-28 422 168,89	-30 922 365,90	-32 141 013,80	-1 218 647,90
	The second secon	31 250 763,37	43 397 376,17	41 311 794,93	39 829 167,59	39 302 130,44	-527 037,15

b) Imobilizado incorpóreo

							Variação
	lmobilizado	2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018	1° SEM 2018/2017
	Imobilizações incorpóreas:		1				
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	103 635,53	140 535,53	140 535,53	140 535,53	140 535,53	
433	Propriedade industrial e outros direitos	194 842,73	240 662,27	245 506,01	274 824,23	279 451,49	4 627,26
443	lmobilizações em curso	15 557,90	15 557,90	41 853,78	41 853,78	41 853,78	
483	Amortizações acumuladas	-257 924,12	-326 610,51	-350 103,98	-378 263,21	-391 849,19	-13 585,98
		56 112,04	70 145,19	77 791,34	78 950,33	69 991,61	-8 958,72

c) Imobilizado corpóreo

As imobilizações corpóreas discriminam-se do seguinte modo:

	lmobilizado	2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/2017
	Imobilizações corpóreas:						
421	Terrenos e recursos naturais	7 231 012,78	7 314 364,12	6 756 661,60	6 720 584,39	6 735 934,39	15 350,00
422	Edificios e outras construções	23 041 659,48	23 224 253,33	23 069 339,12	24 002 741,44	24 048 791,44	46 050,00
423	Equipamento básico	1 851 218,11	2 093 145,28	2 236 847,86	2 410 856,21	2 454 966,19	44 109,98
424	Equipamento de transporte	1 027 144,71	1 030 144,71	1 013 173,56	1 070 368,56	1 165 325,75	94 957,19
425	Ferramentas e utensílios	56 164,46	65 824,53	67 266,02	83 403,19	93 659,19	10 256,00
426	Equipamento administrativo	928 363,37	935 620,32	926 513,55	1 044 292,78	1 051 324,44	7 031,66
429	Outras imobilizações corpóreas	538 309,71	545 060,87	687 928,36	689 301,30	689 301,30	
442	Imobilizações em curso	408 256,71	318 727,62	293 382,07	174 971,87	263 987,51	89 015,64
482	Amortizações acumuladas	-7 342 225,35	-8 108 466,73	-8 839 692,30	-9 636 353,96	-10 063 657,12	-427 303,16
	5.1	27 739 903,98	27 418 674,05	26 211 419,84	26 560 165,78	26 439 633,09	-120 532,69



Câmara Municipal



d) Investimentos financeiros

O total dos investimentos financeiros ascende a 671.659,94 €:

	lmobilizado	2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/2017
	Investimentos financeiros:					E .	
411	Partes de capital	219 785,00	100	115,00	1 000,00	1 000,00	
412	Obrigações e títulos de participação	0.0000000000000000000000000000000000000	496 886,83	496 886,83	496 886,83	319 428,00	-177 458,83
414	Investimentos em imóveis	444 353,84	444 353,84	444 353,84	444 353,84	444 353,84	
481	Amortizações acumuladas	-78 586,12	-82 739,20	-86 892,28	-91 045,36	-93 121,90	-2 076,54
491	Provisões para investimentos financeiros	-108 106,46	- stronger	SK1-17-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00	AND DESCRIPTION OF THE PARTY OF	The same of the sa	
		477 446,26	858 501,47	854 463,39	851 195,31	671 659,94	-179 535,37

Encontra-se registada a subscrição das unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal. A realização desta subscrição tem vindo a ser efetuada.

Decorrente da Lei do Orçamento do Estado para 2018, o valor da subscrição foi reduzida em 177.458,83 €, passando a participação para 319.428 €.

		CAPITAL NO INÍCIO	PAGAMENTOS	CAPITAL NO FIM	
	2015	496 886,83	35 492,00	461 394,83	# 2686
	2015	461 394,83	35 492,00	425 902,83	# 2686
	2016 - MPRIDO 2017 -	425 902,83	35 492,00	390 410,83	# 2686
		390 410,83	35 492,00	354 918,83	# 2686
CUMPRIDO		354 918,83	35 492,00	319 426,83	# 2686
COMPIGEO		319 426,83	35 492,00	283 934,83	# 2686
		283 934,83			
	2018	-177 458,83			REDUÇÃO
	2010			106 476,00	
	_	106 476,00	26 619,00	79 857,00	# 2686
	2018	79 857,00	26 619,00	53 238,00	
NAME OF THE OWNER, WHEN	2019	53 238,00	17 746,00	35 492,00	
PAGAMENTOS FUTUROS	2019	35 492,00	17 746,00	17 746,00	3 8
	2020	17 746,00	8 873,00	8 873,00	· ·
	2020	8 873,00	8 873,00		

Curto Prazo M/L Prazo 26 619,00 € 53 238,00 € 79 857,00 €



Câmara Municipal



e) Obras em curso

	CONTA	2014	2015	2016	2017	1º SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/2017
443	IMOBILIZAÇÕE INCORPÓREAS	15 557,90	15 557,90	41 853,78	41 853,78	41 853,78	
	OAD - Plano Pormenor de Salvag Valorização de Monsaraz	15 557,90	15 557,90	41 853,78	41 853,78	41 853,78	
442	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	408 256,71	318 727,62	293 382,07	174 971,87	263 987,51	
4422	Edificios e Outras Construções	408 256,71	318 727,62	293 382,07	174 971,87	262 372,92	
220000	OAD - Rec.Ed.Antiga Adega Cartuxa	97 396,91	97 396,91	97 396,91	97 396,91	97 396,91	
	OAD - Centro Logistico - 1ª fase	57 606,82	57 626,95	57 626,95		C-13-20-C-100	
	OAD - Imóvel R Macau 48 e 48A Reg Monsaraz	3 837,60					
	OAD - Parque Desportivo do Campinho		32 894,20				
	OAD - Casa Murtuária S.Pedro do Corval	54 950,38					
	OAD - Centro Logistico Municipal	38 116,18	40 168,84	40 168,84	i i		
	OAD - Subs Cond Abast entre R Orada (out) e Convent		9 169,13	9 169,13	8		
	OAD - Posto de Recloragem (Cartuxa)			17 118,01			
	OAD -Req. Escola nº 1 RM - Zon Envolvente Exterior			22 144,36	25 279,85	25 279,85	
	OAD -Centro Coordenador de Transportes					30 281,40	30 281,40
	Const rede Abast.Saneam.Expan.Zona Indust.	156 348,82					
	E-Red Abast Águas Conc-Rec Red Águas Sto.Ant.Baldio		81 471,59				
	E-Req. Sanitários BI1 da EB1 S. Marcos Campo			18 129,72			
	E-Req.Sanitários BIC da EB2 Reg.Monsaraz			24 228,15			
	OAD- Parque de Eventos de Motrinos				11 857,38	12 946,28	1 088,90
	OAD- Desporto XXI - Pista de Treino e Corta Mato				21 455,76	21 609,37	153,61
	E - Ren.C.Hist.S.Marcos Campo					14 478,53	14 478,53
	E - Req.Centro Coord. Transp. Reg. Mons,				11 581,97	52 980,58	41 398,61
	OBS - Sev.Det.Controlo Fugas Água			7 400,00	7 400,00	7 400,00	
	Equipamento Básico					1 614,59	
	Aquisição Elevador Móvel de Escada			S		1 614,59	1 614,59
445	BENS DE DOMINIO PÚBLICO	1 075 525,92	STATE OF THE RESERVE	120000000000000000000000000000000000000	739 610,64	1 123 907,32	
4453	Outras Construções e Infraestruturas	1 075 525,92		1000000 NO. 1000000	739 610,64	1 123 907,32	
	OAD - Expansão perimetro da Zona Industrial -1*fase	200 - 2	36 923,19	37 485,35			
	OAD - Hortas Comunitárias Reg.Mon Junto à CP	4 448,34		100 668,29			
	OAD - B° Ant. Sérgio R. M Zona estadia e esp verd		2 129,19	45000000000	0 1000000000000000000000000000000000000	8.3859757.40	
	OAD - Const Muralhas Monsaraz e Reab, Cam, Barbaçã			13 108,58	13 329,51	13 329,51	
	OAD - Req. Urb. João Paulo II			4 468,93	8		
	OAD - Rua St. António em Sto. António do Baldio			5 389,13	8		
	OAD - Reg. C. Hist. S. Marcos : Soc. Sanmarquense				6 660,96	6 660,96	**********
	OAD - Inf.Arranj.Ext.Urb.Monreal RM (Mendes)				6 097,18	6 217,45	120,27
	OAD - Caminho Agrícola (junto Herd. Cavaleira ER255)				1 704,88	1 704,88	
	OAD - Req. Rua Defesa S.Marcos Campo	50000404000			131,15	131,15	
	Acess das aldeias Ribeirinhas Cons Reg. Monsaraz	914 558,94	4				
	E - Pav Benef Ar e Pas - Diversos Arruamentos Cidade RM	156 518,64					
	E - Rep. Repavim. Arruamentos			59	157 547,88	157 547,88	
	E - Requalificação e Sinalização da EM 514			39 315,67			
	E - Mel Mob.Urb.Seg.Rod Zona Env. Escola Secundária			12 089,69			
	E- Mel.Mob.Urb.Seg.Rod Req. Vias Pedonais S. Pedro Conal				307 314,07	ED 005 (5)	-307 314,07
	E - Req.Baluarte Frt.Mons Proj.Mur.Mons.Reab.Barb.				07.044	50 065,10	50 085,10
	E - Req: Escola Bás. Nº 1 - Zona env.arranjos exte.				27 841,43 50 280,15	251 219,99 158 173.53	223 378,56 107 893,38
	E - Reg. Urb. S. Marcos Campo - Largo Cruzeiro				30 280,15	91 946.76	
	E - Parque Estacionamento Rossio Reg. Mons. E - Exec. Cons. Pav. Bet. Conc. Reg. Mons.				146 388,73	158 391,78	91 946,76 12 003,05
					140 388,/3	41 052,96	12 003,05 41 052.96
	E -Req. Arrum. União Freg. Campo Campinho				22 244 72		
	E - Inf.Arranjos Ext. Urb. Monreal Reg. Mons.				22 314,70	124 930,67 62 534,70	102 615,97 62 534,70
_	E - Req.Cons. Caminhos Agrícolas		(and the second	history			
	TOTAL	1 499 340,53	447 165,10	705 309,37	956 436,29	1 429 748,61	473 312,32

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503 Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.



Câmara Municipal



Em sede de encerramento de contas do exercício deve ser dada atenção a esta área de forma a proceder-se aos trabalhos de encerramento de obras, em especial as que se mantêm sem alteração desde anos anteriores.Para o efeito deve ser criteriosamente definida a política de capitalização de despesas.

Merece pois a devida atenção o reconhecimento da capitalização dos valores apurados, dada a definição do conceito de "ativo", bem como o seu consequente "reconhecimento" conforme define a Estrutura Conceptual do SNC-AP, ao qual acresce a consequente vida útil a atribuir a cada uma das obras realizadas. Para o efeito a contabilidade de custos contribui de forma evidente para o devido reconhecimento.

f) Amortizações acumuladas

As amortizações acumuladas sofreram a seguinte oscilação:

		2015	2016	2017	AUMENTO	OUTROS	1º SEM 2018	Variação
	lmobilizado	Valor	Valor	Valor	Valor 66 e 683	Valor	Valor	1º SEM 2018/2017
	Bens de domínio público:							
4853	Outras construções e infra-estruturas	25 814 214,28	28 343 850,84	30 841 671,12	1 217 247,57		32 058 918,69	1 217 247,57
4855	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	75 982,01	78 318,05	80 694,78	1 400,33		82 095,11	1 400,33
	240	25 890 196,29	28 422 168,89	30 922 365,90	1 218 647,90		32 141 013,80	1 218 647,90
	Imobilizações incorpóreas:							
4832	Despesas de invest.e de desenvolvimento	137 946,68	137 946,68	137 946,68			137 946,68	
4833	Propriedade industrial e outros direitos	188 663,83	212 157,30	240 316,53	13 585,98		253 902,51	13 585,98
	_	326 610,51	350 103,98	378 263,21	13 585,98	j	391 849,19	13 585,98
	Imobilizações corpóreas:			25.44				
4822	Edificios e outras construções	Edificios e outras construções 4 519 746,75	4 993 729,27	5 500 375,48	48 267 671,35		5 768 046,83	267 671,35
4823	Equipamento básico	1 562 909,19	1 689 724,23	1 841 197,45	81 392,66	189,00	1 922 401,11	81 203,66
4824	Equipamento de transporte	831 816,39	853 236,95	879 050,39	18 254,82		897 305,21	18 254,82
4825	Ferramentas e utensílios	49 582,20	53 831,86	59 618,49	4 004,97	315,02	63 308,44	3 689,95
4826	Equipamento administrativo	775 473,72	822 552,03	889 540,08	28 179,75		897 719,81	28 179,75
4827	Taras e vasilhame	Olivernoviii Peri	CHARLES CONTRACTOR		WHILE SON			
4829	Outras imobilizações corpóreas	368 938,48	426 617,96	486 572,09	28 303,63		514 875,72	28 303,63
		8 108 466,73	8 839 692,30	9 636 353,96	427 807,18	504,02	10 063 657,12	427 303,16
	Investimentos financeiros:							
4812	Edificios	82 739,20	86 892,28	91 045,38	2 078,54		93 121,90	2 076,54
	2014 Maria Caracteria	82 739,20	86 892,28	91 045,36	2 076,54		93 121,90	2 076,54
	TOTAL	34 408 012,73	37 698 857,45	41 028 028,43	1 662 117,60	504,02	42 689 642,01	1 661 613,58



Câmara Municipal



2. Classe 3 - Existências

O valor líquido das existências ascende a 250.759,70 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

	CONTA	2014	2015	2016	2017	1º SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/2017
38	Existências Matérias-primas, subsidiarias e de consumo Provisões para depreciação de existências	285 049,05 -29 710,23	304 831,22 -30 417,46	255 421,11 -21 642,83	100000000000000000000000000000000000000	100000000000000000000000000000000000000	8 790,38
	TOTAL	264 339,72	274 413,74	233 779,00	241 965,32	250 759,70	8 798,38

Em termos do seu valor antes de abatidas as provisões estão repartidas pelas seguintes componentes:

	1° SEM 2018
Materiais diversos - Cartuxa	239 582,26
Materiais diversos - Economato	39 401,43
Combustiveis	162,00
TOTAL (EF 30/06/2018)	279 145,69

Esta área merece acompanhamento de forma a permitir o seu adequado controlo. Assim, para que possa existir conciliação dos valores registados em compras e em armazéns, é necessário que as faturas sejam registadas atempadamente e dentro dos períodos a que respeitam, facto que ocorre com adequado acompanhamento.

Em sede de encerramento de contas e para os bens sem rotação, propomos a sua devida apreciação, para quantificação de eventual necessidade de reforço das provisões/imparidades para depreciação de existências, ou envio para sucata do que for identificado como inoperacional para as atividades municipais.

3. Classe 2 - Contas a Receber

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2018
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- · Apreciação das provisões/imparidades necessárias para fazer face aos riscos identificados.



Câmara Municipal



Comentários

a) O valor das dívidas a receber ascende ao montante de 915.530,55 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

	CONTA			SALDO			Variação	
	CONTA	2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018	1° SEM 2018/2017	
21.1	- Clientes c/c	26 592,77	30 643,95	29 124,83	26 487,06	37 437,21	10 950,15	
21.2	- Contribuinte c/c	15 581,47	21 084,20	23 930,75	22 659,50	31 827,51	9 168,01	
21.3	- Utentes	51 886,96	88 602,92	88 878,10	102 870,12	277 957,25	175 087,13	
21.8	- Cobrança Duvidosa	3 904 992,20	4 120 335,58	4 386 825,02	4 394 745,94	4 393 610,54	-1 135,40	
29.1	Provisões para cobrança duvidosa	-3 900 160,46	4 118 386,34	4 320 462,30	4 391 730,45	4 391 730,45	1-120000 No.	
24	Estado e outros entes Públicos	146 793,74	130 014,89	144 953,80	152 193,05	168 460,46	16 267,41	
26	Outros Devedores	674 289,26	765 357,67	156 193,45	456 388,56	397 968,03		
26.8.1	- Devedores Diversos	12 427,03	12 427,03	12 427,03	12 427,03	12 427,03	A standard and address and a	
26.8.2	- Transf.p/Aut.Locais	661 862,23	752 930,64	143 766,42	443 961,53	385 541,00	-58 420,53	
28	Empréstimos Concedidos	3 450,00	1 550,20	296,92	385	777		
	TOTAL	923 425,94	1 039 203,07	509 740,57	763 613,78	915 530,55	151 916,77	

 a) O valor de clientes cobrança duvidosa (#21.8) ascende ao montante de 4.393.610,54 €, discriminando-se da seguinte forma:

	25	2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/2017
21.8	- Cobrança Duvidosa				The state of the s	Santa Company and a second	3 40 40 40
	Ågua	41 708,36	38 636,28	39 064,23	41 510,17	41 192,90	-317,27
	Saneamento	10 250,46	9 843,20	10 277,71	11 878,46	11 706,37	-172,09
	Aluguer de contadores	6 439,03	6 389,08	6 389,08	6 375,91	6 372,55	-3,36
	Resíduos sólidos	26 297,25	22 771,08	24 035,43	25 759,08	25 498,36	-260,72
	Mercados e Feiras	1 926,18	4 609,89	5 376,69	5 376,69	5 376,69	
	Tarifa disponibilidade abastecimento água	22 043,99	15 041,36	16 706,21	18 074,90	17 803,35	-271,55
	Tarifa disponibilidade saneamento	6 863,11	5 211,07	5 900,74	6 398,88	6 288,47	-110,41
	Rendas Hidroelétrica Alqueva	3 789 463,82	4 015 933,82	4 015 931,62	4 015 931,62	4 015 931,62	
	Empréstimos concedidos - FAME		1 899,80	3 153,08	3 450,00	3 450,00	
	Venda da Herdade do Barrocal		AND THE RESERVE OF THE	259 990,23	259 990,23	259 990,23	
	TOTAL	3 904 992,20	4 120 335,58	4 386 825,02	4 394 745,94	4 393 610,54	-1 135,40

b) A conta de Estado e outros entes públicos decorre do IVA a recuperar (#24.3), apresenta um saldo no montante de 168.460.46€.

CONTA		2014 2015		2016	2017	1° SEM 2018
24 24.3	Estado e Outros Entes Públicos - IVA	146 793,74	130 014,89	144 953,80	152 193,05	168 460,46
	TOTAL	146 793,74	130 014,89	144 953,80	152 193,05	168 460,46

c) Os empréstimos concedidos (#28) são referentes a empréstimo concedido no âmbito do programa FAME (Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Entidades/ Programa de apoio à reabilitação de casas degradadas de agregados familiares carenciados, encontrando-se totalmente provisionado o seu valor.

23

SROC n.º 177 | Cap. Social 12.500€ | NIF 505 778 530 |Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Delegação: Rua do Desenhador, n.º 3 – P.I.T.É. | 7005-841 Évora | T. 266 748 030 | F. 266 748 032 | geral.evora@auditoria.pt www.auditoria.pt



Câmara Municipal



d) Quanto às dívidas de outros devedores, a conta #26.8.2 refere-se na sua maioria a projetos que aguardam transferências por parte das entidades financiadoras:

#2682	2017	1° SEM 2018	Variação 1° SEM 2018/2017
Centro Nautico de Monsaraz	23 226,12	23 226,12	
Criação Reserva Dark Sky	76 017,89	76 017,89	
Reg. Sanitários S. Marcos Campo	732,34	732,34	
Rua da Orada, Saneamento de Outeiro	3 396,95	3 396,95	
Equi. Inf. Escolas	3 874,91	3 874,91	
Val. promoção des. patri, histórico cultural Évora e região envolv.	52 732,88		-52 732,88
Fundo Ambiental	In the contract of the	19 229,01	19 229,01
ADLA	12 202,53	8 250,00	-3 952,53
ADLA Rede Cultural Terras de Sol	19 868,05	11 618,05	-8 250,00
Outros	2,87	2,87	
Zona Envolv. Escola Sec. Reg. Monsaraz	2 453,38	2 453,38	
PNCT - Praia Fluvial Monsaraz	115 256,39	168 179,74	52 923,35
Requalificação Urb.Env.Escola Bás.nº 1 RM	134 197,22	35 876,81	-98 320,41
Requalificação vias pedonais S.Pedro do Corval		9 680,90	9 680,90
Requalificação Centro Hist, S. Marcos Campo - Largo Cruzeiro		6 722,38	6 722,38
Requalificação Centro Hist. S. Marcos Campo - Soc. Sanmarq		16 279,65	16 279,65
TOTAL	443 961,53	385 541,00	-58 420,53

Recomenda-se a análise de saldos do anterior quadro, no sentido da sua conclusão.

Segue-se a execução no âmbito do PORTUGAL 2020, à data de 30/06/2018, para os projetos titulados pelo Município. Os projetos em que o Município tem a condição de parceiro, não se encontram no mapa apresentado.



Câmara Municipal



ia do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inádo Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

PROJETOS NO ÂMBITO DO PORTUGAJ 2020

Operação	Designação da Operação	Estado	Data	Custo Total Aprovado	Elegivel Aprovado	Apoio Total Aprovado	Taxa apoio	Apolo Pago			ANULADO	SALDO 25.8
		Candidatura	Estado					31/12/2017	30/06/2018	Total		26.8
ALT20-08-2114-FEDER-000085	Recuperação dos Baluartes Fortificados em Monsaraz	Em Execução	09/11/2017	1 365 198,76	1 365 198,76	1 023 899,07	75,00%	8 283,75	37 548,83	45 832,58		7.
ALT20-02-5673-FEDER-000050	Requalificação da Escola Básica NP1 de Reguengos de Morsanar - Climatização	Em Execução	15/12/2017	157 879,08	157 879,08	134 197,22	E5,00%	3	127 487,36	127 487,36		6709,86
ALT20-04-1405 FEDER 000039	Requalificação da Escola Básica NPI de Reguengos de Monsarar - Zona Envolvente e Arranjos Exteriores	Em Execução	13/12/2017	281 376,59	200 315,94	170 268,55	85,00%	41 229,62	79 826,24	121 055,86	2 685,57	29 156,95
ALT20-04-2315-FEDER-000048	Regeneração Urbana do Centro Histórico de São Marcos do Campo - Largo do Cruzeiro	Em Execução	04/01/2018	158 173,53	158 173,53	134 447,50	85,00%	*	127 725,13	127 725,13		6722,38
ALT20-04-2316-FEDER-000049	Regeneração do Centro Histórico da S. Marcos do Campo - Sociedade Harmonia Sanmarquense	Em Execução	16/02/2018	200 682,45	191666,56	162 916,58	II5,00%	3		0,00		16 279,65
ALT20-04-1405-FEDER-000016	Melhoria da Mob. Urbana e Segurança Rodoviária no Concelho de Reguengos de Monsaraz: Regua lificação e Modernização das Vias Pedonais no Cidade de Reguengos de Monsaraz - 1º Face	Acrite pelas Entidades / Contratada	23/01/2017	385 716,52	205 852,52	174974,64	85,00%			0,00		
ALT20-02-5673-FEDER-000034	Requalificação dos Senitórios do Bloco Ada EBT de S. Marcos do Campo	En Execução	12/04/2017	18 129,72	18 129,72	15 410,26	85,00%	13 914,38		13 914,38		732,34
ALT20-04-1406-FEDER-000017	Melhoria da Mobil Idade Urbana e Segurança Rodoviária no Concelho de Reguengos de Monsaraz Requa lificação de vias pedonais em S. Pedro do Corval	Em Execução	24/08/2017	316 793,66	264 731,72	225 021,96	85,00%	15 863,19		15 863,19		8 3
ALT20-08-2314-FEDER-000078	Reguengos de Monsaraz - Cidade Europeia do Vinho 2015/Capital dos Vinhos de Fortugal	Emisseuglio	17/04/2017	1679 358,57	1 112 306,07	834 229,55	75,00%	443 928,45	49 279 67	493 208,12		8 8
ALT20-04-1405-FEDER 000018	Melhoria da Mobilidade Urbana e Segurança Rodoxiária no Concelho de Reguenços de Monsana: Zona envolvento à Escola Secundária de Reguenços	Em Execução	26/12/2016	72 167,85	62 719,20	53311,32	H5,00%	47 128,18		47 128,18		
ALT20-02-5673-FEDER-000036	Atualização dos Equipamentos Informáticos das Escolas	EmExecução	12,04/2017	90 352,88	90352,88	76 799,55	E5,00%	72 211,65		72.211,65		3 874,91
POSEUR-03-2012-FC-000630	Projeto da Rua da Orada - Fecho da Zono em "Balxa" do Sanezmento de Outeiro	Em Execução	07/08/2017	79 999,90	79 999,90	67 999,51	85,00%	64 542,05		64 542,05		3 396,95
ALT20-04-2316-FEDER-000061	Regeneração Urbana do Centro Histórico de São Pedro do Corval - Requalificação das Vias Pedorais de S. Pedro do Corval	EmExecução	22/02/2018	307 314,07	277 785,87	193 617,59	69,70%		183 937,09	183 937,09		9 680,90
ALT20-02-5266-FSE-000054	Planes Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar remetemos a seguinte informação	EmExecução	17/05/2018	372 390,00	372 390,00	316 531,50	85,00%		22 280,63	22 280,63		
PO15E-02-3220-FSE-000082	PPAL	Em Execução	10/02/2017	47.435,00	47 435,00	43 640,20	92,00%		23 342,00	23 342,00		
9	TOTAL			4805829,52	3 907 325,88	3 073 476,51	3	707 101,27	651 426,95	1 358 528,22	2 685,57	76 563,94

25

SROC n.º 177 | Cap. Social 12.500€ | NIF 505 778 530 |Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Delegação: Rua do Desenhador, n.º 3 − P.I.T.É. | 7005-841 Évora | T. 266 748 030 | F. 266 748 032 | geral.evora@auditoria.pt www.auditoria.pt



Câmara Municipal



4. Classe 1 - Disponibilidades

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2018;
- Apreciação das conciliações bancárias efetuadas pelo Município;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 30/06/2018;
- Apreciação do mapa de fluxos de caixa, com referência a 30/06/2018.

Comentários

a) Esta classe de contas apresenta os seguintes valores:

		CONTA	2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018
11	Calxa 111 112 118	Calxa - Oper. Orçamentals Calxa - Oper. De Tesouraria Fundo Manelo TOTAL	7 845,15 604,37 400,00 8 849,52	10 580,05 1 222,07 400,00 12 202,12	8 003,83 1 558,21 500,00	4 434,56 583,47 400,00 5 418,03	1 152,61 3 050,00
		CONTA	2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018
12	Depósit	os em instituições Financeiras	20000VI 83	SANCOSAY	S POLARIES	8	Danastineetig
	1201	Caixa Geral de Depósitos	4 954,69	29 872,51	16 317,66	6 218,03	90 744,47
	1202	Caixa Central de Crédito Agricola Mútuo, Cri	349,59	6 417,85	10 736,50	12 032,30	87 282,71
	1203	Novo Banco	288 737,27	275 114,67	179 086,99	170 491,51	388 409,49
	1204	Banco Comercial Português, SA	210,19	125,52	6 921,08	7 568,82	542,13
	1206	Banco BPI, SA	41,19	1 565,25	4 089,72	450,81	20 540,37
	1207	Banco Santander Totta	2 170,66	770,22	4 948,81	698,65	995,47
	1208	Banco BIC Português SA	25		500,00	461,00	431,00
		TOTAL	296 463,59	313 866,02	222 600,76	197 921,12	588 945,64

TOTAL DISPONIBILIDADES

305 313,11 326 068,14 232 662,80 203 339,15 601 702,47

Foram apreciados/conciliados o mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria com a classe de disponibilidades. Verifica-se a diferença de 0,01 €, contudo dada a materialidade e dificuldade de regularização a diferença torna-se imaterial.

	2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018
SALDO DA GERÊNCIA	100			70 7	
- Execução Orçamental	24 202,93	83 705,32	60 632,14	34 098,90	377 600,36
- Operações de Tesouraria	281 110,17	242 362,81	172 030,65	169 240,24	224 102,10
TOTAL	305 313,10	326 068,13	232 662,79	203 339,14	601 702,46

b) Têm vindo a ser efetuadas as reconciliações bancárias, devendo estes mesmos trabalhos ser mantidos, para que no final do exercício todos os itens em aberto sejam decorrentes de valores, em trânsito, com data inferior a 6 meses.



Câmara Municipal



Conta 27 – Acréscimos e diferimentos - Ativos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2018;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

a) O valor dos acréscimos e diferimentos ativos ascendem a 21.659,44 €, tal como discriminado:

	CONTA	2014	2016	2018	2017	1º SEM 2018	Variação 1º 8EM 2018/2017
27	Aoresolmos e diferimentos	26					
27.1	Aorésolmos de proveitos Receita a receber por fomc/ de água	382 407,62 99 608.68	458 789,68 113 789,43	294 843,76 119 319.98	164 887,18		-115 070.71
	 impostos Directos Outros Acréscimos de proveitos 	56 328,84 225 470,00	345 000,15	66 247,19 109 276,58	39 616,47		-39 616,47
27.2	- Custos diferidos - Seguros	26 121,42 20 860.53	16 837,89 12 397.89	28 086,26 24 645,25	21 283,37 17 812.62	21 859,44 18 219,44	406.82
	- Outros custos diferidos	4 260,89	3 440,00	3 440,00	3 470,75	3 440,00	-30,75
4	TOTAL	407 628,84	474 627,47	122 829,00	176 870,66	21 868,44	-164 211,11

b) A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz á assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento.

Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos acréscimos e diferimentos que, no ativo, se desdobram e se discriminam conforme acima representado. Alguns dos valores estimados, já foram regularizados.

6. Classe 5 - Fundo patrimonial

As variações ocorridas nesta área do Balanço apresentam-se como segue:

Rubriess	8aldo Inicial 01-01-2018	Aumentos de património	Aplicação dos resultados	Resultado do Exercicio	3aldo final 30-06-2018
61 - Patrimonio	43 682 684,28	81 400,00			43 644 084,28
68 - Reservas de reavallação	3 328 986,03				3 328 885,03
67 - Reservas :	3 218 631,24				3 218 531,24
571 - Reservas legals	205 307,87				205 307,87
575 - Subsidios	1 852 475,59				1 862 475,59
576 - Doações	1 151 747,78				1 151 747,78
68 - Resultados transitados	-13 843 643,94		-2 104 160,44		-16 947 704,38
5901 - Regularizações de património	-1 414 301,00				-1 414 301,00
5902 - Resultados Transitados	-12 429 242,94		-2 104 160,44		-14 533 403,38
ololorexe ob oblupil aobsultados 188	-2 104 180,44	y 2	2 104 160,44	-683 384,78	-583 384,78
TOTAL	34 183 486,17	81 400,00		-583 364,78	35 881 631,41



Câmara Municipal



7. Classe 2 - Contas a Pagar

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2018;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Testes às dividas a Fornecedores, Estado e outros entes públicos, Instituições de Crédito e a outros credores.

Comentários

 a) Quanto ao valor das dividas a pagar (dividas orçamentais e n\u00e3o orçamentais) o mesmo ascende a 20.977.949,49€, conforme abaixo discriminado;

		- No.	8ALDO						
	CONTA	2014	2014 2015 2018 2017 1° SEM 2018						
21.7	- Cauções	\$1 525,13	52 856,34	7.769,14	5 435,25	7 163,72	1 728,47		
22	Fornecedores	6 673 036,28	8 965 963,11	8 488 722,06	8 720 800,48	8 935 973,63			
22.1	- Formecedores C/C	6 573 036,26	6 955 953,11	8 468 722,05	8 720 900,46	8 935 973,63	215 073,17		
23	Emprésimos Oblidos	10 737 889,82	10 528 284,01	9 334 947,28	10 351 558,22	10 343 288,51	V-05/90/00/00/00		
	- C/prazo	1 050 000,00	1 350 000,00	675 000,00	350 000,00	600 000,00	250 000,00		
	- M/L prazo	9 687 889,82	9 176 264,01	8 659 947,26	10 001 556,22	9 743 286,51	-258 269,71		
24	Estado e Outros Entes Públicos	828 164,81	738 168,03	448 932,87	208 268,38	268 946,08	60 687,69		
28	Outros Credores	1 903 322,41	2 280 118,04	1 343 245,24	1 662 006,07	1 250 510,34	: Mary Construction		
26.1.1	- Fornecedores de Imobilizado C/C	587 415,65	425 489,09	198 880,21	385 812,32	273 491,25	-112 321,07		
26.1.3	- Fornecedores de Implo, - acordos de pagamento	V-30000000000	reasoning for	A	47 801,01	- 87	-47 801,01		
26.1.4	- Factorings	128 668,44	512 184,69	216 342,49		5000000000			
26.1.5	- Imóveis	7/4/4/4/5/4/4			195 000,00	130 000,00	-65 000,00		
26.2	- Pessoal								
26.3	- Sindicatos	711,76	705,40	684,55	697,51	697,71	0,20		
26.4	- Administração Autárquica	154 659,23	166 610,55	136 582,90	76 038,30	164 163,80	88 125,50		
26.5	 Associações Profesionais 	128,76	226,07	240,64	252,65	468,37	215,72		
26.8.1	- Cred. Diversos	32,75	1990000		15000000	2500000	Detailed a		
26.8.4	- Cred. De Transf.Aut.Locals	175 273,06	168 242,33	101 834,35	22 572,37	43 467,20	20 894,83		
26.8.5	- Cred.p/depósito de garantias	31 793,13	27 963,58	21 471,38	11 960,97	11 960,97			
26.8.6	- Credores Diversos	536 888,87	650 629,75	578 144,53	716 051,47	516 915,18	-199 136,29		
26.8.7	- Operações de Tesouraria	57 750,76	69.375,48	86 986,79	95 818,47	109 345,86	13 527,39		
26.9	- Adiantamentos por conta de vendas	230 000,00	238 692,10	2 077,40	0.00000000ACA	W-00/1000000	Control Control		
29.2	Provisões para riscos e encargos	385 600,74	407 768,09	172 089,21	172 069,21	172 069,21			
	TOTAL	29 478 528,87	29 841 105,82	18 776 686,77	21 910 224,60	20 877 848,48	-32 275,11		

a) As contas de Fornecedores e Fornecedores de imobilizado foram apreciadas em conjunto.

	Consideration	N		SALDO			Variação
	CONTA	2014	2016	2016	2017	1º 8EM 2018	1º BEM 2018/2017
22	Fornecedores O/C	6 573 036,26	6 995 963,11	8 468 722,05	8 720 900,46	8 935 973,63	215 073,17
28	Outros Credores	0.5000000000000000000000000000000000000	-1-00-99704034	And Control of Con-	seem outside of	COUNTRY DOVER	1.0456720420
26.1.1	Fornecedores de Imobilizado C/C Fornecedores de Imob acordos de pagamento	587 415,65	425 489,09	198 880,21	385 812,32 47 801,81	273 491,25	-112 321,07 -47 801,01
25.1.4	- Factorings	128 668,44	512 184,69	216 342,49	1977 3 40 174 4 17		200000000000000000000000000000000000000
26.1.5	- Imóvels	se secondonesia	and the same of the	near will be	195 000,00		-195 000,00
	TOTAL	7 299 129,36	7 885 626,89	8 883 844,76	348 513,79	9 209 464,88	-140 048,91

A entidade, desenvolveu processo interno de circularização a terceiros, pedindo a confirmação de saldos.



Câmara Municipal



Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503 Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas. Da análise efetuada quanto à divida a terceiros destacam-se os seguintes fornecedores:

	> 20.000	€	> 20.000	(€	> 40.000 €			
MAJORES FORNECEDORES CORRENTES	30/08/2018	%	31/12/2017	%	31/12/2016	%	31/12/2016	%
Corval Som, Lda.					47 091,78	0,56%	46 284,90	0,67%
ÁGUAS DE VALE DO TEJO, S.A.	2 592 068,97	29,01%	2 533 570,87	29,05%	4 743 406,41	56,01%	4 920 893,22	70,74%
ÁGUAS DO CENTRO ALENTEJO, S.A.	5 366 018,00	60,05%	5 366 018,00	61,53%	2 464 711,34	29,10%	334 693,16	4,81%
SOPSA-Representações e Comercio, Lda.	1						62 729,51	0,90%
MENDES & IRMÃOS,S.A.	33 072,95	0,37%	52 607,06	0,60%	79 880,25	0,94%	76 716,34	1,10%
SONCA	58 996,44	0,66%	58 704,93	0,67%				
GESAMB-Gestão Ambiental e Residuos, EIM	200 715,31	2,25%	173 637,50	1,99%	241 074,01	2,85%	164 714,73	2,37%
Gertal, S.A.							119 218,82	1,71%
João Mata, Lda Corretores e Consultores de Seguros							59 331,67	0,85%
Rui Costa Unipessoai, Lda	32 238,30	0,36%			104 369,19	1,23%	104 369,19	1,50%
Platela de Exitos Lda.					97 034,25	1,15%	90 097,50	1,30%
Veco Juncal Comércio Mobililário e lluminação							48 831,02	0,70%
Leading Lda.							45 609,81	0,66%
Smart Choice Lda.					55 281,03	0,65%	65 281,03	0,94%
Multitendas	40 491,60	0,45%			50 915,60	0,60%		
A. Fonseca Ribeiro Lda.	31 531,00	0,35%	36 531,00	0,42%				
EDP Comercial S.A.	1		29 551,98	0,34%				
EDP Serviço Universal S.A.	58 240,77	0,65%	32 256,63	0,37%				
Petroleos de Portugal S.A.			28 727,42	0,33%				
Rul Manuel Honrado Pinto			28 731,12	0,33%				
NOS Comunicações S.A.			26 184,24	0,30%				
lluminalentejo - Material Betrico, Lda.	20 044,33	0,22%						
Viaextra - Engenharia e Construção, Lda.	58 611,96	0,66%						
PODIUM EVENTOS, S.A.			27 675,00	0,32%				
TOTAL	8 492 029,63	86%	8 394 195,76	98%	7 883 763,86	83%	8 138 770,90	88%
TOTAL #22	8 936 973,63		8 720 900,48	[8 488 722,05		8 955 953,11	

			_						
MAIORES FORNECEDORES IMOBILIZADO (> = 20.000 €)	30/08/2018	%	ı	31/12/2017	- %	31/12/2016	%		31/12/2016
Prólogica, S.A.			1					Г	45 819,54
Publiplanicie, Lda.									35 700,00
A. Mine Carno, S.A.									23 916,12
Arquinave Sociedade de Construções, S.A.			Γ			70 827,96	35,61%		70 827,96
Plenavia, Lda.									81 471,59
Engisphera Lda.	24 501,60	6,07%		24 501,60	6,35%	24 501,60			24 501,60
Triangulésferico Lda.	24 409,96	6,05%	Ι	24 409,96	6,33%	24 409,96	12,27%		24 409,96
Capgemini Portugal 8.A.									30 399,00
Construções J.J.R & Filhos S.A.	39 275,16	9,73%		158 610,16	41,11%				
Vibeiras 8.A	46 894,29	11,62%		50 280,15	13,03%				
Constradas, S.A.				49 768,14	12,90%				
JEVOP Construções 8.A.				22 314,70	5,78%				
Wellgreen Unipessoal Lda.				48 216,00	12,50%				
Terralem	37 691,69	9,34%							
MONUMENTA	50 065,10	12,41%							
AIRC						23 285,13	11,71%		30 400,00
IBERPONTOONS			L					Ξ	
TOTAL	222 837,80	65%		378 100,71	88%	143 024,86	72%		387 445,77
TOTAL #2811	403 481,26		Į	385 812,32		188 880,21	[426 488,09
PERCENTAGEM	66%	[88%		72%	[88%

29

SROC n.º 177 | Cap. Social 12.500€ | NIF 505 778 530 |Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Delegação: Rua do Desenhador, n.º 3 – P.I.T.É. | 7005-841 Évora | T. 266 748 030 | F. 266 748 032 | geral.evora@auditoria.pt www.auditoria.pt



Câmara Municipal



Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Bak Andrela Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas

Maria do Rosário da

b) Os empréstimos obtidos discriminam-se conforme segue:

EMPRÉSTIMOS OSTIDOS	2017	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	1º SEM 2018	GARANTIAS	A PAGAR 2018	A PAGAR EM ANOS POSTERIORES
- Curlo prazo		- 1			The state of the s		(1)
CCAM 51008573122 58072516390 MOVO BANCO 1617000035818	350 000,00	600 000,00	350 000,00	600 000,00		600 000,00	
- M/L prazo CGD							
0681/000770/891	28 989,64		19 326,42	9 663,22	\$ 770,00	9 663,22	
9015/002472/991 9015/002473/791 9015/002474/591	596 470,54 68 498,37 64 313.86		74 224,14 8 001,47 8 542.16	522 246,40 60 496,90 55 771,70	859 438,00	74 319,51 9 088,60 7 471,54	447 926,89 51 408,30 48 300,16
9015/002923/291	17 839,75	- 1	1 783,97	16 055,78	Ĭ	1 783,98	14 271,80
9015/002924/091 9015/002925/991 9015/003217/991	46 078,08 8 608,75 71 131,75		4 607,81 860,88 7 113,17	41 470,27 7 747,87 64 018,58	101 776,00	4 607,81 860,87 7 113,17	36 962,46 6 887,00 56 905.41
9015/003501/191 9015/003502/991	12 322,37 195 634,51		1 120,22 17 784.96	11 202,15		1 120,21 17 784.95	10 081,9 160 064.6
9140/013247/291 9015/004357/991 9015/004687/091	231 367,21 269 381,03 66 725,80		16 963,59 17 898,47 2 083,49	214 393,52 251 482,56 64 642,31	120 732,00	16 995,92 17 908,21 6 251,13	197 397,7/ 233 574,3 58 391,1
BCP	5000000000	- 1	500000000	ACRES AND		1.75-6:15 G	VEX.
77819231 201303141	23 533,38 154 502,08		2 353,35 4 118,63	21 180,03 150 383,45		2 353,35 4 218,56	18 826,68 146 164,89
MOVO BANCO 239052922206 235052922109	93 056,00 112 272,00		5 816,00 7 017,00	87 240,00 105 255,00	1 779 209,00	5 816,00 7 017,00	81 424,00 98 238,00
000101989778 0770017932	561 697,00 55 802,76		33 041,00 2 790,14	528 656,00 53 012,62	100 445,00	33 041,00 2 790,14	495 615,00 50 222,40
BPI 3391333830014 3391333830017 PREDE	445 045,29 1 860 961,31 940 930.20		22 822,84	422 222,45 1 860 961,31 940 930.20	758 403,00	22 822,84 836 382,40	399 399,6 1 860 961,3 104 547.8
PAEL	4 076 404,54			4 076 404,54		1 358 801,44	2 717 603,1
TOTAL	10 361 556,22	800 000,00	R08 295,71	10 343 286,51	3 721 773,00	3 048 211,85	7 295 974, 8

O saldo final dos empréstimos foi conciliado com base no mapa de responsabilidades do Banco de Portugal, ou com procedimentos alternativos, encontrando-se concordantes.

Quanto aos empréstimos PREDE e PAEL, à data de 31/12/2017, encontravam-se atrasos nos pagamentos das responsabilidades assumidas por parte do Município, tal como se apresenta no quadro seguintes. Durante o semestre não foram efetuados pagamentos quanto aos referidos empréstimos, situação que se agrava, face às datas de contratualização dos mesmos.

Segundo se apurou, prevê-se resolução da situação durante o último trimestre de 2018.

De seguida apresenta-se a situação dos atrasos à data do fecho do exercício de 2017, já anteriormente reportada.



Câmara Municipal



	PAG	AMENTOS EM A	TRASO DE EMPI	RESTIMOS
180011-04	PREDE	1990	61680	PAEL
dez/14	104 547,80	4 248,30	mai/15	116 88
Jun/15	104 547,80	4 652,27	nov/15	116 88
dez/15	104 547,80	3 609,62	mai/16	116 88
Jun/16	104 547,80	2 823,60	nov/16	116 88
dez/16	104 547,80	2 043,96	mai/17	116.88
Jun/17	104 547,80	2 069,26	nov/17	116 88
dez/17	104 547,80	1 549,71	mai/15	52 96
TOTAL	731 834,60	20 996,72	now/15	52 96
TOTAL	752 8	31,32	mai/16	52 96

	PAEL	
mai/15	116 888,89	37 377,17
nov/15	116 888,89	35 413,49
mai/16	116 888,89	34 451,70
nov/16	116 888,89	33 247,10
mal/17	116 888,89	31 147,54
nov/17	116 888,89	30 080,71
mai/15	52 961,29	17 766,04
nov/15	52 961,29	17 307,99
mai/16	52 961,29	16 375,51
now16	52 961,29	15 802,94
mai/17	52 961,29	14 805,04
nov/17	52 961,29	14 297,90
TOTAL	1 019 101,08	299 073,23
TOTAL	1 318 174,31	

PAGAMENTOS EM ATRASO DE EMPRÉSTIMOS

oapital	1 760 936,68 €
luros	320 089.95 €
TOTAL	2 071 006,63 €

O mapa de empréstimos da conta de gerência (Nota 8.3.6.1) apresenta o valor efetivamente pago, pelo que o valor total dos empréstimos à data de 31/12/2017 ascende a 10.456.104,02 €, verificando-se uma diferença de 105 mil euros, registado na conta de outros credores, respeitante ao empréstimo PREDE.

	2017	2016	2015	2014
Mapa de empréstimos (nota 8.3.6.1)	10 456 104,02 €	9 439 495,06 €	10 630 811,81 €	11 012 287,80 €
Balancete contabilistico	10 351 556,22 €	9 334 947,26 €	10 526 264,01 €	10 737 889,82 €
DIFERENÇA	104 547,80 €	104 547,80 €	104 547,80 €	274 397,98 €
PREDE PAEL	104 547,80 €	104 547,80 €	104 547,80 €	104 547,80 € 169 850,09 €
DETALHE DA DIFERENÇA	104 547,80 €	104 547,80 €	104 547,80 €	274 397,89 €

Quanto ao empréstimo de curto prazo, alertamos para o disposto n.º 1, do art.º 50º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que refere:

"Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados."

Face ao exposto quanto aos pagamentos de empréstimos, o Município deve dar cumprimento à referida norma.

Câmara Municipal



c) Os valores do passivo, relativamente ao Estado e outros entes públicos, estão desagregados de acordo com as responsabilidades registadas á data.

	CONTA	2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018
24	Estado e Outros Entes Públicos	Manager Care	000000000000000000000000000000000000000	225-225-20		Thousand in
24.2	- Retenção de impostos s/rendimento	26 278,98	25 816,78	29 499,37	30 025,93	46 096,00
24.2.1	- Trabalho dependente	24 528,00	22 368,00	20 856,00	21 628,00	41 753,00
24.2.2	- Trabalho independente	1 287,98	1 873,78	7 358,37	7 099,93	3 058,00
24.2.4	- Prediais	375,00	1 285,00	1 285,00	1 285,00	1 285,00
24.2.5	- Pensões	88.00	290.00		13.00	100
24.4	- Restantes impostos	100000000	NO. (20.000 P. 00.00)		34,54	
24.5	- Contribuições p/Seg Social	800 860,95	710 997,06	418 416,50	178 180,22	222 679,91
24.9	- Outras Tributações	1 014,68	1 344,19	1 017,00	17,70	
	TOTAL	828 154,61	738 158,03	448 932,87	208 258,39	268 946,08

d) O montante de 164.163,80 € da conta da Administração Autárquica (#26.4) é referente a:

		2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018
26.4	- Administração Autárquica					
	Associação Nacional de Municipios Portugueses	4 218,00		4 227,72		4 306,70
	CIMAC	57 721,23	96 407,55	85 553,18	52 637,30	88 654,10
	Freguesia de Corval	19 000,00	14 586,00	9 724,00	4 862,00	14 586,00
	Freguesia de Réguengos de Monsaraz	24 400,00	18 504,00	12 336,00	6 168,00	18 504,00
	Freguesia de Monsaraz	20 600,00	15 510,00	10 340,00	5 170,00	15 510,00
	União das Freguesias de Campo e Campinho	28 720,00	21 603,00	14 402,00	7 201,00	21 603,00
	Assoc. Mun. Port. Vinho	CO 45 - 104 E-104 C	C-10-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0			1 000,00
	TOTAL	154 659,23	166 610,55	136 582,90	76 038,30	164 163,80

e) O montante em divida refente a credores de transferências das autarquias (#2684) decompõe-se como se segue:

		1° SEM 2018
#26.8.4	- Credores Diversos	
	Associação Humanitaria - Bombeiros Voluntarios	18 000,00
	CCRM - Clube Cicloturismo Reg.Mons.	1 200,00
	Casa do Benfica	1 200,00
	Sociedade Artistica Reguenguense	1 280,00
	Casa da Cultura de Conal	11 880,00
	Assoc. Desp. Cultural Sto. António	375,00
	Grupo Desportivo BTT - Piranhas do Alqueva	500,00
	Centro Cultural Cumeadense	1 200,00
	ASC/BVRM - Atletico Sport Clube Bombeiros Voluntarios	5 880,00
	Outras	7,18
	Filipe Mestre	300,00
	Miguel Pereira	300,00
	Patricia Mestre	150,00
	Ana Rita	300,00
	Marlene Nunes	21,80
	Catarina Ferro	104,80
	Ricardo Baleizão	104,80
	Marilia Lopes	300,00
	Margarida Maltato	45,20
	Ana Garcia	9,03
	Mauricio Mendes	9,99
	Maria Regina Mendes	8,67
	Debora jesus	5,65
	Pedro Marques	5.08
	André Dias	300,00
	TOTAL	43 467,20

32

SROC n.º 177 | Cap. Social 12.500€ | NIF 505 778 530 |Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Delegação: Rua do Desenhador, n.º 3 – P.I.T.É. | 7005-841 Évora | T. 266 748 030 | F. 266 748 032 | geral.evora⊕auditoria.pt www.auditoria.pt



Câmara Municipal



f) Quanto aos outros credores regista os seguintes saldos, com especial importância para a dívida do empréstimo não pago, acrescido de juros por pagar, para além do valor por realizar da subscrição das Unidades de Participação no FAM.

		1° SEM 2018
#26.8.6	- Credores Diversos	
	Instituto de Gestão da Tesouraria e do créd Publico	1 739,52
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	428 886,05
	Retecork	1 200,00
	FAM - Fundo de Apoio Municipal	79 857,00
	Rotas - SEFAR	3 752,61
	Agência Regional Promoção Turística	1 500,00
	TOTAL	516 915.18

8. Conta 27 - Acréscimos e diferimentos - Passivos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2018;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal como é verificado no ativo, surge também no passivo os acréscimos e diferimentos, assim discriminados:

	CONTA	2014	2015	2016	2017	1° SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/2017
27	Acréscimos e diferimentos		- 2.9	- 1			
27.3	 Acréscimos de custos Seguros a Liquidar 	622 660,14	766 163,24 75,00	746 639,97	669 742,19	572 585,93	
	- Remunerações a liquidar	490 067,71	488 520,52	500 666,87	530 287,56	513 240,64	-17 046,92
	- Juros a Liquidar	24 106,83	140 660,81	107 568,33	18 175,43	-000 KIII 000 COCK	-18 175,43
	 Encargos de cobrança a liquidar 	1 676,90	8 558,92	7 882,90	807,17	.000 0.000000	-807,17
	 Outros acréscimos de custos 	106 808,70	128 347,99	130 521,87	120 472,03	59 345,29	-61 126,74
27.4	- Proveitos diferidos	13 226 586,07	13 470 799,09	12 951 061,39	12 840 908,85	13 041 000,41	
	 Subsidios para investimento 	12 771 864,96	13 042 035,28	12 556 387,29	12 473 197,32	12 679 729,30	206 531,98
	- Outros proveitos diferidos	454 721,11	428 763,81	394 674,10	367 711,53	361 271,11	-6 440,42
	TOTAL	13 849 246,21	14 236 962,33	13 697 701,36	13 510 651,04	13 613 586,34	102 935,30

Para que os resultados mereçam maior fiabilidade, tem vindo a ser regularizadas algumas das estimativas efetuadas no ano anterior.

Tem aqui especial enfoque, as estimativas respeitantes a férias, subsídio de férias e respetivos encargos pagos em 2018, respeitantes a 2017.

Os subsídios ao investimento mereceram ajustamento ao semestre, assumindo a seguinte expressão:



Câmara Municipal



REPOSIÇÃO nterv. Hist. S. Pedits Conel 0 1147 1 019 2 5 095 5 4 019 2 5 346,6 48 121.7 Seni circular Su 53 466,5 -5 346,6 Cromeleque Neres 242 200,5 502,60 241 397,9 -882,0 Applo so Fundo Ambiental 19 229,0 19 229,0 19 229,0 er, Quel, Simpl Atlends 1 549,1 22 597,0 CM 1125 - Berf, Mottings e Telheiro 25 819,0 3 222,00 -3 222,0 Inhas agus afuertes G. Padro Curval 17121 205.3 1 420 8 -265.90 Edf ensino básico da cidade 112 331,1 111 524,9 -806,16 606,1 Edit ensino básico do concelho 60 405 4 454.00 63 013 6 -454.62 Caminho Municipal Saido/Motin 244 396,17 17 450,00 -17 450,00 226 939,2 Seni circular Sul 100 096,6 10 309,9 92 786.7 -10 309,92 EM 514 Requengos/S Pedro/Telheiro 814 216.51 55 512.00 -55 512,60 758 705,6 Rede esgotos pluviais e domest 138 207,4 9 797,70 120 409,7 -9.797,70 Remod infloasions Campinho 200 047 30 11 056,00 246 990,7 -11 050,00 Adep Cine a Auditorio 5 247.4 502 472,9 Jardim Público de Reguengos 844 014,00 6 722.1 838 292,6 -5 722 1 12 300.74 Zona Industrial 2º Fasa Parte 2 159 742.0 5 559 72 134 152.35 -5 589,72 759 300,5 Feirs 2* Fees 20 042.2 731 330,3 -20 042,2 Circuito Turistico 39 553 90 3 290 2 36 257,7 -3 290,22 Adepteção a Arquivo Municipa 20 904,15 213,5 26 690,6 -213,54 016 499,0 0 094,00 009 004,0 -0 094,0 Benef. E.N. 255 e Camapatalo 790 500,0 27 575.60 702 932,7 -27 575,0 Amusmentos S Marcos Campo 55 574.50 2 200.30 50 300.25 -2 200,50 CM 1129 S Merco Campo e Camp 112 735.3 5 039.3 -5 039,34 EM 532 Cumenda e Campinho 91 029.7 5 514 43 67 215 35 S 014 40 Amarjos Urb. Telheiro 10 043,9 210 922,30 10 045,94 220 900,3 Campinho 201 67 312,75 2 369,52 84943,2 -2 369 52 Centro Escolar EB1/J Reg Monsaraz 704 939,0 4 790.50 700 140,5 4 790,5 Jgação Reguengos/Perol 127 885,46 4.949,5 122 935.9 -1 949,5 CM 1124 - S Pedro e St António Bald 219 459 37 7 900 3 211 479.0 -7 900,30 3 318,30 Rede de Telegestão 50 190,0 1 403,50 40 709,7 -1:400,50 9 005,4 Mod. Rede Abset. Saneamento Salva Motrinos Rec. Móveia Monaarsz – Tome do Relógio 44 900.00 1 654 4 42 224 4 -1 634.4 67 900,25 235,5 67 670,7 -235,5 Electr Russ Eatr Persives (Pum Pum 9 253 9 332.3 0.910.0 -332.3 Rec Móvels em Monsaraz - RT e Sisi 120 229,52 859,90 119 309,0 -859,92 Requalificação do Mercado Municipal Reg Mon 460 657,2 3 033,9 457 020,0 -3 000,96 Extern. Gaude Conc Reg Monager 300 254,0 9 290,50 296 964,0 -9 290,52 Requelficação IIm. Pública RM - ER255 e EN250 66 325.0 20 737,3 Casa do Cente 902.70 27 034,5 -902,71 40 200,0 1.114.299,2 Rec. Edif Antiga Adega Cartura Requalificação Palaagistica do Campin 205 141.07 3 910.5 201 225,3 -3 910,50 113 309,73 737,4 -737,40 Reg Paleag Larg Praça Conc. RM - S. Marcoa Campo 106 339,5 3 202 1 105 107.4 -3 202,1 150 427 6 Reg Rede Balva G. Maroce Campo - Rede Abest Aguss 4 421 23 154 000,4 44 421,22 Ctação Resens Dark Sky 20 097.2 0.779.40 27 117.7 -6 779,4 Rotes SERAFAD - Casa Inquisição 59 345,60 0.740,10 52 602,7 45 746, 10 Mei Mob Urb Geg Rod - Zone Env. Eacds Sec. Reg. Sant. Bloco A ESH S. Marcos Camp. 14 629 21 104.7 14 524,5 -104.70 Preia Fluital de Moneanz 226 791.0 189 312,00 395 103,1 189 312,00 Proj Rua Orada - Facho Zaro balva G Gutwiro 67,939,0 9.793,92 -1:102,3 60 012,7 -7 920,2 Mei, Mob Lirb, Seg Rod-Req visa pedonale 1). Pedro Conel Rec. Balustes Fort. Monages 15 000 1 15 003 1 6 203,75 45 002,5 Req. Eac Séa. of 1 RM Zona Env. Arraj Ext 41 229,0 152 900,0 111 678,70 Reg Esc Bás, Nº 1 RM -Climaticsofic 134 040,2 905,83 133 140,4 -905,62 Reg Urbana C.Histórico S.M.Campo - Largo Cruzeiro 134 447,5 134 447,51 Reg Littera C Hist.S.M. Campo - Soc Harmonia Sarm 10 279,00 16 279.0 10 279,05 Reg Lift C Hist SPCo-Req Vise pedonals S Pedro Cone 95 355,0 95 355, 95 355,0 olnho Russi Vale Moreno 7.701. 6 931.7 -770.4

Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503 Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

8



Câmara Municipal



9. Conta 29 - Provisões e Contingências

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2018;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

Em sede de encerramento de contas do exercício de 2018, face à evolução do andamento dos processos e do reporte dos responsáveis jurídicos pelos mesmos, deve o reforço ou reversão das provisões ser avaliado com o consequente processamento contabilistico que vier a ser apurado.

a) As provisões conta (#29) e conta (#39) sofreram a seguinte oscilação:

	ATIVO	2015	2016	2017	1° SEM 2018
29.1	Para cobranças duvidosas Clientes, contribuintes e utentes Rendas Hidroelétrica Alqueva Empréstimos concedidos Herdade do Barrocal	100 552,72 4 015 933,82 1 899,80	107 633,57 4 015 933,82 1 899,80 194 995,11	178 901,72 4 015 933,82 1 899,80 194 995,11	4 015 933,82 1 899,80
()	TOTAL	4 118 386,34	4 320 462,30	4 391 730,45	4 391 730,45
1	ATIVO	2015	2016	2017	1º SEM 2019

-	ATIVO	2015	2016	2017	1° SEM 2018
39	Para depreciação de existências	30 417,48	21 642,03	28 385,99	28 385,99
	TOTAL	30 417.48	21 642.03	28 385.99	28 385.90

	PASSIVO	2015	2016	2017	1° SEM 2018
29.2	Para Riscos e Encargos Proc 221/08.8 BEBJA - Bruno Galhofo Proc 2577/05.5TBPMS - João Cerejo Santos	14 250,00 234 228,88	14 250,00	14 250,00	14 250,00
	Proc 398/10.28EBJA - Renato Miguel Proença Proc 435/14 Beja	3 195,00 4 284,21	1 735,00 4 284,21	1 735,00 4 284,21	990000000000000000000000000000000000000
	Proc. 231/14.6 Beja Alice M B Fialho	151 800,00	151 800,00	151 800,00	1000 F000 D000
	TOTAL	407 758,09	172 069,21	172 069,21	172 069,21
	TOTAL GERAL	4 556 561,91	4 514 173,54	4 592 185,65	4 592 185,65



Câmara Municipal



10. Custos e Perdas

a) Conta 61 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta conta reflete os seguintes consumos:

	2014	2015	2016	1° SEM 2017	2017	1° SEM 2018
Agua	615 637,00	591 273,02	554 184,24	37 859,83	556.765,06	190 721,82
Materials diversos - Cartuxa	591 251,18	655 107,05	605 425,25	458 706,13	958 377,29	352 484,62
Materials diversos - Economato	103 846,45	85 216,03	93 380,99	41 744,59	112 139,00	51 889,21
Pneus	19 815,96	24 845,28	10 904,16	5 996,25	9 793,62	9 998,28
Combustivels	171 254,56	149 056,08	127 397,03	37 660,45	38 056,45	108,00
Manutenção	54 892,31	71 304,73	75 357,08	31 238,77	54 576,84	30 414,10
TOTAL	1 556 697,46	1 576 802,19	1 466 648,75	613 206,02	1 729 708,26	635 616,03

b) Conta 62 - Fornecimentos e serviços externos

Esta conta apresenta a desagregação seguinte:

	CONTA	2014	2016	2016	1º 8 EM 2017	2017	1º SEM 2018	Variação 1º 85M 2018/1º 85M 2017	1º 8EM 201
621	Bubcontratos	32	G (8)		8	S			
	Serviços de Saneamento Básico	1 1		396 206,55	36 062,92	367 173,67	199 108,86	163 045,94	11,58%
	Serviços de Recolha e trat.depo.residuos	1 1		210 511,45	66 073,57	223 165,09	83 879,62	17 806,05	4,88%
	tuminação Pública	1 1		248 203,70	127 152,98	246 201,39	82 377,09	-44 775,89	4,79%
	Tranportes Escolares	1 1		72 956,27	43 963,64	72 324,55	42 705,54	-1 258,10	2,48%
	Cantinas Escolares	1 1		119 614,73	58 451.33	107 049 17	51 115.52	-7 335,71	2,97%
	Outros	l		.1.00.90.90.9		3 813.00			949.000
52211	Electricidade	339 324,01	316 043.43	339 388.29	137 914.84	324 748.20	126 428.80	-11 486,D4	7,35%
2212	Compustivels	29 983,39	251.61	163,00	29 273.03	136 300,79	71 122,22	41 849,19	4,13%
2215	Ferramentas e utensillos de descaste rápido		7 028.22	100,00	202,5,00	130 334,13	3.69,000,00	31,351,000	30.000
2216	Livros e documentação técnica	361.00	353,00	450,00	60.00	225.00	I	-60.00	
2217	Material de escritório	3 337,97	6 186,15		3 032 36	5 800.28	301,35	-2 731,01	0,02%
2218	Artigos para oferta	The second second	2 088,69		e constituto	and the second	- All		. 10
2219	Rendas e alugueres	171 844,21	318,210,94	217 266,14	163 109,14	366 451,24	222 815,64	\$9 706,50	12,95%
2221	Despesas de representação	THE STATE OF THE S	=3445700	101510000	J. ACTVESSES	15,29	100000000000000000000000000000000000000		VI-0.7555
2222	Comunicação	57 293,49	60 434,60	54 964,68	22 760,20	55 730,48	31 817,27	9 057,07	1,85%
2223	Seguros	47 321,02	41 185,73	47 447,69	1 175,11	54 044,03	12 363,18	11 188,07	8,72%
2225	Transportes de mercadorias			27 046,98	23 456,10	46 918,97	11 439,00	-12:017,10	0,67%
2227	Deslocações e estadas	14 648,56	41 870,43	8 911,37	3 049,65	8 080,10	15 195,93	12:135.28	0,88%
2229	Honorarios	110 160,99	134 358,79	205 986,23	109 948,59	302 269,55	147 534,97	37 586,38	8,58%
2231	Contencioso e Notariado	3 946,32	2 385,79	238,37	559,92	650,52	907,00	347,08	0,05%
2232	Conservação e Reparação	245 006,89	152 716,04	159 022,58		403 331,47	121 587,03	13 188,54	7,07%
2233	Publicidade e Propaganda	35 137,74	134 085,36	71 250,01	43 871,28	111 263,80	62 710,40	18 839,12	3,65%
2234	Limpeza, Higiene e Conforto	13 967,11	31,425,83	33 242,70	11 159,83	52 813,28	12 586,19	1 426,36	0,73%
2236	Vigliáncia e Segurança	73 742,57	66 742,21	68 256,18		123 863,47	48 114,96	21 566,21	2,80%
2236	Trabalhos Especializados	533 082,68	433 317,77	256 067,17	119 368,15	385 633,40	39 265,15	-80 103,00	2,28%
2237	Tratamento de residuos Sólidos	225 196,62	196 738,57	307	.500		710	177	16
2240		596 754,07	441 793,78	92000000	a casana	100000000	160000000	10000000	8622867
2290		42 752,44	56 960,46	58 373,29	24 791,88	54 455,28	30 738,82	E 94E 94	1,79%
2298	Outros Fornecimentos e Serviços	546 262,73	879 116,07	428 482,23	226 105,97	529 019,07	305 904,79	79 798,82	17,79%
	TOTAL	2 090 113,81	3 333 283,47	3 024 068,61	1 388 287,73	3 981 341,08	1 729 008,43	333 721,70	100,00%



Câmara Municipal



Os fornecimentos e serviços externos variaram de forma positiva em cerca de 334 mil euros. As variações verificadas, face ao período homologo, estão influenciadas por registos contabilísticos, ocorridos em data posterior ao semestre.

Quanto á rubrica outros fornecimentos e serviços externos (#62298), a sua decomposição é a que se apresenta:

	-						Variação
	2014	2016	2016	1º SEM 2017	2017	1º SEM 2018	1" SEM 2018/1" SEM 2017
Portagens	4 880,75	6 584,66		0 0		9	(i)
Attividades culturals e turísticas	127 576,88	156 954,12	266 950,86	148 416,20	322 705,61	149 079,74	562,54
Attividades desportivas	2 767,50	6 091,33	1 353,00	2 029,50	30 334,50	12 361,50	10 332,00
Serviços Topográficos	409,18				- 1101.010.11		
Jomais, revistas e informação em sites	120,00						l
Attividades educativas	1 771,20	1 233,60	1 945,80		450,00	3 760,00	3 760,00
Attwidades socials	110,00	707,50	Manager		11:01:01:01	O-cm10He	VEN ONAM
Refeitorios	96 074,59	116 399,14					l
Transportes Escolares	82 017,00	74 059,29					l
Retenções aos duodécimos	4 572,00	4 740,00					l
Gratificações dos membros das mesas de voto	4 500,00	4 500,00					l
Outras aquisições de ser. Com Máquinas e Viaturas	10 433,32	17 165,81					1
Aqui Serv. âmbito da saúde	10.00					300,00	300,00
Outros - Diversos	211 030,31	490 689,62	158 231,57	75 660,27	175 528,96	140 404,55	64,744,28
TOTAL	648 262,73	878 118,07	428 482,28	228 105,97	629 019,07	305 904,79	79 788,82

c) Conta 63 - Transferências e subsídios correntes

	CONTA	2014	2016	2016	1º 3EM 2017	2017	1° SEM 2018	Variagão 1º 8EM 2018/P 8EM 2017	1º SEM 2018 Peco (%)
83	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES		2	(4 N	- 5	8 8	(2)	(a)	A:
83.1	Tranferências correntes concedidas.	689 849,42	713 926,24	783 790,29	370 493,37	889 200,73	344 175,08		110000000000000000000000000000000000000
	- Administração Autárquica	689 849,42	281 273,70	280 862,06	117 055,06	281 344,92	140 456,06	23 401,00	40,81%
	- instituições sem fins lucrativos		381 475,00	435 400,33	196 313,00	381 641,67	192 810,00	-3 503,00	56,02%
	+ Familias		51 177,54	17 527,90	57 125,31	225 214,14	10 909,00	-46 216,31	3,17%
83.2	Subsidios comentes concedidos	622 501,66	325 333,61	203 384,71					
	TOTAL	1 212 361,07	1 636 268,75	937 155,00	370 488,57	889 209,73	344 175,00	-28 315,31	100,00%

d) Conta 64 - Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal sofreram a seguinte variação:

	CONTA	2014	2015	2016	t° SEM 2017	2017	1º SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/1º SEM 2017
64	CUSTOS COM O PESSOAL							
64.1	Remunerações dos membros dos Órgãos Autárquicos	161 272,04	131 109,45	135 531,36	71 668,07	142 253,95	90 671,51	19 003,44
84.2	Remunerações do possoel	3 126 423,56	3 101 896,10	3 104 684,87	1 641 473,54	3 182 933,29	1 748 755,88	
	- Remunerações base	2 154 157,24	2 143 126,02	2 166 313,24	1 129 930,06	2 212 672,30	1 265 463,31	135 533,25
	+ Suprementos de remunerações	957 673,85	039 401,74	921 662,38	501 482,58	049 704,70	474 683,45	-26 779,13
	- Prestações sociais directas	14 502,47	19 366,34	16 709,25	10 080,90	20 456,11	8 909, 12	-1 471,78
54.3	Pensões	72 414,27	25 886,01	37 550,15	13 168,52	28 900,48	12 303,45	-885,07
84.5	Encargos s/ Remunerações	838 403,81	740 601,12	717 129,48	370 329,53	730 525,52	378 673,37	8.343,84
64.6	Seguros Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	43 566,14	45 414,53	19 588,86	27 436,24	52 948,37	28 017,07	580,83
54.8	Outros Custos com o Pessoal	74 544,79	82 601,05	96 621,64	44 043,57	92 151,18	51 118,52	7 074,95
	TOTAL	4 316 925, 51	4 127 488,28	4 111 106,36	2 158 119,47	A 229 742,75	2 309 536,80	141 420,33



Câmara Municipal



Foram efetuados testes a processamentos de remunerações, tendentes a verificar a conformidade dos valores processados.

Da análise detaihada à rubrica de remunerações do pessoal (#64.2) — Suplementos de remunerações, verificam-se as seguintes oscilações:

	Rubricsa	2014	2015	2016	1° SEM 2017	2017	1° SEM 2018
#64.1.1.2	Suplementos de Remunerações	8 -500 W 95					
	Subsidio de refeição		2 971,92	2 989,00	1 586,52	3 204,68	2 380,2
	Ajudas de custo		643,32	426,24	260,64	511,20	794,16
	Despesas de representação	19 383,12	19 580,52	20 430,18	10 469,88	20 789,65	13 171,80
	Suplementos e prémios	8 787,11	8 253,85	7 983,13	4 029,98	7 144,06	915,90
	Subsidio de fenas	7 540,91	7 741,97	7 966,15	8 190,33	8 190,33	9 739,07
	Subsidio de Natal	7 090,32	7 131,03	7 384,80	1 885,26	8 749,49	
	Senhas de presença					1 038,03	4 503,21
	Outros abonos	31 018,68				0	
	1,400,000,000,000	73 820,14	46 322,61	47 179,50	26 422,61	49 627,44	31 504,37

	Rubricas	2014	2015	2016	1° SEM 2017	2017	1° SEM 2018
#84.2.2	Suplementos de Remunerações		100	.00	1	75	
	Trabalho extraordinário	112 958,10	130 710,97	138 116,70	60 992,28	163 275,99	81 374,19
	Trabalho em regime de tumos	13 803,42	18 431,77	8 965,61	\$15.00 PO 10	Machines-	
	Abono para falhas	11 040,14	11 892,03	11 602,61	6 878,15	13 226,64	6 143,26
	Subsidio de refeição	353 705,53	318 819,55	294 109,06	152 985,58	300 425,48	158 783,76
	Ajudas de custo	8 536,94	11 773,27	8 261,86	3 979,07	8 715,94	4 257,35
	Despesas de representação	6 512,52	6 612,64	6 862,43	3 506,22	7 012,44	3 506,22
	Suplementos e Prémios	52000000	237,40	122,12	122,12	244,24	
	Subsidio de férias	200 588,17	189 754,05	196 347,13	192 052,66	203 420, 19	194 776,95
	Subsidio de Natal	189 381,84	188 190,71	188 038,14	47 376,27	190 863,04	508,75
	Rem.por doença, matemidade/patemidade	56 749,89	60 437,86	64 301,74	32 300,59	59 855,90	23 838, 15
	Subsidio de trabalho noctumo	1 317,50	2 541,49	2 665,81	1 269,64	2 754,93	1 484,82
	Indemnizações por cessação de tunções	3 079,80	125601000	2 269,17	2,22,0,23	574.755	000000
		957 673,85	939 401,74	921 662,38	501 462,58	949 794,79	474 683,45

e) Conta 65 - OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

	CONTA	2014	2015	2016	1° SEM 2017	2017	1º SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/1º SEM 2017	1" SEM 2011 Peso (%)
65	OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS				100	_			
65.1	Impostos e Taxas	65 441,80	58 695,75	68 388,59	19 714,65	81 797,37	30 378,65		
	- Emolumentos	7 134,19	6 241,52	8 426,11	90.	5 661,98	8		
	- Outros impostos e taxas	58 307,61	52 454,23	59 962,48	19 714,65	76 135,39	30 378,65	10 664,00	37,17%
65.2	Guotizações	74 765,57	50 528,66	96 333,66	45 829,66	100 646,96	50 841,21	5 011,55	62,21%
65.3	Despesas com propriedade industrial	200	57		906	250,65	501,30	501,30	0,61%
65.8	Outros Custos e Perdas Operacionais	2 249,06	1 113,17	1 716,10		900,00			
	TOTAL	10 456,43	110 337,58	166 456,35	65 544,31	183 554,56	81 721,16	16 176,85	100,00%



Câmara Municipal



f) Conta 68 - CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Os custos financeiros apresentam uma expressão, que face à especialização de juros registadas no fecho dos exercícios e os ocorridos nos semestres (2017 e 2018), não permitem uma leitura direta.

	CONTA	2014	2016	2018	1º SEM 2017	2017	1º SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/1º SEM 2017	1º SEM 2018 Peso (%)
88	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	6 0		5 9	9	- 0	- 3	Air -	
68.1	Juros Suportados	448 490,77	303-270,06	449 620,97	-97 066,23	357 123,52	110 021,06	197 087,29	90,82%
68.3	Amortizações de investimentos em imóveis	4 153,08	4 153,08	4 153,08	2 076,54	4 153,08	2 076,54		1,71%
68.8	Outros custos e perdas financeiros	21 830,00	17 750,45	32 572,10	11 256,97	22 884,12	9 047,97	-2.209,00	7,47%
	TOTAL	474 473,86	326 173,68	486 348,15	-73 722,72	384 190,72	121 145,57	194 878,29	100,00%

	CONTA	2014	2015	2016	1° SEM 2017	2017	1° SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/1º SEM 2017
68.1	Juros Suportados	*		CONTRACTOR AND	V.		5 H11 5 45 55 54 54	-20000000000000000000000000000000000000
	Emprésimos curto prazo	72 285,05	36 892,86	27 137,78	2 340,57	2 340,57	11 938,04	9 597,47
	Emprésimos m/l prazo	166 171,21	153 832,74	126 445,72	-97 970,62	126 326,95	467,14	98 437,76
	Juros Outros							
	Juros de Mora	204 474,26	109 774,10	296 037,47	8 563,82	228 456,00	4 284,62	-4 279,20
	Juros de Acordos	5 560,25	2 770,36				93 331,26	93 331,26
	TOTAL	448 490,77	303 270,06	449 620,97	-87 066,23	357 123,52	110 021,06	197 087,29

A sua afetação dos juros pagos e levados a custos, dos empréstimos obtidos apresentam-se no quadro seguinte. Propõe-se a conciliação dos registos contabilísticos efetuados.



Câmara Municipal



EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	GASTOS PAGOS	ACRÈSCIMO 2017	CONTROLO 68
- Curto prazo	- 5	0 7	11000
CCAM 51008873122 59072616390	1 420,79		1 420,79
NOVO BANCO 1617000035818	10 517,25		10 517,25
M/L prazo CGD 0581/000770/891			
9015/002472/991	766,46	381,02	385,44
9015/002473/791 9015/002474/591	45,08	32,65	13,43 27,58
9015/002474/591	86,50 16.32	58,92 18.65	-2.33
9015/002923/291	42.16	42.19	-2,33
9015/002925/991	7.88	10,96	-3.08
9015/003217/991	142.52	33.51	109.11
9015/003501/191	75.60	58.93	16,67
9015/003502/991	955.67	709.20	246,47
9140/013247/291	370.21	192,71	177,50
9015/004357/991	127.13	28.01	99,12
9015/004687/091	3,50	0,09	3,41
BCP	V		
77819231	104.09	6.34	97,75
201303141	3.746,70	853,41	2 893,29
NOVO BANCO	200/5040-04		
235052922206	210,54	47,69	162,85
235052922109	254,02	57,54	196,48
000101989778	861,27	784,71	76,56
0770017932	21,90	5,02	16,88
BPI			
3391333830014	58535555544	0.00000000	
3391333830017	10 803,92	4 414,63	6 389,29
PREDE		99,90	-99,90
PAEL	 	10 339,35	-10 339,35
TOTAL	30 580 61	18 175 43	12 405,18

g) Conta 69 - Custos e perdas extraordinárias

Os custos e perdas extraordinários apresentam valores normais para a atividade exercida.

	CONTA	2014	2016	2018	1º 8 EM 2017	2017	1º SEM 2018	Varioção 1º 8EM 2018/1º 8EM 2017	1º 85M 2018 Peso (%)
88	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS			- 19	- 1	ľ	7	1 2200	
69.1	Tranferências capital concedidas	99 971,58	62 475,38	12 784,21	21 515,68	21 616,68	3 000,00	-18 616,68	12,29%
69.3	Perdas em Existências	12 143,59	19 337,07	67 226,15	2547103-4480	11 646,27	45000048048	1.0000000000000000000000000000000000000	F500712
69.4	Perdas em imobilizações	35 000,00	17 528,00	252 391,62	15 613,00	50 775,21	226,08	-15 386,92	0,93%
69.5	Multas e penalidades	1 064,50	5 411,67	251,87	120,00	120,00	680,46	560,46	2,79%
69.7	Correções realativas a exercícios anteriores	50 341,42	113 235,72	645 388,46	1 544,07	282 423,81	20 409,49	18 865,42	83,60%
69.8	Outres	969,21	627,05	1 662,63			97,17	97,17	0,40%
	TOTAL	195 490,30	218 814,88	979 714,94	38 883,76	386 681,87	24 413,20	-14 480,65	100,00%

40

SROC n.º 177 | Cap. Social 12.500€ | NIF 505 778 530 | Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Delegação: Rua do Desenhador, n.º 3 – P.LT.É. | 7005-841 Évora | T. 266 748 030 | F. 266 748 032 | geral.evora@auditoria.pt www.auditoria.pt

Câmara Municipal



11. Proveitos e Ganhos

a) Conta 71 - Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços oscillaram conforme se apresenta:

	CONTA	2014	2015	2016	1º SEM 2017	2017	1° SEM 2018	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2017	1° SEM 2018 Peso (%)
71	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS								
71.1	Vendas		_		_ I				
	Mercadorias	497 746,06	403 781,47	489 342,28	178 772,81	504 998,03	162 840,87		
	- Agus	483 022,18	482 546, 16	479 194,56	174 584,23	494 347,87	158 441,94	-16 142,29	25,30%
	- Electricidade	12 523 41	9 878,27	9 336 37	3.714,77	9 664,59	3 591,59	-123,18	0,57%
	- Outros	2 200,47	1 357,04	811,35	473,81	985,57	807,34	333,53	0,13%
	Venda de Outros Bens	16 113,28	2 121,69	2 557,48	750,87	1 603,38	1 151,12	400,25	0,1894
71.2	Prestações de serviços	996 112,83	1 006 544,71	1 021 296,56	465 623,77	1 034 280,71	463 407,14	-2 216,63	73,99%
71.5	Reembolsos e Anutações	-13 064,08	-1 108,04	-619,00	-22,71	1 576,16	-1 074,60	-1 051,89	-0,17%
	TOTAL	1 406 908,09	1 501 639,63	1 512 577,23	645 124,74	1 539 305,96	026 324,53	-18 800,21	100,00%

b) Conta 72 - Impostos e taxas

Ao nível dos Impostos, foram conciliados os valores entre a contabilidade e a conta corrente do Portal das Finanças.

	CONTA	2014	2016	2016	1º 8 EM 2017	2017	1º SEM 2018	Variagão 1º 8 EM 2018/1º 8 EM 2017	1" BEM 2018 Pago (%)
72	IMPOSTOS E TAXAS	- 10 - 4	2		. 9	. 9		î 5	
72.1	IMPOSTOS DIRETOS	1 788 322,47	2 215 775,14	2 128 792,09	873 847,82	2 216 299,31	1 167 064,82		
	- IMI	1 288 784,55	1 342 703,23	1 237 646,91	646 730,73	1 192 113,41	658 058,73	11 328,00	50,50%
	- JUG	185 607,82	182 516,28	186 978,82	89 199,89	201 452,73	95 408,59	6 208,70	7,32%
	- IMT	210 441,08	559 698,08	519 280,12	136 744,28	491 805,81	397 034,37	260 290,09	30,47%
	- Dетама	83 489,02	130 857,55	184 886,24	1 272,92	330 927,36	6 552,93	5 280,01	0,50%
72.2	IMPOSTOS INDIRETOS	16 734,81	17 801,35	45 738,16	8 746,38	28 888,67	33 807,40	25 061,02	2,59%
72.4	TAXAS - Mercados e feiras	216 630,43	276 069,98	324 208,06	122 112,68	336 872,64	139 638,80		
	- Loteamentos de obras	43 177,10	14 268,20	12 560,96	9 979,14	17 551,01	19 977,29	9 998,15	1,53%
	- Ocupação Via Pública	3 473,79	4 512,85	4 459,63	3 120,52	5 122,87	3 228,85	108,33	0,25%
	- Caça, uso e porte de arma	354,47	363,43	Moses	- 5000		E-200	35000	(0(4))9(5)
	- Saneamento	147 753,40	241 782,65	295 834,81	104 565,68	294 476,74	110 056,21	5 490,53	8,45%
	- Outras	20 871,67	15 142,83	20 352,65	4 447,24	18 721,92	6 377,45	1 930,21	0,49%
72.5	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES	-91 969,30	-36 310,43	-14 230,15	-8 369,31	-12 229,78	-27 383,02	-19 033,71	-2,10%
72.6	ANULAÇÕE8			-117,87	-2,83	-34,68		2,93	
	TOTAL	1 907 728,21	2 474 138,02	2 484 280,78	986 444,54	2 588 796,01	1 303 108,80	306 884,28	100,00%

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503 Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

Câmara Municipal



c) Conta 74 - Transferências e subsídios obtidos

As transferências e subsidios obtidos mantêm um nivel superior face a igual periodo do ano transato.

CONTA	2014	2015	2016	1º SEM 2017	2017	1" SEM 2018	Variação 1º SEM 2010/1º SEM 2017	1º SEM 201 Peso (%)
TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS	Feermon N	00000000		- CONTRACTOR	Total (1990)		TR	
ORÇAMENTO DO ESTADO	5 663 609,10	5 947 358,59	6 198 784,59	3 072 104,55	6 774 297,98	3 384 054,70		
Transferências Correntes	5 205 699,21	5 339 866,38	5 580 500,50	2 812 841,88	5 763 462,73	2 964 296,85		
- Fundo de Equilibrio Financeiro	4 119 313,00	4 274 457,00	4 333 363,00	2 242 302,00	4 484 804,00	2 289 982,00	27 680,00	88,61%
- Fundo Social Municipal	192 854,00	212 057,00	212.057,00	106 026,00	212 057,00	108 025,00	5263555	3,11%
- Participação variável no IRS	221 822,00	298 810,00	297,911,00	141 540,00	283 085,00	151 884,00	10 344,00	4,48%
- Estado - Participação comunit. Projectos co-financ.	27 914,53	17 582,10	54 821,21	3 289,91	101 282,51	22 260,63	19 010,72	0,65%
- Outres Transferências Correntes obtidas	644 195,68	538 960,19	682 438,29	319 703,87	682 434,22	414 144,02	94 440,05	12,15%
Transferências de Capital	457 909,88	607 402,21	615 194,00	269 352,67	1 010 535,25	399 758,08		
- Fundo Equilibrio Financeiro	457 7/02,00	474 939,00	481 485,00	249 144,00	498 289,00	252 216,00	3 072,00	7,40%
- Estado - Perticipação comunit. Projectos co-finenc.	207,89	132 553,21	136 709,09	10 208,67	512 546,25	147 542,05	137 333,38	4,33%
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	495 881,41	308 750,23	149 914,03	36 023,36	113 069,51	28 119,06	-8 904,29	0,77%
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA						23 841,66	23 841,86	0,70%
REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES - TRANSFERÊNCIAS	-1 902.25	-5 065,50	-15 258,00	- 3		- 6 306,54	-8 305,54	-0,19%
TOTAL	8 157 701,25	6 251 070,23	8 335 410,62	3 107 217,90	6 697 367,49	3 407 709,68	300 401,96	100,00%

d) Conta 75 - Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade assumem a seguinte expressão. Os trabalhos para a própria entidade foram registados conforme valores apurados por centro de custos, tendo sido os mesmos imputados às respetivas obras em curso.

	CONTA	2014	2015	2016	1º SEM 2017	2017	1" SEM 2018	Varieção 1° SEM 2018/1° SEM 2017	1º SEM 2016 Peso (%)
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE								Berry
75.4	Imobilizado em Curso	247 596,32	254 982,54	123 421,89	116 492,47	306 143,72	31 644,18	-84 848,29	100,00%
	TOTAL	247 596,32	254 982,54	123 421,80	116 402.47	306 143,72	31 544,18	-84 848,29	100,00%

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503 Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.



Câmara Municipal



Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658

2016 1º SEM 2018 CÓDIGO DESIGNAÇÃO DA OBRA INCREVER NAS INCREVER NAS INCREVER NAS CC CONTAS # 44 E #75 CONTAS #44 E #75 CONTAS #44 E #75 CONTAS #44 E #75 0329 Expansão do perimetro da Zona Industrial - 1,* Fase 36 923 19 6 562.16 € 85.13 0350 Parque desportivo do Campinho 32 894, 20 6 7 362,34 € Plano Porm. Salvag. Valorização Monseraz 26 295,88 (0361 Casa Murtuária de S. Pedro do Corval 7 123.46 0364 Centro Logistico Municipal - 1º fase 2 072,79 353,45 0366 Hortas Comunitárias em Reg. Mons. (junto à CP) 69 378,86 € 26 841,09 € 15 065,96 0374 238,70 € Imóvel Rua Macau 48 e 48A Reg Mons Centro interpretativo Olaria S., Pedro do Corval 84 318, 34 6 Centro Nautico - Requalificação Caís e Ancoradouro 4 048,59 6 0377 B° Ant. Sérgio R.M. - Zona estadiae Espaç Verdes 2 129, 19 131,41 6 0378 Subs Cond Abnast entre R Orada (Quelro) e Convento 9 169,13 (0379 Construç Fossa Bivlológica em Cheles (St Arit Baldio) 1 850,90 € 0380 Construção de Mural ao Cante Alentejano 3 010, 15 6 Obra Imóvel Rua Nº Srª do Rosário, 11-13 S. Marcos 0381 1 825,04 6 0382 Posto Recloragem (Cartuxa) 17 118,01 6 4 570,25 Req. Escola EB nº 1 RM - Zona Envolvente e arranjo exterior 0384 Consol Muralhas de Monsaraz e Reab. Cam. Barbacă 13 108,58 € 220,93 0385 Requalificação Urb. João Paulo II 4 468 93 € 11 928,72 PEDU - ZONA ENV. ESC. SECUNDÁRIA 571,35 0389 Req. Escola Básica nº 1 RM 7 073,67 0390 Rua Sto. António em Sto. Ant. Baldio 5 389,13 6 7 109,28 Req. Pals. Urb Quinta Nova 14 686,76 0392 Reg. Pals. Urb. 5. Marcos 793.10 Reg.C.H.S. Marcos - Soc. Sanmarquense 0393 6 660,96 Prata Fluvial Monsaraz 192 642.32 inf.Arranj.Ext.Urb.Monreal RM (Mendes) 0395 6 097,18 aminho Agricola (junto Herd. Cavaleira ER255) 1.704,88 0397 Reo, Rua Defesa S. Marcos Camox 131,15 0398 Parque e Eventos de Motrinos 11 857,38 1 088,90 6 ro Coordenador de Transportes TOTAL 254 982,54 € 123 421,89 € 306 143,72 € 31 644,18 €

e) Conta 76 - Outros proveitos e ganhos operacionais

CONTA	2014	2015	2016	1º 8 EM 2017	2017	1º SEM 2018	Variação 1º 8EM 2018/1º 8EM 2017
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS Utilização das instalações Eléctricas do conceiho	561 866,80	557 680,00	559 852,44	283 437,90	566 875,60	285 399,16	1 961,36
TOTAL	601 866,80	667 889,00	669 862,44	285 457,80	600 875,80	285 380,18	1 961,38

Os outros proveitos e ganhos operacionais são relativos aos proveitos obtidos das rendas trimestrais cobradas pela utilização das instalações elétricas do concelho.

43

SROC n.º 177 | Cap. Social 12.500€ | NIF 505 778 530 |Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Delegação: Rua do Desenhador, n.º 3 – P.I.T.É. | 7005-841 Évora | T. 266 748 030 | F. 266 748 032 | geral.evora@auditoria.pt www.auditoria.pt



Câmara Municipal



f) Conta 78 - Proveitos e ganhos financeiros

	CONTA	2014	2016	2016	1º SEM 2017	2017	1º 8EM 2018	Variação 1º SEM 2018/1º SEM 2017	1º SEM 2018 Peso (%)
78 78.1	PROVETOS E GANHOS FINANCEIROS Juros Obtidos	1,30	14,81						
	Rendimentos de Imóveis	338 362,64	155 914,05	151 384,00	92 042,17	159 398,76	97 270,55	5 228,38	100,00%
78.4	Rendimentos de participações de capital		478 059,04		es e	.,			
	TOTAL	338 363,84	633 867,80	161 384,00	82 042,17	169 388,78	97 270,66	6 228,38	100,00%

g) Conta 79 - Proveitos e ganhos extraordinários

	CONTA	2014	2015	2016	1º SEM 2017	2017	1º SEM 2018	Variação 1º SEM 2018/1º SEM 2017	1º SEM 2018 Peso (N)
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	4				W 0			
79.3	Genhos em Existêncies	18 237,58	84 809,73	6 454,76	8 1	9 327,08	į.		
T9.4	Carrios em imobilizações		20,00	102 884,31	11 328,00	11 328,00	7 562,00	-3 776,00	1,30%
79.5	Beneficios e penalidades contratueis	38 804,02	36 350,36	144 554,29	14 124,81	25 404,73	11 910,20	-2 214,61	2,05%
79.6	Reduções de amortizações e provisões	263 067,63	124 809,52	11 154,37		2 418,87		-50100000	
79.7	Genhos exercícios anteriores	198 129,75	627,60	115 378,26	219,33	240 725,85	4 378,72	4 150,30	0,75%
79.6	Cutros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 083 868 90	614 437,01	781 224,52	356 692,69	747 078,51	557 998,79	199 306,10	95,00%
79.9	Outros Proveitos Extraordinários	- 200 - 2011/2500	-170,22	-55,60	-87,48	-87,48	-0,26	87,22	
	TOTAL	1 579 922.06	560 893,00	1 181 584,91	384 277,35	1 045 255,54	581 839,45	197 562,10	100,00%

Os outros proveitos (#79.8) assumem o valor mais significativo, representando essencialmente a reposição dos subsidios ao investimento, os quais assumem o valor de 373.501,56 €.



Câmara Municipal



IV - SITUAÇÃO - ECONÓMICO - FINANCEIRA

a) Indicadores de Gestão

Indicam-se os principais rácios referentes ao 1º semestre de 2018, comparativamente com os valores apurados nos exercícios anteriores

Componente Económica

	2014	2015	2016	2017	1º SEM 2018
Custos e Perdas	14 017 226,70	13 696 758,44	14 726 491,40	15 175 333,52	6 896 661,31
Proveitos e Ganhos	12 290 173,68	12 534 389,61	12 326 631,87	13 071 173,08	6 333 296,55
Resultado Líquido do Exercício - RLE	-1 727 053,02	-1 162 368,83	-2 399 859,53	-2 104 160,44	-563 364,76

Componente Financeira

	2014	2015	2016	2017	1º SEM 2018
Ativo Fixo Liquido (Imobilizado)	59 524 225,65	71 744 696,88	68 455 469,50	67 319 479,01	66 483 415,08
Ativo Circulante Liquido	1 493 078,77	1 639 684,95	976 182,45	1 208 922,25	1 767 992,72
Ativo Circulante (c/acrésoimos)	1 900 607,71	2 114 312,42 €	1 299 111,45	1 384 892,80	1 789 652,16
Ativo Liquido Total	61 424 833,36	73 859 009,30 €	69 754 580,95	68 704 371,81	68 273 067,24
Disponibilidades	305 313,11	326 068,14 €	232 662,80	203 339, 15	601 702,47
Fundos Próprios	27 096 057,18	38 680 938,35	36 281 193,82	34 183 496, 17	33 681 531,41
Passivo M/L Prazos	9 687 889,82	7 917 891,32	6 778 321,36	7.508 025,49	7.348 312,66
Pazzivo C/ Prazo (excepto Acreso./Diferim.)	10 791 640, 15	13 023 217,30	12 997 364,41	13 502 199,11	13 629 636,83
Passivo C/ Prazo (excepto Acreso, /Diferim, E Provisões)	10 406 039,41	12 615 459,21	12 825 295,20	13 330 129,90	13 457 567,62
Passivo circulante (Passivo c/p +Acrescimos)	24 255 285,62	26 852 421,54	26 522 996,56	26 840 780,94	27 071 153,96
Total Passivo	34 328 776, 18	35 178 070,95	33 473 387,13	34 520 875,64	34 591 535,83
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	79%	110%	108%	99%	97%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Liq. Total)	44%	52%	52%	50%	49%
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo C.P.)	6%	6%	4%	5%	7%
Liquides (mediata (Disponibilidades / Passivo Circulante)	1%	1%	1%	18	2%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Liq.)	46%	54%	53%	51%	51%
Endividemento M/L Prazos (Empréstimos/Total Passivo)	30%	28%	19%	21%	21%
Endividamento C/ Prazo (Empréstimos/Ativo Liq.)	2%	1%	0%	0%	0%

b) Endividamento/Dívida Total

Conforme definido no artigo 52.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a divida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente liquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os emprêstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo excecional de dívida.



Câmara Municipal



Acresce referir que o limite da divida total das operações orçamentais, incluindo a das entidades previstas no art.º 54º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Descreve ainda o artigo 52°, que sempre que um município, não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercicio subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuizo do previsto nos artigos 56° a 64° do mesmo diploma legal, entre os quais, mecanismos de alerta precoce e mecanismos de recuperação financeira (saneamento financeiro ou recuperação financeira, com recurso ao Fundo Apoio Municipal (FAM)).

Procedemos, conforme quadro seguinte, nos termos do art.º 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, ao apuramento dos valores relevantes para o cálculo do limite da dívida.

	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	30/06/2018
Receila comente liquida cobrede	8 231 428	8 731 838	10 215 138	18 673 239	10 807 740	10 827 195	10 880 950	5 574 895
Média nos 3 exercicios (2011 a 2013)		9 059 488						
Medie nos 3 exercicos (2012 a 2014)	- 1		9 940 072					
Wadia nos 3 exercícios (2013 a 2015)	12-T	- 1		10 632 039				
Wedle nos 3 exercicios (2014 e 2018)			- 1		10 836 068			
Wildra nos 3 axemicios (2015 a 2017)			- 1		A	10 838 832		
		13 580 202	Limite de di operações orç 31/12	amentals em				
	_		14 910 108	Limite da divi operações orça 31/12/2	mentaisem			
1,5 vezes a média de receita comente liquida cobreda nos 3 exercícios antantoma		15 948 059	Limite de di operações orç 31/12	amentale em	5.			
	157		16 254 087	Limite da divi operações orça 31/12/2	mentalsem			
	Ī	16 257 947	Limite de di operações orç 31/12	amentais em				
PASSIVO	29 942 159	31 091 729	33 967 934	34 328 776	35 178 071	33 479 387	34 520 876	34 591 536
-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	11 216 617	12 344 126	13 513 708	13 849 246		13 697 701	13 510 651	13 613 58
-) PROVISÕES	202 366	202 366	455 987	385 601	407.758	172 069	172 069	172 08
-) FAM -) ADIANTAMENTOS DE VENDAS	127 713		100 000	230 000	481 395 238 692	2 077	283 935	79 85
-) OPERAÇÕES DE TEBOURARIA	209 726	161 072	231 951	281 110	242 563	172 031	169 240	224 10
(1) DIVIDA TOTAL S/PARTICIPADAS	18 005 737	15 294 165	19 898 288	19 582 819	19 500 901	19 039 008	20 384 980	20 501 92
CONTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPADAS			0.000	500-1	6700	2000	F120-101	100
(2) YOTAL CONTRIBUIÇÕES			9 828	17 780	56 805	56 370	47 428	57 028
DIVIDA GLOBAL (1) + (2)			19 706 117	19 600 500	19 847 706	19 505 468	29 432 498	20 558 94
MARGEM DE ENDIVIDAMENTO			-6 110 U15	-6 011 397	-4 737 50E	-3 167 409	-A 178 821	4 301 00.
10% MONTANTE EN EXCESSO			-811 691	401 540	-473 750	214741	417 832	430 10
LIMITE DA DIVIDA TOTAL				19 094 425	18 909 459	10 173 040	18 780 727	20 014 570
					70.00		4.00	1000000



Câmara Municipal



Do quadro apresentado podemos concluir que o valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) se deve situar entre os 10,8 milhões e os 16,3 milhões de euros. A dívida do Município a 30/06/2018 ascende a 20,6 milhões de euros, pelo que a mesma não apresenta margem de endividamento.

Importa por isso definir critérios rigorosos de controlo da dívida de forma a minimizar efeitos de incumprimento indesejáveis e de responsabilidade financeira para efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, conforme descreve o artigo 52°, n° 4.

No final de 2017 o Município conseguiu ver aprovado um processo de saneamento financeiro, encontrando-se assim ao abrigo dos normativos impostos por este procedimento.

Afigura ser importante um reequacionamento das atividades municipais e uma profunda reflexão sobre a forma dar cumprimento às necessidades financeiras do Município.

c) Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso

Na consulta ao sistema e no reporte de informação mensal, verifica-se a existência de pagamentos em atraso, com agravamento face a 31 de dezembro de 2017.

1° SEM 2018	2017
PAGAMENTOS EM ATRASO	PAGAMENTOS EM ATRASO
+ 90 dias <= 120 dias 98 755,20	+ 90 dias <= 120 dias 12 596,38
+ 120 dias <= 240 dias 277 576,50	+ 120 dias <= 240 dias 14 847,80
+ 240 dias <= 380 dias 34 213,20	+ 240 dias <= 360 dias
> 360 dias -	> 360 dias
TOTAL 410 544,90	TOTAL 27 444,18

À data de 30 de junho de 2018, de acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) do Município, apresenta um prazo médio de pagamento de 341 dias (SIIAL) semelhante ao apurado em 31/12/2017 (359 dias). É de referir que neste cálculo está considerado o valor da divida da água, para a qual existe acordo de pagamento. Sem esta divida o PMP em 30/06/2018 é de 67 dias.



Câmara Municipal



V - CONCLUSÕES

Devem ser implementadas regras e alterados procedimentos que permitam:

- Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos.
- Continuidade na adoção de procedimentos de contabilização dos compromissos futuros, a refletir no mapa do controlo
 orçamental da despesa os encargos futuros, permitindo uma leitura das responsabilidades futuras já assumidas;
- Acompanhamento do programa PAEL e Saneamento Financeiro. Em nossa opinião, não parece justificar-se a existência de valores concedidos e não utilizados, na regularização de dividas a Terceiros. Acresce o pagamento do serviço da dívida em atraso.
- Continuidade: dos trabalhos ao nível do imobilizado e subsidios ao investimento, com tradução nos registos contabilisticos;
 no registo de património e acompanhamento das obras em cursos, no sentido do seu adequado encerramento.
- 5. Continuidade na avaliação da necessidade de reforço das provisões/imparidades para créditos de cobrança duvidosa.
- Avaliação junto dos serviços jurídicos e advogados de todos os processos judiciais em curso de forma a avaliar o efeito de eventuais provisões e outras contingências a registar para efeitos de encerramento de contas.
- 7. Dar continuidade ao cumprimento do disposto na Lei dos Compromissos, com segurança na assunção de despesas face ao valor apurado a título dos Fundos Disponíveis, nomeadamente a contabilização de todas as faturas de fornecedores com data de 31/12/2018 mesmo que a sua receção tenha ocorrido no início do exercício de 2019.

Estas ações foram analisadas com os responsáveis dos serviços, tendo-nos sido manifestado toda a disponibilidade para a continuidade dos trabalhos e melhoria contínua, em prof da transparência e Accountability na gestão pública.

Em sede de elaboração dos instrumentos de gestão previsionais para o ano de 2019 a 2022, o volume da despesa a transitar, os compromissos futuros já assumidos e os encargos com o pessoal, podem assumir um elevado volume financeiro, o qual condicionará as atividades a empreender, pelo que se recomenda uma atenção redobrada da Gestão na ponderação das mesmas. Acresce a sustentabilidade e consolidação orçamental, com adequada estimativa de receitas onde o controlo integral do ciclo de despesa e fundos disponíveis deve centrar a atenção dos Órgãos de Gestão.

Maria



MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal



VI - FACTOS RELEVANTES E OU OCORRIDOS APÓS O TERMO DE 30/06/2018

Decorrente do Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, importa sustentar as ações no sentido da aplicação dos processos impostos pelo referido regulamento.

Relembra-se que a sua entrada em vigor ocorreu no passado dia 25 de maio e as tarefas exigidas são de elevada expressão, nomeadamente:

Estabelecer politican e	Rever im pressor, formulários,	Preparar e estabelecer mecanismos de resposta ao exercício dos novos direitos pelos titulares dos dados: Direito ao Esquecimento; Direiro à Portabilidade de dados.	Preparar a designação e funções
procedimentos que permitam	políticas de privacidade. Venificar		do Encarregado de Proteção de
rengir a qualquer falha de	se a linguagem utilizado é clara,		Dodos. Deve documentor de
asgurança e notificar as	acessivel e se silo formecidos nos		forma detalhada todos as
autoridades competentes nos	titulares dos dados, toda a		atividades relacionadas com
prasos estabelecidos.	informação a que o ROPD obriga.		tratamento de dados pessoois.
Analizar com que fundamento legal se está a processar dados. Caso seja com base no consentimento, terá de se rever o consentimento, terá de se rever o consentimento dado, para apurar se respeito todas as novas exigências, ou se será necesarir o obter novo concentimento.	Rever or contrator de rubcontratoção de serviços realizados no ámbiro de tratamento de dados personis, para verificar se cumprem com or requiritor exigidos pelo ROPD.	Onrantir que existem regras específicas para provar que todos os requisitos legais são cumpridos Renlisar uma osuditorio / Assessment para verificar o que se tem de foser para cumprir com o ROFD (Acceutability).	Venificar onde estão alojados os dados e se há tronsferência de dados pare fora da União Europeia (e nesse caso se é legisima).

De forma a prevenir a ocorrência de eventuais desvios e fraudes, afigura-se-nos ser importante dar atenção ao tema da fraude, nomeadamente os itens subjacentes à nova teoria explicativa da motivação da fraude, a "Estrela da fraude", assente nas pontas da referida estrela designadas por: - "Pressões situacionais"; - "Oportunidades de concretização"; - "Capacidade do fraudador"; - "Ganância/Ambição do fraudador"; - "Racionalização do fraudador".

Deve ser dada relevância à avaliação do Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Nesta sequência importa dar a devida atenção à Lei nº 83/2017, de 18 de agosto que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitas e ao financiamento do terrorismo, onde as pessoas politicamente expostas (PEP's) e respetivos membros próximos da família, assumem um papel relevante.

Dada a publicação da Portaria 233/2018, de 21 de agosto, que entra em vigor em 1 de outubro e que regulamenta o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, importa verificar o seu cumprimento, em caso de aplicabilidade quanto a entidades participadas.



Câmara Municipal



✓ Importa referir o disposto no artigo 56º, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto á evidência de apuramento durante 2 anos consecutivos de uma taxa de execução da receita não dever ser inferior a 85%. Pelo menos desde 2014, o Município não tem atingido o valor de referência.

RECEITAS	2014	2015	2016	2017	1º SEM 2018
GRAU DE EXECUÇÃO	57,62%	58,57%	52,78%	53,48%	31,38%

- A ERSE, enviou, para conhecimento do Município, informação sobre o valor contabilístico do imobilizado associado à concessão municipal da rede de distribuição de eletricidade em baixa tensão.
- ✓ Com a publicação do normativo contabilístico assente no SNC-AP, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2017, entretanto
 adiada para o setor autárquico, para 1 de janeiro de 2018 e posteriormente para 1 de janeiro de 2019, importa reter a seguinte
 legislação:
 - Decreto-Lei, nº 192/2015, de 11 de setembro, que apresenta o seu articulado legislativo, traduz ainda:
 - ANEXO I Estrutura concetual da informação financeira pública;
 - ANEXO II Normas de contabilidade pública, compostas por:

NCP	1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
NCP	2	Políticas Contabilisticas, Alterações em Estimativas Contabilisticas e Erros
NCP	3	Ativos Intangiveis
NCP	4	Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
NCP	5	Ativos Fixos Tangiveis
NCP	6	Locações
NCP	7	Custos de Empréstimos Obtidos
NCP	8	Propriedades de Investimento
NCP	9	Imparidade de Ativos
NCP	10	Inventários
NCP	11	Agricultura
NCP	12	Contratos de Construção
NCP.	13	Rendimento de Transações com Contraprestação
NCP	14	Rendimento de Transações sem Contraprestação
NCP	15	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NCP	16	Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NCP	17	Acontecimentos Após a Data de Relato
NCP	18	Instrumentos Financeiros
NCP	19	Beneficios dos Empregados
NCP	20	Divulgações de Partes Relacionadas
NCP	21	Demonstrações Financeiras Separadas
NCP	22	Demonstrações Financeiras Consolidadas
NCP	23	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
NCP	24	Acordos Conjuntos
NCP	25	Relato por Segmentos
NCP	26	Contabilidade e Relato Orçamental
NCP	27	Contabilidade de Gestão

· Anexo III - Plano de Contas Multidimensional



Câmara Municipal



- Manual de Implementação, elaborado pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (2 versão junho de 2017);
- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional
 Sistema de Normalização Contabilistica para as Administrações Públicas;
- Portaria nº 218/2016, de 9 de agosto Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- Decreto-Lei nº 51/2017, de 25 de maio Criação de procedimentos especiais de registro e de regularização da situação jurídico - registral dos bens imóveis do domínio privado do Estado, institutos públicos, regiões autónomas e autarquias locais, alternativos aos já existentes;
- De acordo com a Portaria n.º 128/2017 de 5 de abril, devem ser atendidas as obrigações ali referidas, nomeadamente informação sobre adaptação dos sistemas de informação e controlo da implementação do novo normativo.

Não temos conhecimento de decisões para o não arranque dos trabalhos de transição que se impõem, de forma a dar suporte a uma correta aplicação do novo normativo contabilistico.

Tem sido feito um esforço de formação dos trabalhadores do Município, no sentido de aumento dos seus conhecimentos quanto a este novo paradigma.

✓ Relativamente ao exercicio orçamental de 2019, quanto é do nosso conhecimento, deverão os documentos previsionais serem elaborados em POCAL, considerando que é esse o referencial contabilístico que ainda se encontra em vigor. A partir de 1 de janeiro de 2019 haverá um ajustamento em sede de execução para os modelos de reporte previstos no SNC-AP.

É de acrescer referir que o novo normativo contabilístico aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019, assente no SNC-AP, apresenta na norma de contabilidade pública designada NCP – 26 – Contabilidade e relato orçamental, como obrigatória a elaboração dos seguintes documentos: - O orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual; e - O plano plurianual de investimentos.

Admitimos por isso que face à transição para o SNC-AP e com a obrigação de adoção da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, possa vir a ser uma oportunidade para a melhoria crescente da prática da contabilidade orçamental.

Aínda sobre a elaboração do orçamento de 2019, importa referir o disposto na Lei do Orçamento do Estado para 2018, no que concerne à inscrição de receita a título de alienação de imóveis, já que o artigo 105º do OE, impõe algumas restrições, a analisar em concreto, nomeadamente que a verba não pode ser superior à média aritmética simples das receitas arrecadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da elaboração do orçamento.



Câmara Municipal



- ✓ Realça-se a publicação dos seguintes normativos legais;
 - Lei nº 50/2018, de 16 de agosto Lei quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que entrou em vigor em 17 de agosto, onde as transferências das competências prevista se efetua nos termos do artigo 4º da citada lei; e
 - Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, com entrada em vigor em 01/01/2019 Altera a Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013) e CIMI (D.L. 287/2003).
 - Acresce ainda a revisão do regulamento do sistema de controlo interno, adaptando-o ao novo paradigma contabilístico e novas realidades legislativas a que o Município se encontra obrigado a reconhecer.

VII - AGRADECIMENTOS

Gostariamos de realçar a disponibilidade dos Colaboradores, Dirigentes e Técnicos afetos à área financeira, que com empenho e reconhecido respeito, de uma forma célere e pronta nos facultaram resposta aos assuntos e acompanhamento dos procedimentos solicitados.

Por fim e ao finalizar este relatório, não queremos deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como a todos os Colaboradores dos Serviços do Município a colaboração que nos foi prestada e manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes.

Reguengos de Monsaraz, 31 de agosto de 2018

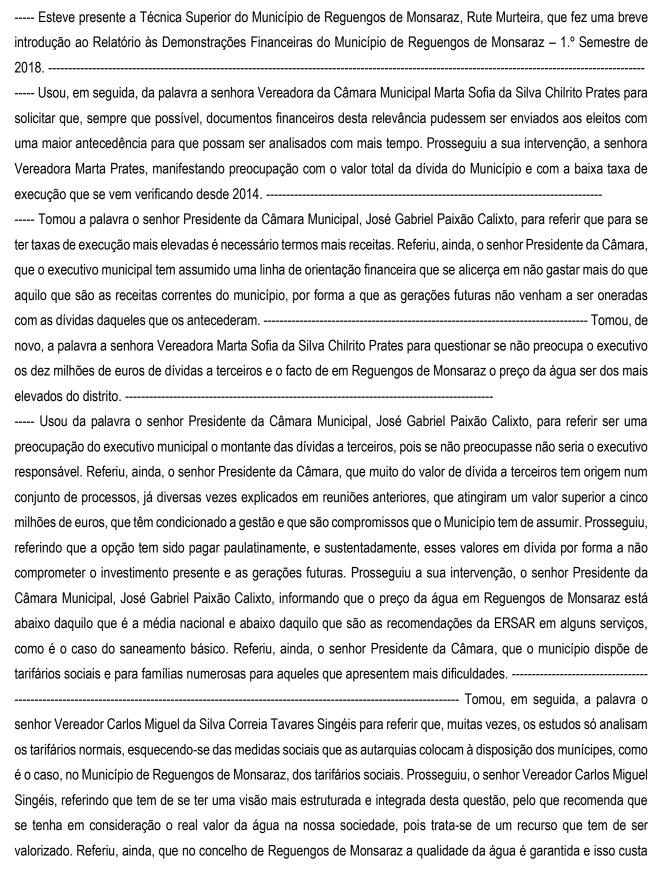
Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.

Representada por

Maria do Rosário Carvalho (ROC n.º 658 - CMVM nº 20160302)



Câmara Municipal





Câmara Municipal

Processo Disciplinar n.º 1/AGL/2018: Relatório Final

"Processo Disciplinar n.º 1/AGL/2018 – Relatório Final

RELATÓRIO FINAL

I – DA INSTRUÇÃO

A – Da Instauração do Procedimento Disciplinar

O presente procedimento disciplinar foi mandado instaurar pelo Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, datado de 23 de julho de 2018, que constitui fls. 140 dos presentes autos, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 231.º do Anexo I à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de ora em diante designada pelo acrónimo LTFP, contra o trabalhador do mapa de pessoal do Município de Reguengos de Monsaraz, **Maurílio Valada Pinto**, Assistente Operacional, vinculado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a exercer funções de auxiliar de ação educativa na Subunidade Orgânica de Educação, da Unidade Orgânica de 3.º Grau Sociocultural e Desportiva.

Pelo mesmo despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, datado de 23 de julho de 2018, foi também autorizado que o processo de inquérito constituísse a fase de instrução do processo disciplinar, de acordo com o



Câmara Municipal

disposto no n.º 4 do artigo 231.º do Anexo I à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, deduzindo o instrutor a acusação do trabalhador no prazo de 48 horas.

O despacho do Senhor Presidente da Câmara que mandou instaurar o procedimento disciplinar estribou-se na queixa apresentada pelo Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, dirigida à senhora vereadora do pelouro da Educação, Élia de Fátima Janes Quintas, datada de 15 de maio de 2018, que constitui fls. 3/1 e 3/2 dos presentes autos, e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os legais efeitos.

A queixa disciplinar encontrava-se fundada no facto do Arguido, no dia 17/04/2018, no decurso do dia escolar, ter permitido a saída dos alunos Donut Covaliuc e um dos seus irmãos da escola EB n.º 1 de Reguengos de Monsaraz, num período em que não tinham autorização para tal, ou seja, em período letivo.

Os factos descritos indiciam a existência de comportamento suscetível de integrar a prática de infração disciplinar.

B - Da Tramitação da Instrução

A instrução foi realizada com observância de todas as normas legais aplicáveis e integram-na os seguintes elementos de prova considerados como relevantes:

- 1) Registo disciplinar do Arguido junto aos autos pela Comunicação Interna da Subunidade Orgânica Recursos Humanos com o n.º 67/RHU/2018, de 25/07/2018, que constitui fis. 144 a 145/2 do presente processo;
- 2) Declarações da testemunha, Dochia Vasiela Covaliuc, mãe do aluno Danut Covaliuc, que constitui fls. 12 dos autos, prestadas em 01/06/2018;
- 3) Declarações da testemunha, Prof.ª Doriza Carraça, que constitui fls. 13 dos autos, prestadas em 01/06/2018;
- 4) Declarações do Arguido, Maurílio Valada Pinto, que constitui fls. 14 dos autos, prestadas em 01/06/2018;
- 5) Declarações da testemunha, Nicolae Ovidio Covaliuc, pai e encarregado de educação do aluno Danut Covaliuc, que constitui fls. 136 dos autos, prestadas em 12/06/2018;
- 6) Plano da Intervenção da Equipa de Segurança de 2017/2018, que constitui fls. 22 a 108 dos autos;
- 7) Formação em Portaria, realizada dia 23 de março de 2018, que constitui fls. 109 a 129;
- 8) Manual de procedimentos do Sistema de Controlo Interno, que constitui fls. 130 a 134 dos autos;
- 9)Escala de serviço da Portaria de EB n.º 1 de Reguengos de Monsaraz na semana de 16 a 20 de abril de 2018, que constitui fls. 21 dos autos.

Após análise de toda a prova testemunhal e documental junta aos autos, o Instrutor deu por finda a instrução, nos termos e para os efeitos do estabelecido no artigo 213.º da LTFP.

II – DA ACUSAÇÃO

Finda a instrução, e dentro do prazo legal estabelecido no n.º 2 do artigo 213.º da LTFP, foi deduzida acusação contra o Arguido Maurílio Valada Pinto.

A acusação foi dada a conhecer ao Arguido, mediante notificação por carta registada com A/R efetuada em 25/07/2018 (fls. 146 dos autos).

Do teor da acusação, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que consta de fls. 141/1 a 143 dos presentes autos, concluise que o arguido é acusado dos seguintes factos:

De, ao dia 16 de abril do corrente ano de 2018, enquanto exercia a sua função de assegurar o serviço da portaria da Escola EB
 nº 1 de Reguengos de Monsaraz, (atividade constante no Mapa de Pessoal), o Arguido deixou sair do estabelecimento escolar os



Câmara Municipal

alunos Danut Cavaliuc e um dos seus irmãos, sem que os mesmos tivessem qualquer tipo de autorização dos encarregados de educação para se ausentarem da escola durante aquele período;

- De, n\u00e3o ter sido diligente no cumprimento do seu servi\u00f3o, na medida em que n\u00e3o agiu de acordo com o disposto nas normas e
 regulamentos estabelecidos pelo Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz;
- De ter confiado nos alunos, uma vez que o persuadiram de que a sua saída da escola se devia à ida de uma consulta médica, sem ter agido com as devidas diligências a que está adstrito, nomeadamente:
- Verificar a caderneta escolar dos mesmos, no sentido de confirmar se existia autorização expressa, por parte dos encarregados de educação, que permitisse a saída dos alunos naquele período em que se ausentaram;
- Confirmar, junto das diretoras de turma dos alunos, nomeadamente junto da Prof.ª Doriza Carraça, a veracidade da justificação alegada pelos mesmos;
- De ter havido consequências negativas, na medida em que ao saírem do estabelecimento escolar, naquele período da manhã, o aluno Danut Cavaliuc e seu irmão, foram apanhados a furtar chocolates no hipermercado e a furtar uma habitação.

Concluiu a Acusação que o Arguido, com o seu comportamento, violou o dever funcional a que estava obrigado, não realizando o trabalho a que estava afeto, permitindo a saída de dois alunos que não tinham qualquer tipo de autorização para sair durante o período em que se ausentaram, sendo esse comportamento violador do dever geral de zelo, previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 73.º da LTFP e tipificado no n.º 7 do mesmo preceito legal.

III - DA DEFESA

A - Da defesa apresentada pelo Arguido

Em 25/07/2018, foi o Arguido notificado, mediante carta registada com A/R da respetiva acusação, bem como uma cópia da mesma, fls. 141/1 a 146 dos autos.

O Arguido não apresentou qualquer defesa.

IV - CONCLUSÕES

A - Do factualismo provado e não provado

No procedimento disciplinar instaurado ao Arguido, considerando o teor da participação, da acusação e de todas as diligências probatórias efetuadas, concluo como provados os seguintes factos disciplinarmente relevantes e com interesse para a fundamentação deste Relatório Final:

A.1. Factualismo provado

1)O Arguido é trabalhador do Mapa de Pessoal do Município de Reguengos de Monsaraz, vinculado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e provido na carreira e categoria de Assistente Operacional, desempenhando funções de auxiliar de ação educativa, afeta à Subunidade Orgânica de Educação, da Unidade Orgânica de 3.º Grau Sociocultural e Desportiva – consulta da aplicação informática SGP.

2)No dia 16 de abril do corrente ano de 2018, o Arguido encontrava-se a assegurar o serviço da portaria da Escola EB nº 1 de Reguengos de Monsaraz, sendo esta uma das atividades constantes no Mapa de Pessoal a ser desempenhada no âmbito das suas funções - declarações da testemunha Prof.ª Doriza Carraça, declarações do Arguido e documento relativo á Escala de Serviço da Portaria de EB n.º 1 de Reguengos de Monsaraz na semana de 16 a 20 de abril de 2018, disponibilizada pelo Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, a fls. 13, 14, e 21.



Câmara Municipal

3) Esta atividade em particular tem como objetivo o controle das entradas e saídas na escola, de acordo com as regras e procedimentos instituídos pelo Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz – declarações da testemunha Prof.ª Doriza Carraça, documentação referente ao Plano da Intervenção da Equipa de Segurança datado de 2017/2018 e Manual de Procedimentos do Sistema de Controlo Interno de 2016, a fls. 22 a 108 e 130 a 134.

4) O Arguido, nesse mesmo dia 16 de abril de 2018, deixou sair as instalações da EB n.º 1 de Reguengos de Monsaraz os alunos Danut Covaluic e um dos seus irmãos, sem que os mesmos tivessem qualquer tipo de autorização dos encarregados de educação para se ausentarem da escola naquele período – declarações de todas as testemunhas e do Arguido, a fls. 12, 13, 14 e 136.

5) O arguido foi persuadido pelos alunos que o informaram que a sua saída da escola se devia à deslocação a uma consulta médica – declarações de todas as testemunhas e do Arguido, a fls. 12, 13,14 e 136.

6) Apenas é autorizada a saída dos alunos da escola, fora dos períodos permitidos, independentemente da modalidade do "Cartão do Aluno", quando seja expressamente registada a autorização na caderneta escolar do aluno, por parte do encarregado de educação - declarações das testemunhas Dochia Vasiela Covaliuc, Prof.ª Doriza Carração e do Arguido, a fls. 12, 13 e 14.

7)O Arguido tinha perfeito conhecimento que os alunos só podem sair desde que estejam devidamente autorizados, quer no período da manhã quer no período da tarde, tal como se encontra estabelecido nas normas e regulamentos em uso no Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz - documentação referente ao Plano da Intervenção da Equipa de Segurança datado de 2017/2018, Manual de Procedimentos do Sistema de Controlo Interno de 2016 e Formação em Portaria, realizada dia 23 de março de 2018, a fls. 22 a 108, 130 a 134 e 109 a 129.

8) O Arguido não foi diligente no cumprimento do seu serviço e das funções que lhe estavam confiadas, na medida em que não confirmou se existia autorização expressa na caderneta dos alunos, no sentido de confirmar a veracidade da justificação alegada pelos mesmos – declarações do Arguido e da testemunha Prof.ª Doriza Carraça, a fls. 13 e 14.

9) Esta situação teve consequências negativas, na medida em que ao saírem do estabelecimento escolar, naquele período da manhã, o aluno Danut Covaliuc e o seu irmão, foram apanhados a furtar chocolates no hipermercado e furtar uma habitação particular - declarações de todas as testemunhas e do Arguido, a fls. 12, 13, 14 e 136.

A.2. – Factualismo não provado

Não ficou qualquer facto constante da acusação por provar.

B - Do Direito

O Arguido encontra-se abrangido, para efeitos disciplinares, pela disciplina vertida no Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Nos termos do n.º 2 do artigo 1º do Anexo à Lei n.º 35/2014, o regime disciplinar nele inserto é aplicável, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços da administração autárquica.

De acordo com a previsão do artigo 76.º da LTFP, "o empregador público tem poder disciplinar sobre o trabalhador ao seu serviço, enquanto vigorar o vínculo de emprego público". Por seu tumo, os trabalhadores ficam sujeitos ao poder disciplinar desde a constituição do vínculo de emprego público, em qualquer das suas modalidades. (Cfr. n.º 3 do artigo 176.º da LTFP).

Vejamos, então, se o comportamento do Arguido se poderá consubstanciar numa infração disciplinar.

Por infração disciplinar considera-se o comportamento do trabalhador, por ação ou omissão, ainda que meramente culposo, que viole deveres gerais ou especiais inerentes à função que exerce. (Cfr. artigo 183.º da LTFP).

Do estatuído, podem-se extrair os elementos essenciais de uma qualquer infração disciplinar, a saber:

- a) Sujeitos:
- b) Objeto da infração deveres violados;
- c) Culpabilidade (grau de culpa);



Câmara Municipal

d) Ilicitude.

O artigo 73.º da LTFP enuncia os deveres gerais dos trabalhadores (deveres de prossecução do interesse público, de isenção, de imparcialidade, de informação, de zelo, de obediência, de lealdade, de correção, de assiduidade e de pontualidade).

"Sujeitos activos da infracção disciplinar só podem ser os funcionários ou agentes, considerando-se como tais os indivíduos que se encontrem vinculados à Administração por uma relação de serviço (...).

Sujeito passivo da mesma relação será e entidade ou pessoa de direito público que é servida pelo funcionário ou agente.

Objecto da infracção disciplinar é a relação facto - dever, ou seja a consumação voluntária de um facto que agrida um dever.

Facto é a exteriorização de uma vontade, que pode traduzir-se num faccere (acção) ou num omittere (omissão) no cumprimento dos deveres, independentemente da produção de resultados prejudiciais ao serviço (...).

O objecto da infracção disciplinar consiste, pois, na prática ... de um ou mais factos, com ofensa de algum dos deveres que impedem sobre o funcionário.

O facto é, pois, o elemento fundamental, sem o qual a infracção não pode existir (...).

Deveres, para fins disciplinares, são todos aqueles que visam assegurar o bom e regular funcionamento dos Serviços.

Deveres gerais são os que normalmente se impõem a todo o servidor público, qualquer que seja o serviço em que exerce funções. Deveres especiais são aqueles cujo cumprimento é exigido por cada serviço em particular, variando consoante a sua natureza e a posição hierárquica do funcionário ou agente que está em causa." (Cfr. M. Leal-Henriques, in Procedimento Disciplinar, págs. 39 e ss, Rei dos Livros, 3ª Ed., 1997).

Outro elemento constitutivo da infração disciplinar é a culpa, "entendida como um juízo de censura dirigido a quem podia e devia ter atuado em conformidade com os deveres gerais ou especiais e o não fez". Assim, "depois verificada a existência de um comportamento livre e esclarecido por parte do trabalhador importa formular um juízo de culpa, traduzido na censura de um certo facto típico à pessoa do seu agente, o que pressupõe que se averigue se um trabalhador normalmente diligente, colocado na mesma situação, atuaria de forma diferente daquela que atuou o infractor dos deveres gerais ou especiais". (Cfr. Paulo Veiga e Moura, Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas – Anotado, Coimbra Editora, 2009).

Ou, na pena de Vítor Faveiro que define culpabilidade como a "verificação de um certo conjunto de requisitos que estabeleçam a ligação entre o facto e a personalidade do agente por forma a poder-se dizer, em relação a este, que o facto é seu." (in A Infracção Disciplinar, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, págs. 121).

Por fim, por ilicitude entende-se "a negação de determinados valores, no caso concreto negação dos valores ligados aos deveres inerentes ao exercício da função pública". (Cfr. M. Leal — Henriques, na obra citada, pág. 45). Ou, como escreve Paulo Veiga e Moura na obra supra aludida, a ilicitude "entendida como a anti juridicidade decorrente da violação dos deveres gerais ou especiais que sejam inerentes às funções que se exercem e essenciais para o bom funcionamento do serviço".

(Atendendo à reforma da legislação da função pública, todas as referências feitas a funcionários e agentes devem ter-se por feitas a trabalhadores em funções públicas. De realçar, ainda, que o legislador, no atual regime disciplinar, procedeu à substituição da expressão "facto" pela expressão "comportamento" na definição de infração disciplinar).

Chegados a este ponto, importa apurar se no caso em apreço se encontram reunidos todos os elementos que permitam caraterizar o comportamento do Arguido como infração disciplinar suscetível de punição.

O sujeito ativo da infração é o Arguido enquanto trabalhador em funções públicas por tempo indeterminado vinculado ao Município de Reguengos de Monsaraz, enquanto entidade empregadora pública ao serviço da qual o Arguido exerce funções.

O objeto da infração consubstancia-se no facto do Arguido ter deixado sair das instalações da EB n.º 1 de Reguengos de Monsaraz os alunos Danut Covaluic e um dos seus irmãos, sem que os mesmos tivessem qualquer tipo de autorização dos encarregados de



Câmara Municipal

educação para se ausentarem da escola naquele período. Este comportamento do Arguido traduz-se num comportamento ativo, numa ação, violador de deveres funcionais a que o trabalhador estava obrigado a respeitar. Com o seu comportamento o Arguido violou o dever geral de zelo previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 73.º da LTFP e tipificado no n.º 7 do mesmo preceito legal.

O dever de zelo consiste em "conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, bem como exercer as funções de acordo com os objetivos que tenham sido fixados e utilizando as competências que tenham sido consideradas adequadas". (Cfr. n.º 7 do artigo 73.º da LTFP).

Na escrita de Veiga e Moura e Cátia Arrimar, "o dever de zelo envolve para os trabalhadores públicos duas permanentes obrigações no exercício das suas funções. Por um lado, uma obrigação de atualização e, por outro, uma obrigação de concretização dos objetivos do serviço. (in. Comentário à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Vol. I, Coimbra Editora, 2014). Continuando a seguir os cometários de Veiga e Moura à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, "Assim sendo, julgamos que o trabalhador público pode ser punido por violação do dever de zelo quando no quotidiano a sua atuação revele desconhecer normas legais e regulamentares inerentes ao serviço e ás funções ali exercidas ou traduza um desconhecimento das ordens e instruções emanadas superiormente".

Ora, o comportamento do Arguido revela o não cumprimento das normas legais e procedimentos estabelecidos no Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz.

Quanto ao elemento "ilicitude", o mesmo encontra-se preenchido, pois a violação de um dever disciplinar representa sempre um ato ilícito e antijurídico, não se verificando no caso "sub iudice" qualquer causa de exclusão da ilicitude.

Por fim, importa apurar se está preenchido o último elemento caraterizador da infração disciplinar – a culpa. Sem ela não há infração disciplinar. Como refere Veiga e Moura, é necessário averiguar "se um trabalhador normalmente diligente, colocado na mesma situação, atuaria de forma diferente daquela que atuou o infrator dos deveres gerais ou especiais". O infrator só poderá ser punido a título de infração disciplinar quando o comportamento lhe seja imputável a título de dolo ou negligência. (cfr. artigos 13.º a 15.º do Código Penal, aplicável subsidiariamente ao procedimento disciplinar).

Apuremos, então, se no caso concreto estamos perante um comportamento doloso ou negligente.

De toda a prova produzida nos autos, resulta claro que o Arguido atuou de forma consciente, pois permitiu a saída de dois alunos que não tinham qualquer tipo de autorização para sair durante o período em que se ausentaram. Mesmo tendo sido o Arguido persuadido pelos alunos que justificaram a sua saída alegando a ida a uma consulta médica, recomendavam as circunstâncias e a prudência que fosse adotado um comportamento diferente, no sentido de verificar junto da caderneta escolar dos alunos se existia autorização expressa para que os mesmos pudessem, naquele período, se ausentar da escola.

Neste caso, deveria o Arguido ter adotado um comportamento diligente de forma a não violar o dever a que está afeto, previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 73.º da LTFP e tipificado no n.º 7 do mesmo preceito legal, exigindo-se que no exercício das suas funções atue com zelo, dedicação, empenho e competência, cumprindo assim, as normas legais e regulamentares que disciplinam o serviço em que se integra e as funções que exerce.

Podemos, assim, concluir que o Arguido, mesmo tendo sido persuadido pelos alunos e confiando que o motivo da sua ausência se devia a uma ida ao médico, revelou um desconhecimento das normas e instruções a que está obrigado, descorando os objetivos do seu serviço, que consiste sobretudo na segurança e proteção das crianças.

Face ao exposto, temos de concluir que o comportamento do Arguido é um comportamento disciplinarmente reprovável e censurável, ainda que seja a titulo de mera culpa. O Arguido ao agir desta forma não colocou a hipótese de violação de um dever disciplinar, estando completamente convencido que os alunos estavam a dizer a verdade e, como tal, impulsivamente agiu de boa fé.

Mais contribui para esta atitude, segundo declarações do arguido, que o encarregado de educação do aluno Danut Covaliuc, teria dado autorização para a saída das instalações da escola, sempre que se tratasse de idas ao médico (vd. declarações do Arguido fls. 14).



Câmara Municipal

Todavia, concluímos que, este tipo de comportamento perpetrado pelo Arguido não deixa de ser negligente e, consequentemente, censurável, na medida em que consubstancia a existência de uma infração disciplinar, por violação do dever geral de zelo previsto, na alínea e) do n.º 2 do artigo 73.º da LTFP.

C - PENA APLICÁVEL

Importa, de seguida, determinar a pena a aplicar ao Arguido.

A infração cometida pelo Arguido é suscetível de ser punida, em abstrato, com sanção de repreensão escrita, nos termos dos artigos 184.º da LTFP.

Na determinação da medida pena a aplicar deverá atender-se aos critérios enunciados no artigo 189.º da LTFP, segundo o qual "na aplicação das sanções disciplinares atende-se aos critérios gerais enunciados nos artigos 184.º a 188.º, à natureza, à missão e às atribuições do órgão ou serviço, ao cargo ou categoria do trabalhador, às particulares responsabilidades inerentes à modalidade do seu vínculo de emprego público, ao grau de culpa, à sua personalidade e a todas as circunstâncias em que a infração tenha sido cometida que militem contra ou a favor dele".

A sanção disciplinar de repreensão escrita, nos termos do artigo 184.º da LTFP, é aplicável a infrações leves ao serviço, optando o legislador por não enumerar comportamentos suscetíveis de serem reconduzidos a este tipo de sanção, contrariamente à técnica legislativa utilizada para as restantes infrações disciplinares.

Fator fundamental para determinar a subsunção do comportamento no artigo 184.º da LTTFP é, como escreve Veiga e Moura, estarmos perante comportamentos "que se traduzam na violação de deveres gerais ou especiais com culpa leve". Entendendo-se que são praticados com culpa leve "todas as infrações cujo desvalor e prejudicialidade para o serviço seja diminuto, de tal forma que a salvaguarda das exigências disciplinares se basta com a formulação de um reparo de ordem moral ao comportamento adotado".

In casu, o comportamento do Arguido não atentou gravemente contra a dignidade e prestígio da função, apresentando um desvalor e uma prejudicialidade não muito relevante para o serviço. O comportamento que se esperava de um trabalhador público naquela situação era um comportamento diferente, mais atento e desperto para as situações, devendo tomar todas as diligências necessárias, cumprindo assim as normas e regulamentos afetos ao exercício das suas funções.

Quanto à culpa do Arguido, concluiu-se, assim pela prática do seu comportamento a título negligente, uma vez que não houve, da sua parte, qualquer intenção propositada de deixar sair os alunos do seu estabelecimento escolar durante o período para o qual não tinham autorização.

Considera-se que o Arguido agiu de boa fé quando permitiu a saída dos alunos do estabelecimento escolar, na medida em que ambos alegaram a ida a uma consulta médica, tendo sido bastante convincentes. Contudo, o comportamento do Arguido não é desculpável na medida em que deveria ter sido diligente de forma a confirmar a veracidade dos factos alegados pelos alunos, confirmando, nomeadamente, junta das diretoras de turma.

O grau de culpa na infração é leve, como já se concluiu anteriormente. Não se verificam circunstâncias dirimentes ou atenuantes da infração, nos termos do artigo 190.º do LTFP.



Câmara Municipal

O Arguido é trabalhador em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado desde 02 de novembro de 2000, encontrando-se ao serviço desta autarquia desde 01/01/2009, na sequência do processo de transferência de competências do Ministério da Educação para o Município de Reguengos de Monsaraz.

Nestes quase dezoito anos de serviço, o Arguido tem sido, em regra, cumpridor dos seus deveres não tendo até há data qualquer registo de infrações disciplinares.

Em sede de avaliação de desempenho, o Arguido não tem até à presente quaisquer registos negativos de avaliação.

Demonstra-se, assim, que se trata de um trabalhador regular, não se revelando propensa à violação dos deveres disciplinares.

A aplicação de pena de repreensão escrita ao Arguido, considera-se, assim, ajustada à punição da infração disciplinar por esta cometida e suficiente para os fins preventivos, corretivos e punitivos que são o fim máximo das penas disciplinares. Aplicação da pena de repreensão escrita é, assim, necessária, adequada e proporcional e constitui a justa medida para salvaguarda do interesse público.

A sanção de repreensão escrita consiste num mero reparo pela irregularidade praticada (cfr. n. °s 1 do artigo 181.º da LTFP).

O trabalhador falhou na sua atuação, no seu comportamento, e tal facto não poderá passar incólume nem deixar de ser objeto de reparo para que este tenha consciência que a sua atuação não foi correta nem adequada e que desrespeitou uma obrigação e um dever que sobre ele impendia, para que no futuro estes tipos de comportamentos não sejam repetidos, exigindo-se outro tipo de atuação da sua parte.

Inexistem circunstâncias dirimentes nos termos do n.º 1 do artigo 190.º da LTFP e não se constatou qualquer facto com relevância para o disposto no n.º 3 do mesmo preceito legal.

Não se apurou a existência de qualquer circunstância agravante especial prevista no artigo 191.º da LTFP.

A pena disciplinar aplicada deverá ser registada no processo individual do trabalhador, nos termos do n.º 4 do artigo 180.º da LTFP. A competência para a aplicação das sanções disciplinares é da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, nos termos do n.º 4 do artigo 197.º da LTFP. Nos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a deliberação que vier a ser tomada deverá sê-lo por escrutínio secreto uma vez que estamos perante a apreciação de comportamentos ou qualidades de uma pessoa.

D - PROPOSTA

Perante todo o exposto, atendendo à descrição fáctica ocorrida, à prova produzida, e tendo em consideração o artigo 189.º da LTFP, proponho, por considerar necessária, adequada e proporcional, que o trabalhador em funções públicas por tempo indeterminado, Maurílio Valada Pinto, integrado na carreira e categoria de Assistente Operacional, Arguido no presente processo, seja aplicada a pena de repreensão escrita, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 180.º da LTFP, caracterizada no n.º 1 do artigo 181.º do mesmo diploma legal, por violação do dever de zelo, previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 73.º e tipificado no n.º 7 daquele mesmo artigo, ambos os preceitos da LTFP.

Parece-nos, assim, e efetuado o necessário juízo de prognose, que estarão acauteladas as exigências disciplinares do serviço. Das características de personalidade do Arguido, pelo facto de inexistirem quaisquer registos disciplinares anteriores à presente infração, nem notícia de comportamento reprovável posterior, ao que acresce a inexistência de prejuízos graves para o Município resultado do comportamentos do Arguido e pelo facto do mesmo ter atuado de boa fé e não de forma intencional, acreditando na justificação dada pelos alunos, sendo esta pena aplicada suficiente para moldar o comportamento do trabalhador, ficando, do mesmo modo, salvaguardados os fins de prevenção geral inerentes à punição da infração.



Câmara Municipal

Propõe-se, por fim, a aprovação do teor da notificação da decisão a enviar ao Arguido, nos seguintes termos: "Exmo. Senhor.

Em referência ao assunto em epígrafe, venho notificar V. Exa. da deliberação tomada pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, na sua reunião ordinária de 19 de setembro de 2018, pela qual lhe foi aplicada a pena disciplinar de repreensão escrita, por violação do dever geral de zelo, previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 73.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designada pelo acrónimo LTFP. A pena de repreensão escrita encontra-se prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 180.º da LTFP e é aplicável, nos termos do artigo 184.º do mesmo diploma legal, por infrações leves de serviço, traduzindo-se, de acordo com o n.º 1 do artigo 181.º da LTFP, num mero reparo pela irregularidade praticada.

Mereceu, assim, reparo o comportamento perpetrado por V. Exa. no dia 16 de abril de 2018, quando ao encontrar-se a exercer as suas funções na Portaria da EB n.º 1 de Reguengos de Monsaraz, deixou sair do referido estabelecimento os alunos Danut Cavaliuc e um seu irmão, sem terem qualquer tipo de autorização para se ausentarem naquele período.

O comportamento adotado por V.Exa. considera-se negligente, pelo que deveria ter tomado as diligencias necessárias a que está afeto, respeitando os normativos legais disponíveis no Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, a fim de evitar a violação de um dever disciplinar – dever de zelo. Exigia-se, assim, de V. Exa. uma atuação diferente, pautada pela responsabilidade, empenho e competência no desempenho das funções que lhe estavam atribuídas.

Deverá V. Exa. ponderar e refletir no seu comportamento, para que modos de atuação como os supra descritos, e que determinaram a aplicação da presente pena disciplinar, não se voltem a repetir.

Mais informo V. Exa., nos termos do artigo 223.º da LTFP, que a referida decisão começa a produzir os seus efeitos no dia seguinte ao da notificação.

Com os melhores cumprimentos, José Gabriel Calixto Presidente da Câmara Municipal"

Reguengos de Monsaraz, 10 de setembro de 2018

O Instrutor,

Nelson Fernando Nunes Galvão"

Assim, ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal
deliberou, por unanimidade, com cinco votos a favor, mediante escrutínio secreto realizado, na medida em que está
aqui envolvida a apreciação de comportamento e de qualidade de um funcionário:
A) Acolher o teor do sobredito Relatório Final;
B) Em consonância, determinar a aplicação da pena de repreensão escrita, ao trabalhador em funções públicas
Maurílio Valada Pinto, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 180.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de
junho, caracterizada no n.º 1 do artigo 181.º do mesmo diploma legal, por violação do dever de zelo, previsto na alínea
e) do n.º 2 do artigo 73.º e tipificado no n.º 7 daquele mesmo artigo, ambos os preceitos da LTFP; C)
Determinar a notificação pessoal ao trabalhador do teor da presente deliberação;D)
Determinar à Subunidade Orgânica Recursos Humanos a competente inscrição no registo disciplinar do trabalhador
arguido, Maurílio Valada Pinto, da pena aplicada; outrossim, promover os demais atos e procedimentos indispensáveis
à cabal execução do vertente ato administrativo



Câmara Municipal

Sociedade Artística Reguenguense - Secção de Ginástica e Trampolins: Competição Mundial Grupo de Idades

Atlético Sport Clube: Torneio Capital Vinhos de Portugal
e para o fim ora peticionado, no valor de 1.700€ (mil e setecentos euros), destinado ao custear do transporte de avião
solicitado pela Sociedade Artística Reguenguense - Secção de Ginástica e Trampolins, nos exatos termos aprovados
e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio
novembro de 2018, em Sófia, St. Petersburg, na Rússia Apreciado
referente à participação na atividade, Competição Mundial Grupo de Idades de Trampolins, a realizar de 11 a 19 de
Reguenguense – Secção de Ginástica e Trampolins, no âmbito do Programa de Apoio a Atividades de Caráter Pontual
por si firmado em 13 de setembro de 2018, atinente ao pedido de apoio formulado pela Sociedade Artística
O senhor Vereador Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis deu conta do Pedido de Apoio n.º 30/VMS/2018

Atlético Sport Clube: Torneio Reguengos de Monsaraz Cup

O senhor Vereador Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis deu conta do Pedido de Apoio n.º 32/VMS/2018,
por si firmado em 13 de setembro de 2018, bem como o seu despacho proferido na mesma data, atinente ao pedido de
apoio formulado pelo Atlético Sport Clube, no âmbito do Programa de Apoio a Atividades de Caráter Pontual, no apoio
dos prémios a atribuir no torneio "Reguengos de Monsaraz Cup", realizado no dia 16 de setembro de 2018, no Campo
de Futebol Virgílio Durão, em Reguengos de Monsaraz, bem como, o apoio na deslocação da equipa do Sporting Clube
de Portugal Apreciado e discutido
circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor
Vereador Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis, exarado em 13 de setembro de 2018, pelo qual foi aprovado
o apoio solicitado pelo Atlético Sport Clube, nos exatos termos peticionados



Câmara Municipal

Centro Cultural de Outeiro: Festas em Honra de Nossa Senhora da Orada

Centro de Recreio Popular de Motrinos: Festas em Honra de Nossa Senhora do Carmo

Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz: Cedência de Auditório Municipal

Resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação de uma parcela de terreno com 9.777 m2, sita na Freguesia de Monsaraz, destinada ao Parque de Estacionamento do Centro Náutico de Monsaraz

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu conta da Proposta n.º 83/GP/2018, por si firmada em 12 de setembro de 2018, referente à resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação da parcela de terreno com a área de 9.777 m², de acordo com o levantamento efetuado e cuja planta se



Câmara Municipal

"Proposta N.º 83/GP/2018

RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM 9.777 M², SITA NA FREGUESIA DE MONSARAZ, DESTINADA AO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO NÁUTICO DE MONSARAZ

Considerando:

- Que o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão, denominado pelo acrónimo POAAP, cujo regulamento foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2006, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 150, de 4 de agosto de 2006, prevê um Centro Náutico, infraestrutura de apoio ao recreio náutico e à fruição do plano de água, integrada na rede fundamental de apoio à navegação e na correspetiva área de utilização recreativa e de lazer, nível 2, ali consagrada;
- Que o Plano de Intervenção no Espaço Rural do Centro Náutico de Monsaraz, denominado pelo acrónimo PIERCNM, cujo Regulamento foi aprovado pelo Regulamento n.º 565/2008, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 213, de 3 de novembro de 2008, veio definir, nomeadamente, as regras de implantação e execução do equipamento público de utilização coletiva previstos no POAAP;
- Que a área de utilização recreativa e de lazer do Centro Náutico de Monsaraz é composta por várias infraestruturas e serviços, definidos no n.º 1 do artigo 12.º do PIERCNM, onde se inclui o estacionamento automóvel fora da zona reservada da albufeira;
- Que o Centro Náutico de Monsaraz é de utilização pública e o Município de Reguengos de Monsaraz é o titular dos direitos sobre mesmo, conforme o disposto no artigo 18.º do POAAP;
- Que, a Praia Fluvial de Monsaraz, inaugurada em 01 de junho de 2017, detém a classificação de Praia Mais Acessível e tem todas as caraterísticas ambientais, de segurança e de conforto necessárias para ter conquistado a Bandeira Azul, desde a sua abertura na época balnear de 2017, elevando o nível de exigência e os padrões de qualidade em todos os serviços e equipamento de apoio ao Recreio Náutico, no Centro Náutico de Monsaraz, tornando imprescindível a existência e utilização de um parque de estacionamento;
- Que, o projeto da Praia Fluvial de Monsaraz foi candidatado à "Turismo de Portugal, I.P." e financiado pelo Estado Português em 90%, foi considerada o melhor investimento público de 2017 pela Entidade Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo;
- Que a parcela de terreno para onde foi projetado e onde foi instalado o parque de estacionamento do Centro Náutico de Monsaraz e da praia fluvial, tem uma área de área de 9.777 m²;
- Que a parcela de terreno está integrada no prédio rústico denominado "Herdade do Touril de Agosto", descrito na matriz predial rústica sob os artigos 228 e 229, da seção 004, da freguesia de Monsaraz e descrito na Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz, sob o n.º 1619, da freguesia de Monsaraz, propriedade de Maria Margarida Varela Fradinho Aires Franco,



Câmara Municipal

NIF 118793900, residente na Rua Passos Manuel, n.º 22, 2.º, Lisboa, 1150-260 Lisboa, conforme AP 2690, de 2017/09/18, sendo que a parcela de terreno incide apenas sobre o artigo 228 da matriz predial rústica;

- Que a parcela de terreno do prédio rústico já está a ser utilizada pelo público em geral como parque de estacionamento de apoio ao Centro Náutico de Monsaraz e à praia fluvial, uma vez que a sua ocupação para esse fim estava prevista no Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão e ao Plano de Intervenção no Espaço Rural do Centro Náutico de Monsaraz (PIERCNM) e foi autorizada em 26 de maio de 2017, a qual foi manifestada por escrito, por oficio datado de 06 de junho de 2017, pelo proprietário àquela data, o Senhor Rui Godinho Aires Franco, legalmente representado por advogado, sem quaisquer encargos para a autarquia;
- Que a atual proprietária não pretende manter a cedência e utilização gratuita da parcela do seu terreno já intervencionada pelo Município de Reguengos de Monsaraz e adaptada a estacionamento público, de apoio ao Centro Náutico e à Praia Fluvial de Monsaraz;
- Que o prédio rústico em apreço se encontra em área abrangida pelo Plano Diretor Municipal e pelo Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, ambos em plena eficácia;
- Que, atento à utilidade e o interesse público municipal subjacente à execução do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão e ao Plano de Intervenção no Espaço Rural do Centro Náutico de Monsaraz, designadamente, o desenvolvimento turístico, económico e social do concelho de Reguengos de Monsaraz, torna-se imprescindível a utilização do espaço pelo público em geral sem oposição de ninguém;
- O preceituado no artigo 159.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), que estipula que podem ser expropriados os terrenos ou os edificios que sejam necessários à execução dos programas e dos planos territoriais, bem como à realização de intervenções públicas e instalação de infraestruturas e de equipamentos de utilidade pública, aplicando-se o disposto no Código das Expropriações;
- O teor da Comunicação Interna n.º 08/JUA-MS/2018, de 25 de julho de 2018, em que se expõe a tramitação do processo administrativo de expropriação e todos os fundamentos supramencionados, e se propõe que seja dado início ao processo de expropriação por utilidade pública e seja determinada a avaliação da parcela a expropriar por perito da lista oficial;
- Que foi efetuado por perita avaliadora da lista oficial do Tribunal da Relação de Évora, a avaliação à parcela de terreno suprarreferida de 9.777 m², documentada por Relatório, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos, que consubstancia o valor dos encargos previsíveis com a expropriação, que ascendem a € 12.000,00 (doze mil euros);

Propõe-se ao Executivo Municipal:

a) Em ordem ao preceituado nos artigos 1.º e 10.º, ambos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, e atendendo a todos os fundamentos supramencionados, aprovar a resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação da parcela de terreno com a área de 9.777 m², de acordo com o levantamento efetuado e cuja planta se anexa, que está integrada no prédio rústico denominado "Herdade do Touril de Agosto", descrito na matriz predial rústica sob os artigos 228 (e 229, sendo que a parcela de terreno incide apenas sobre o artigo 228), da seção 004, da freguesia de Monsaraz e descrito na Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz, sob o n.º 1619, da freguesia de Monsaraz, propriedade de Maria Margarida Varela Fradinho Aires Franco, NIF 118793900, residente na Rua Passos Manuel, n.º 22, 2.º, Lisboa, 1150-260 Lisboa, conforme AP 2690, de 2017/09/18;



Câmara Municipal

b) Em harmonia ao preceituado no n.º 5 do artigo 10.º e no artigo 11.º, ambos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, determinar a notificação à proprietária do prédio a expropriar: Maria Margarida Varela Fradinho Aires Franco, residente na Rua Passos Manuel, n.º 22, 2.º, Lisboa, 1150-260 Lisboa, mediante carta registada com aviso de receção, incluindo-se nesta notificação a proposta de aquisição, por via do direito privado, que terá como referência o valor constante do relatório do perito oficial, para dizer o que se lhe oferecer sobre a proposta apresentada, no prazo de 20 dias úteis;

c) Determinar ao Gabinete Jurídico e de Auditoria do Município de Reguengos de Monsaraz, a adopção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta."





Câmara Municipal

Relatório de Avaliação

Introdução

O presente documento pretende determinar o valor de mercado de uma parcela de 9.777 m², a destacar do prédio misto denominado "Herdade do Touril de Agosto", prédio misto com a área de 81,9313 ha, descrito na Conservatória do Registo Predial de Monsaraz sob o nº 1619/19991230 da freguesia de Monsaraz e inscrito sob o artigo 228 e 229 da secção 004 da já referida freguesia.

2. Descrição da parcela

A parcela em avaliação pertence ao prédio denominado "Herdade do Touril de Agosto", prédio misto com a área de 81,9313 ha, descrito na Conservatória do Registo Predial de Monsaraz sob o nº 1619/19991230 da freguesia de Monsaraz e inscrito sob o artigo 228 e 229 da secção 004 da já referida. A parcela tem a área de 9.777 m² e encontra-se já ocupada, servindo de parque de estacionamento de apoio ao Centro Náutico de Monsaraz e à praia fluvial.

O prédio localiza-se a sul da vila de Monsaraz, numa pequena península da Albufeira de Alqueva, onde funciona o Centro Náutico de Monsaraz. O acesso é alcatroado, feito através do CM 1127. Dista em cerca do centro de Monsaraz em cerca de 5 km.

A envolvente é marcadamente rural, mais florestal que agrícola devido à orografia. As capacidades de uso são baixas. Trata-se sobretudo de uma agricultura/floresta de extensivo e sequeiro.



Câmara Municipal

Relatório de Avaliação



Ortofotomapa 1 - Localização do prédio a avaliar



Fotos 1 e 2 - Parcela a avaliar (já ocupada)

Em relação ao PDM A parcela de terreno em avaliação encontra-se em área abrangida pelo Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP), em plena eficácia, cujo regulamento foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2006, que prevê um Centro Náutico, infraestrutura de



Câmara Municipal

Relatório de Avaliação

apoio ao recreio náutico e à fruição do plano de água, integrada na rede fundamental de apoio à navegação e na correspetiva área de utilização recreativa e de lazer, nível 2, ali consagrada. A parcela de terreno encontra-se ainda prevista no Plano de Intervenção no Espaço Rural do Centro Náutico de Monsaraz (PIERCNM), cujo Regulamento foi aprovado pelo Regulamento n.º 565/2008, publicado no *Diário da* República, 2.ª Série, N.º 213, de 3 de novembro de 2008, tratando-se de um plano de pormenor, na modalidade específica de plano de intervenção no espaço rural (PIER). Este Plano veio definir, nomeadamente, as regras de implantação e execução do equipamento público de utilização coletiva previstos no POAAP, onde está previsto o estacionamento na parcela de terreno. A parcela encontra-se já ocupada pela autarquia, servindo de parque de estacionamento de apoio à praia fluvial e Centro Naútico.

3. Avaliação

Para obtenção do valor indemnizatório recorreu-se a dois métodos de avaliação:

1) Método Analítico de Avaliação da Propriedade Rústica - o método tem por base o rendimento fundiário efetivo ou possível capitalizado a uma taxa de atualização. Considerando as culturas possíveis atendendo ao modelo de exploração agrícola em uso, e sabendo que estas proporcionam rendimentos anuais, perpétuos e constantes, o valor da propriedade determina-se através da seguinte fórmula de cálculo:

$$Vt = RI \setminus t$$

onde, Vt é o valor unitário do terreno, Rl é o Rendimento Liquido anual e t é a taxa de atualização.

O rendimento líquido que resulta dos cálculos, onde se utilizaram valores médios, será capitalizado à taxa de 4%. A taxa de atualização considerada, pretendem refletir o custo de oportunidade do dinheiro, numa aplicação sem risco adicionado de uma taxa risco associada à ocupação cultural em causa



Câmara Municipal

Relatório de Avaliação

 Método Comparativo ou de Mercado - fundamenta-se sobretudo no conhecimento do mercado local e dos valores pelos quais se têm vindo a transacionar as propriedades análogas à que se pretende avaliar.

Neste método, o valor do imóvel é determinado por comparação com outros semelhantes de que são conhecidos os valores de venda ou de oferta de venda no mercado imobiliário.

3.1. Valoração da parcela - Método Analítico de Avaliação da Propriedade Rústica

Para determinação do valor do solo considerou-se que, atendendo às benfeitorias existentes, ao tipo de solo, à orografia da parcela e às práticas correntes na região, o máximo e melhor rendimento advirá do cultivo de cereias de sequeiro, em rotação:

		Pro	dução: R	otação de	Trigo/Cevad	a		
Preço do Trigo Preço do Trigo Preço da cava Preço da cava Taxa de Capita	(Palha) da (grāc da (palh) p) pa)	0,05	€kg €kg €kg €ka				
Ano		Produto		Produção	Rendimento Bruto(€)	Custos de Prod. (€) (65% do Rb)	RL (€)	RF A nual (Cano)
1	- 3	Cevada (grāv)		2.100	420	273	147	
1	Cevade (paths) Agostadoure			1.600	96	62	34	
1						10		
2		Trigo (Grās) Trigo (Palha)		2.300	414	269	145	191
2				1.700	102	66	36	
2	A gastesouts				1	10		
					1.032	671	381	
Valor Unitário d	lo Solo	0,5 €/m2						

Quadro 1 - Rendimento



Câmara Municipal

Relatório de Avaliação

Assim, através do método Analítico de Avaliação da Propriedade Rústica o valor de mercado do prédio será de :

0,5€/m² x 9.777 m² = 4.890€

3.2. Valoração da parcela - Método Comparativo ou de Mercado

Com base na prospeção de mercado efetuada a terrenos com características idênticas, cuja lista de imóveis se apresenta de seguida, o valor a atribuir à parcela é 1,95€/m².

Fonte	Tipologia	Localização	Área Total (m2)	Valor de mercado (€)	Valor m2	Valor/m2 Corrigido (€)	Descrição
lmoalqueva	T. Rústico	Campo e Campinho, Reguengos de Monsaraz	3250	10000	3,08	2,62	Terreno plano com oliveiras. Perto de Alqueva
lmoalqueva	T. Rústico	Campo e Campinho, Reguengos de Monsaraz	3500	5000	1,43	1,21	Terreno plano com oliveiras. Bons acessos
lmoalqueva	T. Rústico	Campo e Campinho, Reguengos de Monsaraz	750,0000	2500,00	3,33	2,83	Terreno com oliveiras, proximo de Campinho
lmoalqueva	T. Rústico	Corval, Reguengos de Monsaraz	5500,0000	7500,00	1,36	1,16	Terreno com oliveiras, sobreiros e figueiras
lmoalqueva	T. Rústico	Corval, Reguengos de Monsaraz	16000	23000,00	1,44	1,22	Terreno próximo de S. Marcos do Campo e da Albufeira de Alqueva
lmoalqueva	T. Rústico	Campo e Campinho, Reguengos de Monsaraz	9750	35000,00	3,59	3,05	Terreno limpo
lmoalqueva	T. Rústico	Monsaraz, Reguengos de Monsaraz	4875	10000,00	2,05	1,74	Terreno comoliveiras novas
lmoalqueva	T. Rústico	Campo e Campinho, Reguengos de Monsaraz	9750	20000,00	2,05	1,74	Terreno limpo junto à água da Albufeira de Alqueva
					Média	1,95€	
					Min	1,16€	
					Máx	3,05€	

Quadro 2 - Pesquisa de mercado (agosto 208)



Câmara Municipal

Relatório de Avaliação

Ao valor de venda que se encontra publicitado, retira-se 15% (valor/m2 corrigido), por forma a refletir os custo de comercialização e a margem de negociação. Os valores publicitados não são valores reais de venda.

Assim, através do Método Comparativo ou de Mercado, o valor de mercado do prédio será de :

1,95€/m² x 9.777 m² = 19.065€

4. Conclusão

Da análise efetuada aos resultados obtidos pelos dois métodos de avaliação utilizados, vem que o valor de mercado da parcela em avaliação será o resultante da média entre os dois métodos. Assim, à data presente, o valor da parcela de 9.777m² a desanexar do prédio "Touril de agosto", melhor identificado em cima, será de 12.000€ (doze mil euros).

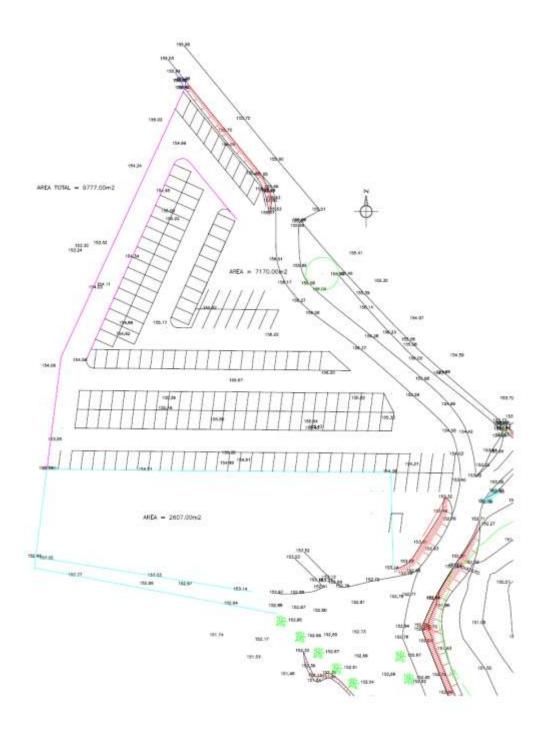
Mª Isabel Minando Barbosa

Ma Isabel Serpa Pimentel Miranda Barbosa Perita da Lista Oficial

7



Câmara Municipal





Câmara Municipal

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 83/GP/2018;
b) Em ordem ao preceituado nos artigos 1.º e 10.º, ambos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º
168/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, e atendendo a todos os fundamentos supramencionados, aprovar a
resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação da parcela de terreno com a área de 9.777 m²
de acordo com o levantamento efetuado, cuja planta anexa à Proposta n.º 83/GP/2018, que está integrada no prédic
rústico denominado "Herdade do Touril de Agosto", descrito na matriz predial rústica sob os artigos 228 (e 229, sendo
que a parcela de terreno incide apenas sobre o artigo 228), da seção 004, da freguesia de Monsaraz e descrito na
Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz, sob o n.º 1619, da freguesia de Monsaraz, propriedade
de Maria Margarida Varela Fradinho Aires Franco, NIF 118793900, residente na Rua Passos Manuel, n.º 22, 2.º, Lisboa
1150-260 Lisboa, conforme AP 2690, de 2017/09/18; c) Em
harmonia ao preceituado no n.º 5 do artigo 10.º e no artigo 11.º, ambos do Código das Expropriações, aprovado pela
Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, determinar a notificação à proprietária do prédio a expropriar
Maria Margarida Varela Fradinho Aires Franco, residente na Rua Passos Manuel, n.º 22, 2.º, Lisboa, 1150-260 Lisboa
mediante carta registada com aviso de receção, incluindo-se nesta notificação a proposta de aquisição, por via do direito
privado, que terá como referência o valor constante do relatório do perito oficial, para dizer o que se lhe oferecer sobre
a proposta apresentada, no prazo de 20 dias úteis; d) Determinar ac
Gabinete Jurídico e de Auditoria do Município de Reguengos de Monsaraz, a adopção dos legais procedimentos e atos
administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução à execução da presente deliberação
Saneamento Financeiro – Liquidação de PREDE – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao
Estado e PAEL – Programa de Apoio à Economia Local
O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu conta da Proposta n.º 84/GP/2018
por si firmada em 13 de setembro de 2018, referente ao Saneamento Financeiro – Liquidação de PREDE – Programa
de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado e PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, cujo teor ora
ea transcrava:

"PROPOSTA N.º 84/GP/2018

SANEAMENTO FINANCEIRO - LIQUIDAÇÃO DE PREDE – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS DO ESTADO E PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL

Considerando que:

1. O contrato de empréstimo de saneamento financeiro celebrado entre o Município de Reguengos de Monsaraz e o Banco BPI em

4 de janeiro de 2017, no valor de 4.975.000,00€, obteve o Visto do Tribunal de Contas em 3 de outubro de 2017;



Câmara Municipal

2. O contrato de empréstimo de saneamento financeiro celebrado entre o Município de Reguengos de Monsaraz e a Caixa Geral de Depósitos, no valor de 2.825.000,00€, obteve também o Visto do Tribunal de Contas em 3 de outubro de 2017;

3. Do total de 7.800.000,00€ encontra-se por utilizar o valor de 5.939.038,69€, de acordo com o quadro abaixo:

Saneamento Financeiro	BPI	CGD	Total
Capital Contratado	4.975.000,00€	2.825.000,00€	7.800.000,00€
Capital Utilizado	1.860.961,31 €	- €	1.860.961,31 €
Diferença	3.114.038,69€	2.825.000,00€	5.939.038,69€

4. Importa referir que não foi anexa ao Plano de Saneamento Financeiro qualquer listagem que descrevesse os documentos ou faturas em dívida que devessem ser pagos com a utilização do capital dos empréstimos de saneamento financeiro;

5. No âmbito do processo de fiscalização prévia no Tribunal de Contas, foi apresentado um primeiro pedido de esclarecimentos ao Município, onde relativamente à questão da não inclusão da listagem de dívidas, se pode ler:



- 5. Tratando-se de empréstimos destinados à reprogramação da dívida e consolidação de passivos, justifique por que relativamente a cada um dos contratos não constam as respetivas listagens de dívidas a pagar, ponderando a sua inclusão individual nos contratos, ainda que por anexos rubricados pelas partes.
- Esclareça se para as dívidas a pagar pelos presentes empréstimos, foi estabelecido algum critério de seleção e em caso afirmativo, de que forma procederam à sua anlicação.
- 6. O Município prestou o esclarecimento devido a estas duas questões, o qual obteve acolhimento do Tribunal de Contas, e se transcreve de seguida:
- "5. Antes de mais, o recurso a qualquer empréstimo depende do nível de endividamento do Município que é determinado sempre no final de cada ano, como é referido expressamente nos números 1, 2 e 3 do artigo 52.º da Lei 73/2013. Com efeito, a adesão aos mecanismos de recuperação financeira é facultativa ou obrigatória consoante o nível de desequilíbrio financeiro verificado a 31 de dezembro de cada ano, como é referido no n.º 2 do art.º 57 da mesma Lei. Por isso, só é possível recorrer a um empréstimo de saneamento financeiro, se no final do ano (2016) o coeficiente entre a dívida total e a média das receitas correntes cobradas dos últimos três anos estiver compreendido entre 1 e 2,25, como se deduz do artigo 58.º, números 1 e 2, sendo até obrigado a fazê-lo se o coeficiente estiver entre 2,25 e 3. Como o Município apresenta um indicador de 1,80 (de acordo com a Ficha da Prestação de Contas de 2016) poderá socorrer-se do estipulado nos artigos 58.º e 59.º da Lei 73/2013, para ultrapassar o seu desequilíbrio financeiro.

Assim, uma vez que já estão encerradas as contas de 2016 a dívida total que serviu de base ao procedimento de saneamento financiamento e ao respetivo contrato de empréstimo é, agora, a do final de 2016. Por isso, foi elaborado e aprovado pelos órgãos municipais um documento identificado por Plano de Saneamento Financeiro – Ajustamento das Projeções Financeiras no sentido da reformulação das projeções económico-financeiras, para que estas estivessem



Câmara Municipal

perfeitamente ajustadas às demonstrações financeiras finais de 2016. Como a dívida se reduziu no final de 2016 face a 2015, procedemos à **redução do valor global do empréstimo de saneamento financeiro** (nomeadamente, com a redução do montante do empréstimo da CGD que tem uma taxa de juro mais alta), mantendo-se os restantes pressupostos da projeção. O documento referido inclui as novas projeções económicas e financeiras para 2017 e anos seguintes, onde se demonstra que do resultado da operação de saneamento financeiro não aumenta a dívida total, como é exigido pelo seu n.º 4 do mesmo art.º 58 (vide Doc. 5.1 e 5.2).

Saliente-se que, esta operação não se destina a pagar determinadas (e só aquelas) dívidas comerciais em atraso, como aconteceu com as operações de regularizações de dívidas de anos anteriores (ex: PREDE e PAEL), mas sim a sanear <u>o valor de dívida</u> (financeira e não financeira) à data de visto do Tribunal de Contas. Este processo de saneamento financeiro leva tempo (diagnósticos, medidas e procedimentos legais, entre outros procedimentos) pelo que não é possível deixar de pagar oportunamente aos fornecedores mais antigos em benefício dos mais recentes, sem aumentar o contencioso (e as respetivas despesas financeiras) e sem colocar em causa o normal funcionamento do Município.

Por isso, só poderemos anexar ao contrato a listagem das dívidas do final de 2016 (final do ano). Saliente-se que o importante é que se utilize a totalidade (e não parte) do empréstimo de saneamento financeiro para reprogramar a dívida, como é referido no n.º 1 do artigo 58.º. Não podemos esquecer que a dívida de curto prazo sofre alterações todos os dias, e por isso só poderá ser reprogramada através de um empréstimo de saneamento financeiro."

6. Será dada prioridade ao pagamento, com os empréstimos de saneamento financeiro, das dívidas mais antigas e que têm um custo financeiro superior para o Município. Por isso, o financiamento do saneamento financeiro tem em vista liquidar o acordo de pagamento celebrado com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA que para além do seu valor elevado (mais de 5 milhões de Euros) está sujeito, ainda, a juros muito elevados (3,822%) que penalizam a situação financeira do Município."

7. Em dezembro de 2017 foi decidido utilizar o valor de 1.860.961,31€. Em consideração à listagem das dívidas mais antigas até ao montante total de 7.800.000,00€ foi efetuada a análise da sua origem. Concluiu-se que desse total de dívidas, o valor de 5.939.038,69€ era dívida resultante do ciclo urbano da água e o restante de outras dívidas correntes. Assim o restante foi utilizado para pagamento das mesmas;

8. Nesta altura não foi utilizado o valor de 5.939.038,69€ para efetuar o pagamento das dívidas do ciclo urbano da água às empresas Águas do Centro Alentejo, S.A. e Águas do Vale do Tejo, S.A., porque a proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2018 previa o que se encontra hoje em vigor no Artigo 83.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2018;

9. No n.º 1, do Artigo 83.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2018, podemos ler:

Artigo 83.º

Acordos de regularização de dívidas das autarquias locais

1 — Durante o ano de 2018, <u>as autarquias locais</u> que tenham dívidas vencidas e reconhecidas às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento de águas residuais ou gestão de resíduos urbanos, ou entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais nos termos previstos no Decreto -Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, <u>podem celebrar acordos de regularização dessas dívidas com estas entidades, cujo período de pagamento não seja superior a 25 anos.</u>



Câmara Municipal

- 10. O Município de Reguengos de Monsaraz celebrou com a Águas do Vale do Tejo, S.A., em 29.12.2017, a terceira adenda ao Acordo de Transação assinado em 6 de março de 2014, com o objetivo de redução de custos com os juros financeiros decorrentes do acordo anterior, de 3,822% para 3% ao ano, para um prazo global de 5 anos;
- 11. De acordo com o n.º 2 do Artigo 83.º, da LOE para 2018 "Por acordo entre as partes, o disposto no presente artigo aplica-se aos acordos de regularização de dívida em vigor, que devem ser alterados em conformidade.";
- 12. A taxa de juro prevista para estes acordos de regularização de dívidas com prazos até 25 anos deverá situar-se entre 0,8% e 0,9%, situação que permitirá ao Município de Reguengos de Monsaraz beneficiar em simultâneo de:

a) Um custo total com encargos financeiros inferior àquele que tem hoje com o Acordo de Transação a 5 anos com 3% de taxa de juro;

b) Um plano de pagamentos com valores mensais passíveis de cumprimento atempado;

- 13. Acresce ainda o facto de o Município poder beneficiar de 30% de redução dos juros vencidos até à data de 30 de junho de 2017, se celebrar o acordo de regularização de dívida até ao final do ano de 2018, nos termos do n.º 2, do Artigo 82.º, do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2018, o que significa uma redução de mais de 300 mil euros de custos;
- 14. Assim, numa ótica de redução de custos com esta dívida, a celebração do acordo num prazo até 25 anos, apresentase como a melhor solução;
- 15. Para o efeito aguardamos desde o início do ano a publicação do Decreto-Lei referido no n.º 4, do Artigo 83.º, da LOE para 2018:

Artigo 83.º Acordos de regularização de dívidas das autarquias locais

- 4 <u>A celebração de acordos de regularização de dívida</u> e a cessão de créditos previstos no presente artigo <u>obedecem aos termos</u> <u>e condições fixados por decreto-lei.</u>
- 16. Também a resolução da dívida à Aguas do Vale do Tejo, S.A. terá por via deste acordo de regularização um encargo inferior àquele que teria ser fosse utilizado o valor dos empréstimos de saneamento financeiro, porque o primeiro será até 25 anos com uma taxa de juro previsível entre 0,8% e 0,9% (e redução de mais de 300 mil euros de juros vencidos!) e pode contemplar o valor de quase 7,8 milhões (3.ª Adenda ao Acordo de Transação assinada em 29.12.2017), enquanto o saneamento financeiro é de 14 anos e os spreads de 1,90% (BPI) e 2% (CGD) e apenas resolveria o valor de aproximadamente 6 milhões;
- 17. Estas questões têm sido equacionadas enquanto se aguarda pela publicação do Decreto-Lei referido no n.º 4, do Artigo 83.º, da LOE para 2018;
- 18. No entanto, prevê-se que a sua publicação ocorra após o mês de setembro, o que nos leva a ponderar assumir uma decisão antes da sua publicação, porque em ambos os contratos de saneamento financeiro, o prazo de utilização do crédito é de um ano a partir da data do Visto do Tribunal de Contas, e assim, termina dia 3 de outubro de 2018;
- 19. É de referir que <u>a não utilização do valor do saneamento financeiro não impede que o Município não possa celebrar</u> novo contrato de saneamento financeiro no prazo de 14 anos;



Câmara Municipal

- 20. Em 31 de julho deste ano o Município apresenta um passivo de curto prazo de 13,8 milhões de euros, que seria totalmente resolvido com o acordo de regularização de dividas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (7,8 milhões de euros) e utilização de aproximadamente 6 milhões de euros dos contratos de empréstimo de saneamento financeiro para pagamento das restantes;
- 21. Das restantes dívidas de aproximadamente 6 milhões de euros, 45% é dívida em mora referente à amortização dos empréstimos PREDE (Programa de Regularização Extraordinária das Dívidas do Estado) e PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), conforme documentado na Prestação de Contas de 2017;
- 22. A taxa de juro e spreads dos contratos de empréstimo de saneamento financeiro são inferiores às taxas de juro dos contratos do PREDE e PAEL e da respetiva mora, pelo que o seu pagamento com recurso ao capital do saneamento financeiro é coerente com o Plano de Saneamento Financeiro e os esclarecimentos prestado ao Tribunal de Contas onde defendemos que: "Será dada prioridade ao pagamento, com os empréstimos de saneamento financeiro, das dívidas mais antigas e que têm um custo financeiro superior para o Município.";
- 23. O Plano de Saneamento Financeiro do Município de Reguengos de Monsaraz foi aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 28 e 29 de novembro de 2016, respetivamente;
- 24. O primeiro Ajustamento das Projeções Financeiras do Plano de Saneamento Financeiro foi aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 12 e 27 de abril de 2017, respetivamente;
- 25. O segundo Ajustamento das Projeções Financeiras do Plano de Saneamento Financeiro foi aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 30 de agosto e 15 de setembro de 2017, respetivamente; e
- 26. O atrás exposto justifica uma alteração dos fundamentos do Plano de Saneamento Financeiro e respetivos Ajustamentos das Projeções Financeiras, na medida em que a utilização do capital dos empréstimos de saneamento financeiro deixará de ser para liquidar dívida de abastecimento de água e saneamento de águas residuais;

Somos a propor ao Executivo Municipal,

Nos termos do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão:

a) Autorize a Câmara Municipal a utilizar o valor de 5.939.038,69€ dos contratos de saneamento financeiro celebrados com o Banco BPI e a CGD, para pagamento de dívidas, (excluindo a dívida existente à atual entidade, Águas do Vale do Tejo, SA) que se revelem na melhor otimização deste recurso e numa efetiva redução de custos financeiros;

Determinar à Unidade Orgânica Financeira desta Câmara Municipal a adoção dos procedimentos administrativos indispensáveis à execução da presente deliberação."

----- Tomou a palavra a senhora Vereadora Marta Sofia da Silva Chilrito Prates para questionar se o valor que estava previsto para o pagamento da dívida das águas será utilizado para pagamento de outras dívidas e qual o montante. Questionou, ainda, a senhora Vereadora Marta Prates, se não considera o executivo municipal que um empréstimo a 25



Câmara Municipal

anos para pagar dívidas anteriores não será uma injustiça para as gerações futuras
Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, para esclarecer que o valor
a libertar é de 5.939.038,69 € e que se pretende liquidar empréstimos com spreads mais elevados e dívidas a terceiros.
Referiu, ainda, o senhor Presidente da Câmara Municipal, os constrangimentos sentidos pelos municípios que abraçaram
as preocupações ambientais e que fizeram investimentos nesta área, dando como exemplo comparativo o valor pago
com o abastecimento água em alta entre 1994 e 2004 (200 mil euros) e o valor pago na década seguinte (cerca de 12
milhões de euros), ou os valores faturados ao município pelo tratamento do saneamento básico. Referiu, por fim, o senhor
Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, que o processo de saneamento financeiro vai permitir um
alívio de tesouraria, e no excesso de endividamento, permitindo criar condições para que se passe a gastar apenas aquilo
que se pode pagar
Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 84/GP/2018;
b) Aprovar a utilização do valor de 5.939.038,69€ dos contratos de saneamento financeiro celebrados com o Banco
BPI e a CGD, para pagamento de dívidas (excluindo a dívida existente à atual entidade, Águas do Vale do Tejo, S.A.)
que se revelem na melhor otimização deste recurso e numa efetiva redução de custos financeiros;
c) Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado
pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, submeter à Assembleia Municipal o
pedido de autorização para que a Câmara Municipal utilize o valor de 5.939.038,69€ dos contratos de saneamento
financeiro celebrados com o Banco BPI e a CGD, para pagamento de dívidas (excluindo a dívida existente à atual
entidade, Águas do Vale do Tejo, S.A.) que se revelem na melhor otimização deste recurso e numa efetiva redução de
custos financeiros;
d) Determinar à Divisão de Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico a adoção dos legais procedimentos e
atos administrativos, financeiros e materiais inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação
Revisão n.º 1 ao Plano Plurianual de Investimentos 2018-2021 e ao Orçamento do Município de Reguengos de
Monsaraz do ano de 2018
O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu conta da Proposta n.º 85/GP/2018,
O semior i residente da Camara Municipal, sose Cabilet Falkao Calikto, ded conta da Fioposta II. 00/GF/2010,

"PROPOSTA N.º 85/GP/2018

por si firmada em 13 de setembro de 2018, referente à revisão n.º 1 ao Plano Plurianual de Investimentos 2018-2021 e ao Orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz do ano de 2018, cujo teor ora se transcreve: -------

REVISÃO N.º 1 AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2018-2021 E AO ORÇAMENTO DE 2018

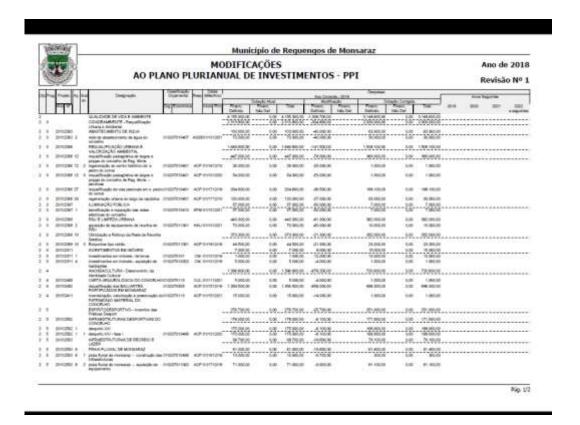
Em ordem ao preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º em conjugação com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborada a Revisão n.º 1 ao Plano Plurianual de Investimentos 2018-2021 e ao Orçamento de 2018, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida.

Câmara Municipal

Termos em que somos a propor ao Executivo Municipal:

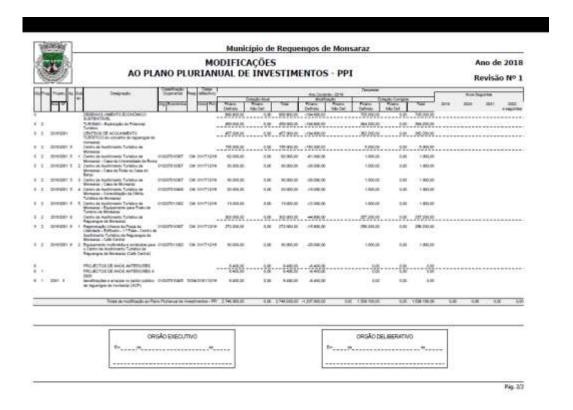
- a) A aprovação da Revisão n.º 1 ao Plano Plurianual de Investimentos 2018-2021 e ao Orçamento de 2018;
- b) Submeter o aludido documento à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, em harmonia ao disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) Determinar à unidade orgânica Financeira a adopção dos legais procedimentos e actos administrativos e materiais indispensáveis à execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta. "

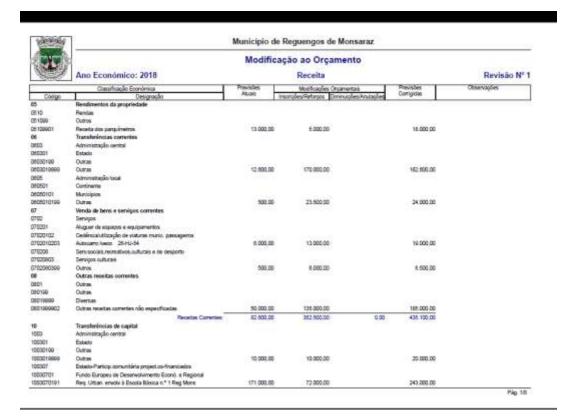
----- Outrossim, o documento anexo à Proposta n.º 85/GP/2018, que ora se transcreve: ------





Câmara Municipal







Câmara Municipal

Citiga	Ano Econômico: 2018	Modific	ação ao Orça Receita	amento		
Ciston	The state of the s		Deceite			
Codes	Canadicacia Symptomes		recenta			Revisão Nº 1
Cisclas	Committee and the committee an	Previoles Atues	Monthosphes	Organismo	Previous	Observações
	Designação	0.00		Dimmulgões/Anulações	Corigidas	-04377440044
003070199	Dutries	21.700,00	65,000,00		86,700,00	
5	Passivos financeiros					
206	Empréstimos a médio e longo prazos					
20602	Sociedades frumoviras					
2060290	Outros empréstimos de médio e longo prazo	2,00	729.800,00		725 600 00	
	Receitas de Capital	202,700,00	872,600,00	0.00	1.075.300.00	
6	Saldo da gerência anterior					
601	Saldo organientali					
10109	Na posse do serviço	0.00	34,100,00		34 100,00	
	Outras Receitas	0,00	54.100,00	0,00	34.100.00	
	Total de recentas comentes.	62 600 00	362 500 00	0.00	435 100 00	
	Total de receitas de capital.	202.700.00	872 888 00		1.075.300.00	
	Total de curran receitas:	0,00	34.100,00		34,100,00	
	Total	285 300.00	1,259,200,00	500	1.544.500.00	

Pág. 28

A COUNTY	Municipio de Reguengos de Monsaraz								
		Modific							
	Ano Económico: 2018		Despesa			Revisão Nº 1			
	Classificação Económica	Dotagnes Atues	Modificações Orçan	mentas	Detaction Compides	Observações			
Codgo	Designação	PEDES	Inscrições Refurções Dimin	year Andread and	Congrae				
11	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRIQUICA								
1010	ASSEMBLEA MUNICIPAL								
110101	Despesos cont o pessoal								
1101 0102	Abonos vartiveis ou eventure.	200	1000000		To an important to				
HD1 010204	Applies de sunto	1.000,00	750,00		1.750.00				
	Despesas Correntes:	1,000.00	750,00	0.90	1.750.00				
2000	Total de Orgão 0101	1,000,00	750.00	0.00	1,750,00				
1102	CÁMARA MUNICIPIL								
10201	Despesas com o pessoal								
100 0101	Remunerações certas e permanentes								
H02 010104 H02 01010401	Pessoal quadros-Regime contrato individ stabalhis	1 909 500 00	ND 000 00		1 000 000 00				
100 01010401	Regions ind Trab - Pleason em turples. Regions ind Trab - After compatinas pos remus	100,000,00	10,000,00	55 DDD DD	45,000.00				
102 01010404	Regions ind Indo-Arter completinations post remain Regions and Trab - Recrutamento de pessoal	125 000.00		400,000,00	225,000,00				
HOC OIGHN	Regresentação	30,000,00	6,000,00	400.000.00	26 000 00				
102-0102	Atomic various or eventure	20.000,00	0.000.00		20,000.00				
162 010202	Plonas autopotininas.	165,000.00	20,000.00		166,000,00				
102 0103	Segurança social	100.000.00	40-000-00		100.000.00				
102 010309	Security								
102.01030901	Seguros acidentes trabalho ocenças professorais	85,000,00		13.257.00	T1.750.00				
1102 02	Aguisição de tens e serviços			Vinester.	12000000				
1000 0001	Aquisição de bers								
102 000101	National-promps e subsidiárias								
96101000 0010	Matérias-primas - Outras situações	459 000.00	50,000,00		500-000-00				
2102 020102	Combustives a lubrificantes		0.73410650		950000000000000000000000000000000000000				
102:02010203	Garcino								
152 0201020200	Ospóleo - Outras situações	130,000,00	75,000.00		205.000.00				
102 50010299	Outros combustíveis e lubrificantes								
102:0001009999	Outros combustíveis e lutrific Outras situações	32:500.00	10.000.00		42,500.00				
102 020105	Almentação Pelerobes confeccionadas								
102:02010501	Refeições - CEV Reg Mons - Capital Vinhos Portugal	41:200,00	5.000,00		46,200,00				
102:00010599	Refeigles - Outras situações	17,000.00	10:000:00		27.000.00				
1102-000106	Alimentação-Géneros para confeccionar								
9102-02010000	Bens alinentaries - Outras situações	6.000.00	1.000,00		7.000.00				
2102 020107	Vestuário e artigos pessicola								

ATA N.º 20 — 19 de setembro de 2018



Câmara Municipal

The same of		11.000000000000000000000000000000000000		(R)	
OVE					
	Ano Económico: 2018		Despesa		Revisão Nº
	Classificação Económica	Dotações Atrias	Wedfloodes Organistics	Dolaytes Corrigidas	Observações
Codige	Designação	3	Inschiptes/Reforgos Diminuigões/Anul	SOOMS T	at the same and th
102 02010799	Vestuáno - Outras situações	1.800,00	2.500,00	5.30	0.00
1102 020109	Produtos químicos e tarmacéuticos		100000	200	
102 02010999	Produtos químicos e tarmacéuticos - Outras situaç.	20 500.00	1.600.00	22.30	0.00
1102 020110	Produtos vendidos rues farmácias		13808	7.5	216
0102 02011000	Produtos vendidos nas farmácias - Outras situações	1,000.00	500,00	1.50	6.00
2103 020112	Material de transporte-Peças		12/11/11	10.00	112
102 02011201	Material de transporte-Peças - Parque de Valuras	62 000 00	20.000.00	62.00	
2102 02011299	Material de transporte-Pegas - Outras situações	A.000.00	1.500,00	9.50	0.00
2102 020115	Mercadorias para venda				
3102 02011903	Outras mercadorias para venda	24.444.44	2 200 00	1000	0.00
	Outras mensatorias para venda - Outras situações	14,000.00	2.000.00	10.00	U.M.
1102 020117	Ferramentas e utersilios		2 200 20		
1102 02011799	Ferramentas e utensilios - Outras situações	E.000,00	2.000.00	10.00	0.00
1102 020121	Outros bers		3.000.00		
102 02012103	Aquis outribers - Eventos e iniciativas culturais	16.300,00	3,000,00	21.30	
1102 02012109	Aquis outr bens - +Sucesse	8.000.00	2.000.00	10.00	
3102 02012199	Agus out bers - Dutas situações	51 000,00	10,000,00	81,00	0.00
1102 0202	Aquitição de serviços				
1402 020201	Encargos das instalações	1.0000000000000000000000000000000000000	#2 #25 do	give no	e and
2102 02020189 2102 020203	Ag serv encargos das restalações - outras situaç	365,000,00	50,000.00	415.00	0,00
	Conservação de bers	43.700.00	12 000 00	95.70	0.00
1162 02020361 1162 02026362	Conserv e reparações de equipare transporte	0.000,000,000	1,000,000,000	100.00 11.50	77.77
100 0000000	Cartilo Social do Municipe - sero repor e conserv	26,500,00	10.000.00	111.00	
1102 020200	Conserv e reparações de berrs - outras situações	101,000,00	74 00000	111.00	MAN S
2102 020209	Comunicações Ag serv de comunicações - outras situações	60,000,00	10.000.00	70.00	0.00
2102 02021D	ing seni de comunicações - outras orunções Transportes	90,000,00	74.3000.00	79.00	SOM:
1102 020210 2102 02021000	Agram de transporte - Outras situações	5 500 00	2,000,00	7.60	0.00
1102 0202104	Seguros	0.500.00	2.000,00	1,50	SUMPLE STATE OF THE STATE OF TH
1102 02021299	Aq sen de seguns - Outras situações	77,800.00	1,000,00	80.00	n on
102 020213	Deslocações e estadas	77.000,00		100.00	. 1
2102 020213 2102 02021301	Ag serv desigo e estadas - CEV RegMons - Capit Vin	20,200.00	2.500.00	22.76	0.00
2102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadona	20.200.00	2.000.00	38.0	acoust .
0102 02021489	Aq serv estud parec proj e consult - Outr situaçõe	222 500.00	29.0	100.00 100.50	0.00
0102 020217	Publicidate	222 300.00	20.0	199.00	

Amenda	Municipio de Reguengos de Monsaraz									
OYU										
1	Ano Económico: 2018		Despesa			Revisão Nº 1				
- Vision	Classificação Económica	Districted	Montospher		Consider	Otservaptes				
Cidigo	Designação	and a second	Inschales/Reforce.	Smnugles/Arsasses		Design of the second				
0102 02521799	Aq serv public - Outras situações	20.000.00	3.000,00		25.000.00					
0102 020219	Assistância técnica				2000					
1102 02021966	Aquen assistência térmica - Outras sitragilies	30,000,00	1,000,00		33,000.00					
1402 020220	Curros tratisfros especializados	1.00		0.00007	35,550,528					
1102 02022005	Aquen trab expecializ - Controlo qualidade água	19.500,00		5.000.00	14,500,00					
0102 02022007	Aquero trab especializ - Adesão CACKA da Resalest	9.200,00	0.0000000000000000000000000000000000000		11,205,00					
0102 02622089	Aquery trati especializ - Outras situações	305,000,000	10 000,00		310,000,00					
1102 026021	Utilização de refra-estruturas de transportes	62 A00 00		4.800.00	77.905.00					
0162 02622101 0162 026225	Util infraestritransportes - Transportes Escolares	162,500,00		*.mu6.00	71:360,00°					
1982 029020 1982 029021460	Outros serviços Aquad servi - Quantinha dos Mendes - amendamento	27 000 00		21,000,00	6 000 00					
100 00000588	Acout sery - Reference excourses	175 000,00		11,000,00	194.000.00					
0102 00622523	Acout serv - Depisoto de RSU no Atems - Desamt: SA	405.000,00		Tribucion	440,000,00					
0102 02822531	Acod serv - Swette e noutros orbinas	496,000.00			493,000,00					
0102 00022539	As out serv - Inscribuse + asivicacies desportium	59 300 00			61.300.00					
0102 02022544	As out serv - CEV REp Mons - Capital Vivitos Portag	295 000 00	City Control of the C		135,900,00					
0102 02022548	As out serv / Apões de promoção e studa turistica	14 000 00	C		10 000 00					
0102 02022549	Agout sery - Parque visturas - respegées visturas	1 300 00			1,800.00					
0002 000023584	Ag out sery - Defesa do Comunidor	0.100.00	Carlotte Carlotte	3,800,00	4,300.00					
0102 02022599	Acrost serv - Outres situações	530,000,00	38 300 00	-tr-treesee;	965-000-00					
0102-04	Transferência conertio	,,,,,								
0102 0408	Familias.									
0102 040802	Outras									
0102 04080208	Transf cor familias - PEPSL - Entigio Profesional	21,000,00		20,000,00	1,000,00					
0102 04080209	Transf cor familias - Emprego treerpão +	100,000,00	20,000,00		120,000,00					
0102 06	Outras dispesas comerties									
0102 0602	Diverses									
0102 000203	Outrain									
0102 00020301	Outras restruições									
0102-0600030199	Outras resthuigües - Outras situações	10,000,00	20 000,00		100,000,00					
0102 06030306	Outras									
0102 000000000044	Out risep cor - Outras situações	183,000,00	E 000.00		188,000,00					
	Despesas Comentes:	7,047,000,00	579.300.00	571,660.00	7,552,550,00					
0102.07	Aquisição de bero de capital									
0102 0781	investmentos									



Câmara Municipal

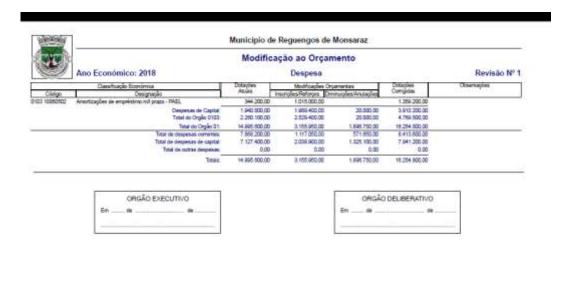
Obsige 1 Obsige	Ano Económico: 2018 Gaesficação Económico Designação Terrenos Habitações Aquisição Cartino Construções diversus Vandatos, arrusmentos e obras complementates Parques e partira Instalações despusa e nonestavas Captação e distribução de água Graficação e distribução de água Graficação e distribução de água	Distagues	Despesa Medicações Organisarioses Periodos Director Despesa 12 000,00	4,000,00	Dobuções Corrigidas 13.000,00 1.000,00	Revisão Nº 1
Obsige 1 Obsige	Cisestificação Económica: Designação Terrence Replicação Cartinos Curtos Constituções devenue Vasidans, amusmentos e obras complementates Parques e partir Introduções desportivas e recreativas Capitação e distribução de água	1,000,00 5,000,00 770,400,00 1,586,000,00 76,400,00	Modificações Org recrições/Reforços Dim	4,000,00 134,800,00	Completes 13:000:00 1:000:00	000
0100 0701001 Tall 10100 0701001 Tall 10100 0701002 Tall 10100 07010000 Tall 10100 0701000 Tall 10100 0701000 Tall 10100 07010000 Tall 10100 07010000 Tall 10100 0701000 Tall 10100 0701000 Tall 10100 0701000 Tall 10100 070100 Tall 10100 07010 07010 Tall 10100 07010 Tall 10100 07010 07010 Tall 10100 07010 07010 07010 Tall 10100 07010	Tertance Tertance Tertance Telatrações Aguisação Edificate Contros Construções diversus Victors Construções diversus Victors Tertance e partira Instalações despus e notreativos Capitação e distribução de águs Graticação e distribução de águs Graticação e distribução de águs Graticação e distribução de águs	1,000,00 5,000,00 770,400,00 1,586,000,00 76,400,00	rscrições/Reforços Dim	4,000,00 134,800,00	Completes 13:000:00 1:000:00	Observações.
0100 0701001 Tall 10100 0701001 Tall 10100 0701002 Tall 10100 07010000 Tall 10100 0701000 Tall 10100 0701000 Tall 10100 07010000 Tall 10100 07010000 Tall 10100 0701000 Tall 10100 0701000 Tall 10100 0701000 Tall 10100 070100 Tall 10100 07010 07010 Tall 10100 07010 Tall 10100 07010 07010 Tall 10100 07010 07010 07010 Tall 10100 07010	Berenos Habitações Galliscos Cultinos Cultinos Construções diversas Construções diversas Visidans, amusmentin e obras complementaires Perapas e partir Instalações desprotivas e necreativas Captaçõe e distribução de águs Gratações e distribução de águs Gratações e distribução de águs	1,000,00 5,000,00 770,400,00 1,586,000,00 76,400,00		4,000,00	15.000,00	
	Habitações Repusção Edificios Costros Construções diversas Visadans, arrustrentan e obras complementates Parques e parárias instalações desportivas e norrestovas Captação e distribução de água Graficação de stánisto	5.000,00 770,400,00 1.586,000,00 76,400,00	12,000,00	134,500,00	1.000,00	
### ### #### #########################	Aquisição Cultimos Cultimos Constituções diversas Visidanos, artuarisentes e obras complementares Planças e partir partir so encreativas Instalações desportivas e recreativas Captaçõe e distribução de água Grataçõe e distribução de água Grataçõe e distribução de água	770,400,00 1,589,000,00 76,400,00		134,500,00		
	Edificios Custrus Constituções diversas Vandados, amusmentos e obras complementates Parques e partimo instalações desportivas e necreativas Capticição e distribucição de água Gradicação de stantos Gradicação e stantos	770,400,00 1,589,000,00 76,400,00		134,500,00		
PROCUMENT CONTROL OF THE CONTROL	Commungões diversus Voindore, amunemente e obras complementates Parques e justima instalações desportusa e norrestovas Capticição e distribução de água Graticação de stantos	1.589.000.00		0.000	626,600,00	
1002 070104 0 1002 07010401 V	Construções diversas Vandanos, amusmentos e obras complementanes Parapas e partir para Instalações desportivais e necreativais Captação e distribução de algus Gradação e distribução de algus Gradação e distribução de algus Gradação e distribução de algus Gradação de distribução de algus Gradação de distribução de algus Gradação de distribução de algus Dradação de algus Dradaçõe	1.589.000.00		0.000	606,600,00	
0100 01010401 V 0100 01010401 P 0100 01010401 P 0100 01010401 C 0100 01010401 C 0100 01010401 D 0100 01010401 D 0100 0101001 D 0100 0101001 D 0100 010101 D 0100 010101 D 0100 01010 D 0100 01010 D 0100 01010 D 0100 01000 D	Vladutos, amuamentos e obras complementares Parquese e partires Introducições desportivais e norvativais Captação e distribuição de lágua Gnalicação e trânsitio	76.400,00		444 886 55		
20102 01010403 V 20102 0102 01030405 P 20102 01030405 P 20102 01030405 S 20102 010305 S 201020 S 2010205 S 2010	Vladutos, amuamentos e obras complementares Parquese e partires Introducições desportivais e norvativais Captação e distribuição de lágua Gnalicação e trânsitio	76.400,00		Age William To		
0102 07010405 PF 0102 07010405 PF 0102 07010407 C 0102 07010407 C 0102 07010410 PF 0102 07011001 E 0102 07011001 C 0102 07011001 D 0102 070110	Parques e jardins initiologijes desportusis e recivitivus Capticija e distribuição de água Graficação e tránsito	100,100,000		141.500.00	1.547.500.00	
20102 07010408 20102 07010408 20102 07010407 C. 20102 07010409 S. 20102 070110 E. 20102 070110 E. 20102 070110 D. 20102 070110 D. 20102 070110 D. 20102 070110 D. 20102 07010 D. 20102 07010 D. 20102 070100 D. 20102 07010 D. 20102 0701	intologões desportuas e necreativas Captação e distribuição de ligua Snalzação e trânsito	100,100,000		6.400.00	70,000,00	
2002 07010407 C 2002 07010408 S 2002 07010410 S 2002 070110 E 2002 07011001 E 2002 07011001 S 2002 0701100 S 2002 070110 S 2002 07010 S 2002 070305 S	Captação e distribuição de ligua Sinalização e trânsito			15,800,00	262,400,00	
0102 07010409 S 0102 07010410 H 0102 07011001 E 0102 07011001 E 0102 07011002 O 0102 070113 H 0102 0703 B 0102 070305 S	Sinalização e tránsito	77 000 00		40 000 00	37 000 00	
1102 070310410 H 1102 0703110 E 1102 07031001 E 1102 07031002 O 1102 070313 H 1102 0703 B 1102 070305 S		49.000.00		19,000,00	29 000 00	
102 070110 E 102 07011001 E 102 07011002 O 102 070113 H 102 0703 B 102 070305 S	infraestrut, para distribuição energia eléctrica	57,000,00		50,000,00	7,000,00	
0102 07011001	Egupamento básico	57.000.00		20,000,00	1.000,00	
0102 07011002 0 0102 070113 35 0102 0703 8 0102 070305 8	Egupamento de recisha de residuos	439 900 00		E1 200 00	200 400 00	
7102 070113 In 7102 0703 B 7102 070305 B				H1.300.00	326.600,00	
0100 0700 B 0102 070005 B	Outro	250.700,00		50,900,00	100.000.00	
102 070305 B	hvestimentos incorpóreos	25.000.00		18,000,00	7.000.00	
	Bern de dominio público					
	Sens do património histórico, artístico e cultural	1,355,500,00		659.200.00	697,300,00	
	Transferências de capital					
	Administração local					
	Continente					
	Associações de municípios					
102 0805210408 7	Tranf cap associmum -Adesão ao CAGIA da Resialent	17.000.00		17,000,00	0.00	
102 0805010425 7	Transficap associmunic -CMMC Efciência/Energética	0.00	37.500.00		37.500.00	
710Z 0907 In	Instituições sem fins luorativos					
HDZ 090701 W	Instituições sem fins luorativos					
9102 08070103 TI	Tranf cap inst s/ firs lucr -área desportiva e rec	20,000.00		15,000,00	5,000.00	
	Activos financeiros					
H02 0908 U	Unidades de participação					
	Socied e quase socied não financerias-Públicas					
	FAM - Participação a subscriver pelo Município	195 500 00		53 200 00	53 300 00	
	Despesas de Capital	5.186.900.00	49,500,00	1.305.100.00	3.901.000.00	
	Total de Orgão 0102	12.734.500.00	625,900,00	1.879.750.00	11.483.550.00	
1103 0	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	12.101.000,00				
	Airos e outros encargos					

	-	1.100	and the state of t			
	Ano Económico: 2018		Despesa			Revisão Nº 1
	Classificação Económica	Dotações Abunis	Modificações Organ		Dotogbes	Observagilies
Didge	Designação	ACTAS.	Inschippes/Reforgos Dimini	ировы Апирария	Corrigidas	
0103-0301	Juros da dieda pública					
2103 030105	Admin glúbica-Admin pentral-Estado					
0103-03810902	Empréstimos de médio e longo prazo					
1030303040001	Juros de emprésimo de mil prazo - PRECE	10.300.00	10:000,00		20,300,00	
0103 0301050202	Juros de empréstimo de mil praza - PAEL	90.200.00	290,000.00		880.200.00	
2103-0305	Outros juros					
0103 030802	Outros -					
2103-23080299	Outros juros	211.500.00	248,000,00		488.800.00	
	Despesas Comenties	319.300.00	540.000.00	0.00	859.300.00	
1103 10	Passivis franceins					
3103 1905	Engrésimos a outo prazo					
1000001	Socied financi-Barroos e outras instit: financeiras					
0103 10050306	Amortizações de empréstimos de ourte praze	750 000,00	360.000.00		1.100.000.00	
1103-1006	Engréstmos a médio e longo prazos					
0103 100603	Socied financi Barroos e outras instit. financeiras					
103 10080399	Amortzações de empréstimos de mil praco	530,000.00		20,000,00	210,000,00	
0103 100905	Admin pública-Admin sentral Estado					
2103 12080301	Amortizações de empréstimo mil propio - PRECIE	216 600,00	604 400,00		941 000,00	

Plag. 7/8



Câmara Municipal



Aprovação da conta final da empreitada "Parque de Estacionamento do Rossio de Reguengos de Monsaraz

"PROPOSTA N.º 86/GP/2018

APROVAÇÃO DA CONTA FINAL DA EMPREITADA DE "PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO ROSSIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ"



Câmara Municipal

Considerando que:

- A abertura do procedimento concursal por concurso público referente à empreitada da obra pública "Parque de Estacionamento do Rossio de Reguengos de Monsaraz" foi deliberada na reunião ordinária da Câmara Municipal de 15 de fevereiro de 2017;
- Decorrida toda a tramitação do referido procedimento concursal, a execução da empreitada foi adjudicada por deliberação da
 Câmara Municipal em 13 de dezembro de 2017;
- O contrato escrito para a execução desta empreitada foi outorgado em 15 de janeiro de 2018, no valor total de € 127.347,82 (cento e vinte e sete mil, trezentos e quarenta e sete euros e oitenta e dois cêntimos), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, e com o prazo de execução de 120 dias;
- O respectivo Auto de Consignação foi celebrado em 2 de fevereiro de 2018;
- O Auto de Receção Provisório foi assinado em 12 de julho de 2018;
- Nos termos do disposto no artigo 399.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação do Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, a conta final da empreitada é elaborada no prazo de dois meses após a primeira revisão ordinária de preços subsequente à rececão provisória:
- A conta final da empreitada pode definir-se como o conjunto de documentos que consubstanciam apuramentos sobre os vários elementos definidores das posições credoras e devedoras até ao termo da execução dos trabalhos e do saldo correspondente;
- Uma vez recebida provisoriamente a obra, havia que proceder às operações necessárias à determinação do montante a que, nos termos contratuais, o empreiteiro tem direito e ainda não lhe foi pago, isto é, à liquidação da empreitada, sendo que esta se consubstancia na conta da empreitada;
- Assim, dado que é o dono da obra que tem que elaborar a conta final da empreitada, é este que terá competência para a assinar e aprovar;
- Nestes termos, a conta final da empreitada de "Parque de Estacionamento do Rossio de Reguengos de Monsaraz", que ora se reproduz para todos os devidos e legais efeitos, deverá ser aprovada pelo orgão executivo:

PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO ROSSIO, EM REGUENGOS DE MONSARAZ

CONTA FINAL DA EMPREITADA

(Art° 399°, 400° e 401° do Decreto-Lei N.° 18/2008, de 29 de janeiro, na redação do Decreto-Lei n° 278/2009, de 2 de outubro)

I - Valor dos Trabalhos

Trabalhos contratados e executados	€ 127 347,82
Cálculo de Revisão de Preços	€ 0,00
Diferença entre trab. a mais e trab. a menos	€ 0,00
IVA pago ao adjudicatário	€ 7 640,87
TOTAL	€ 134 988,69

II - Encargos do Adjudicatário

Visto do Tribunal de Contas	€ 0,00
Escrituras	€ 0,00



Câmara Municipal

III - Conta Corrente

Pagamento Efectuado (1)	€ 91 946,76
Saldo devedor da conta corrente (2)	€ 43 041,93

IV - Caução

Garantia Bancária 5%	€ 0,00
Retenções p/reforço de garantia (3)	€ 0,00
Valor por reter p/reforço de garantia (4)	€ 0,00

Valor dos Trabalhos (1)+(2)+(3)+(4) = € 134 988,69

Temos em que somos a propor ao Executivo Municipal:

a)A aprovação da conta final da empreitada "Parque de Estacionamento do Rossio de Reguengos de Monsaraz, aqui ora reproduzida:

b)Determinar à subunidade orgânica Administrativa de Obras e Projetos a adoção dos legais procedimentos inerentes à cabal execução da deliberação que recair sobre a presente proposta."

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 86/GP/2018;
b) Aprovar a conta final da empreitada "Parque de Estacionamento do Rossio de Reguengos de Monsaraz, aqui ora
reproduzida
c) Determinar à subunidade orgânica Administrativa de Obras e Projetos a adoção dos legais procedimentos inerentes
à cabal execução da presente deliberação

Acionamento da cláusula de reversão, a favor do Município de Reguengos de Monsaraz, do lote 8 da Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu conta da Proposta n.º 87/GP/2018, por si firmada em 14 de setembro de 2018, referente ao acionamento da cláusula de reversão, a favor do Município de Reguengos de Monsaraz, do lote 8 da Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz, cujo teor ora se transcreve: -------

"PROPOSTA N.º 87/GP/2018

ACIONAMENTO DA CLÁUSULA DE REVERSÃO A FAVOR DO MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ DO LOTE 8 DA ZONA INDUSTRIAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Considerando:

- Que, mediante escritura pública de compra e venda celebrada em 19 de dezembro de 2012, entre o Município de Reguengos de Monsaraz e a sociedade anónima "Átomo, Imobiliária, S.A.", NIPC 504 113 267, com sede à Rua Geraldo Fernando Pinto, n.º 3 A, na Zona Industrial da Horta das Figueiras, em Évora, esta adquiriu o lote de terreno para construção n.º 8 da Zona Industrial de



Câmara Municipal

Reguengos de Monsaraz, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6306, da freguesia de Reguengos de Monsaraz e descrito na Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz sob o n.º 5475, com a área total de 3.900 m², pelo preço de € 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos euros);

- Que, de acordo com a referida escritura pública de compra e venda, o lote de terreno destina-se à construção urbana de um
 Centro de Inspeção Técnica de Veículos (CITV), ou, subsidiariamente e apenas no caso de total impedimento legal para instalação do referido CITV, destina-se à implementação de um "ninho de empresas";
- Que, de acordo com a Comunicação Interna n.º 09/JUA-MS/2018, de 03 de agosto, a sociedade anónima "Átomo, Imobiliária, S.A.", não apresentou até àquela data, junto dos serviços municipais competentes qualquer processo de comunicação prévia para construção no lote 8 da Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz, nem construiu qualquer edificação no referido lote;
- Que, de acordo com as cláusulas primeira e segunda da referida escritura, no prazo máximo de 6 (seis) meses a cantar da data da outorga da escritura pública de compra e venda, o adjudicatário deverá apresentar nos serviços competentes do Município de Reguengos de Monsaraz, o processo de obras particulares, devidamente instruído, a submeter a controlo prévio e no prazo de máximo de 3 (três) meses após a data da aprovação do processo deverá dar início à construção da respetiva edificação;
- Que a cláusula quarta da escritura refere que o não cumprimento por parte do adquirente de quaisquer prazos previstos no presente documento determina a reversão e regresso do lote alienados ao património do Município de Reguengos de Monsaraz, conferindo-se aos adquirentes o direito à devolução de um montante pecuniário correspondente a 70% do preço pago pelo lote, não lhe assistindo, porém, o direito a qualquer indemnização a título de eventuais obras, edificações, construções ou benfeitorias úteis, necessárias ou voluptuárias, entretanto, ali realizadas, sem embargo de autorização expressa e/ou entendimento contrário, por parte da entidade alienante;
- Que a adquirente do lote de terreno em apreço foi notificada por carta registada com aviso de receção, datada de 06 de agosto de 2018, para se pronunciar sobre o incumprimento dos prazos estabelecidos na escritura e a possibilidade do acionamento da cláusula de reversão, e que a mesma respondeu por oficio datado de 21 de agosto de 2018, que não lhe foi possível instalar o Centro de Inspeção Técnica de Veículos (CITV) no lote 8 da Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz, devido ao enquadramento legal, e que devido ao investimento que efetuou com a instalação de 4 (quatro) CITVS's noutros concelhos, não lhe é possível, de imediato, instalar um "ninho de empresas" naquele local;
- Que tal incumprimento compromete o desenvolvimento económico e do tecido empresarial do concelho de Reguengos de Monsaraz, contrariando a política e expetativas do Município de Reguengos de Monsaraz;

Propõe-se ao Executivo Municipal:

a) Aprovar, o acionamento da cláusula de reversão, a favor do Município de Reguengos de Monsaraz, do lote 8 da Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6306, da freguesia de Reguengos de Monsaraz e descrito na Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz sob o n.º 5475, uma vez que a adquirente do lote incumpriu os prazos previstos nas cláusulas primeira e segunda da escritura pública de compra e venda, registadas na Conservatória, conforme AP 26, de 2012/12/24 e, em consonância, determinar que sejam realizados todos os atos necessários ao distrate da compra e venda e a devolução à proprietária do mesmo do valor de € 43.680,00 (quarenta e três mil seiscentos e oitenta cêntimos), equivalente a 70% do preço pago pelo lote;

b) Notificar, em harmonia ao preceituado nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, a sociedade anónima "Átomo, Imobiliária, S.A.", NIPC 504 113 267, com sede à Rua



Câmara Municipal

Geraldo Fernando Pinto, n.º 3 A, na Zona Industrial da Horta das Figueiras, 7005-212 Évora, para, em sede de audiência prévia e no prazo de 10 (dez) dias úteis, dizer o que se lhe oferecer sobre a deliberação que recair sobre a presente proposta;

c) Mandatar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Dr. José Gabriel Paixão Calixto, a outorgar a escritura de distrate de compra e venda, em harmonia ao preceituado nas alíneas a) e b) do n.º 1, do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, substituindo-o, nas suas faltas e impedimentos, a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Dr.ª Élia de Fátima Janes Quintas, e;

d) Determinar ao Gabinete Jurídico e de Auditoria e à Divisão de Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico, do Município de Reguengos de Monsaraz, a adopção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta."

Usou da palavra a sennora vereadora Marta Sotia da Silva Chilrito Prates para questionar sobre o tempo limite
para o exercício do direito de reversão e sobre a finalidade dessa reversão
Tomou, de imediato, a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, para informar
que o direito de reversão poderá ser exercido um ano após a venda, se não for iniciada a construção, ou no prazo de
dois anos se não for iniciada atividade. Informou, por fim, o senhor Presidente da Câmara Municipal, que o lote revertido
irá ser colocado à venda para futuros investidores
Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 87/GP/2018;
b) Aprovar, o acionamento da cláusula de reversão, a favor do Município de Reguengos de Monsaraz, do lote 8 da
Zona Industrial de Reguengos de Monsaraz, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6306, da freguesia de
Reguengos de Monsaraz e descrito na Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz sob o n.º 5475,
uma vez que a adquirente do lote incumpriu os prazos previstos nas cláusulas primeira e segunda da escritura pública
de compra e venda, registadas na Conservatória, conforme AP 26, de 2012/12/24 e, em consonância, determinar que
sejam realizados todos os atos necessários ao distrate da compra e venda e a devolução à proprietária do mesmo do
valor de € 43.680,00 (quarenta e três mil seiscentos e oitenta cêntimos), equivalente a 70% do preço pago pelo lote;
c) Notificar, em harmonia ao preceituado nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento
Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, a sociedade anónima "Átomo, Imobiliária, S.A.",
NIPC 504 113 267, com sede à Rua Geraldo Fernando Pinto, n.º 3 A, na Zona Industrial da Horta das Figueiras, 7005-
212 Évora, para, em sede de audiência prévia e no prazo de 10 (dez) dias úteis, dizer o que se lhe oferecer sobre a
presente deliberação; d)
Mandatar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Dr. José Gabriel Paixão Calixto, a
outorgar a escritura de distrate de compra e venda, em harmonia ao preceituado nas alíneas a) e b) do n.º 1, do artigo
35.°, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais,
substituindo-o, nas suas faltas e impedimentos, a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz,
Dr.ª Élia de Fátima Janes Quintas, e; e)
Determinar ao Gabinete Jurídico e de Auditoria e à Divisão de Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico, do



Câmara Municipal

Município de Reguengos de Monsaraz, a adopção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação.

Normas de Funcionamento do Projeto + Sucesso

"PROPOSTA N.º 85/VP/2018

Normas de Funcionamento do Projeto + Sucesso

Considerando que:

- O Município de Reguengos de Monsaraz submeteu, no passado ano, uma candidatura à CIMAC no âmbito da redução e prevenção do abandono escolar precoce;
- O Projeto designa-se de mais + Sucesso e está incluído nos Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar;
- O referido projeto foi aprovado em janeiro de 2018 com 4 valores (numa escala de 0 a 5 valores), tendo sido a melhor avaliação da Região Alentejo;
- O investimento total do Projeto + Sucesso ronda os 373 000€ (trezentos e setenta e três mil euros), sendo cofinanciado em 85%;
- Se trata de um projeto que visa envolver os alunos desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário, bem como as respetivas famílias, num prisma de acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos. Pois, considerou-se que o sucesso escolar não reside apenas nos alunos e nos professores, a família tem um papel fundamental para que os seus educandos sejam bem sucedidos ao longo do seu percurso escolar;
- É um projeto muito ambicioso, com objetivos muito rígidos que só serão alcançados através do trabalho de equipa e de um forte envolvimento com os alunos e com as famílias;
- O Projeto + Sucesso conta com cinco ações:
- Ação 1 Gabinete de Apoio Multidisciplinar
- Ação 2 Promoção de Literacias
- · Ação 3 Ações de Orientação Parental
- Ação 4 ConCentra-te
- Ação 5 Oficina de Expressões
- O projeto tem vindo a decorrer um uma estreita colaboração entre o Município de Reguengos de Monsaraz e o Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz;
- O Projeto + Sucesso tem estabelecido parcerias com diversas entidades locais;
- É necessário existir um documento oficial que estabeleça os princípios, objetivos, horários, atividades a desenvolver, as competências por parte da equipa, os deveres da equipa, o plano de intervenção, bem como os direitos e deveres das famílias.

Propõem-se ao órgão executivo a aprovação das Normas de Funcionamento do Projeto + Sucesso."

----- Outrossim, as normas de Funcionamento do "Projeto + Sucesso", que ora se transcrevem: ------



Câmara Municipal

"Normas de Funcionamento do Projeto +Sucesso

O Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), publicado na resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016 a 11 de abril de 2016 tem como objetivo promover um "ensino de qualidade para todos, o combate ao insucesso escolar, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas" e assenta "no princípio de que são as comunidades educativas quem melhor conhece os seus contextos, as dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está melhor preparado para encontrar soluções locais e conceber planos de ação estratégica, pensados ao nível de cada escola, com o objetivo de melhorar as práticas educativas e as aprendizagens dos alunos".

Por seu lado, o Município de Reguengos de Monsaraz tem vindo a desenvolver uma estratégia de intervenção na área da educação que, para além do apoio direto aos alunos e suas famílias, tem procurado contribuir para a melhoria do ambiente escolar no entendimento de que a conjugação destes factores será determinante na construção de um futuro positivo das crianças e jovens do concelho.

Neste contexto o Município de Reguengos de Monsaraz, em articulação com o Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, estruturou o projeto "+ Sucesso" que, num sistema de articulação entre parceiros locais, irá desenvolver atividades potenciadoras do sucesso educativo através do trabalho direto com os alunos, as famílias e os agentes educativos do concelho.

Capítulo I Disposições gerais

Artigo 1.º

Natureza

- 1. O projeto "+Sucesso" foi concebido de forma a articular-se e complementar as medidas previstas no Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril.
- 2. Desta forma, o projeto "+Sucesso" foi integrado no Plano de Ação Estratégico do Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz que prevê a implementação de medidas de carácter pedagógico e de gestão do currículo, e numa perspetiva de complementaridade, a medida 6 corresponde ao Projeto + Sucesso que se caracteriza pelo desenvolvimento de ações de intervenção direta com as famílias.

Artigo 2.º Objetivos

- 1. O projeto "+Sucesso" tem como objetivos gerais:
- a) reforçar o papel social da escola;
- b) prevenir o insucesso escolar e o abandono escolar;
- 2. O projeto "+Sucesso" tem como objetivos específicos:
- a) reforçar a articulação entre os membros da comunidade educativa;
- b) apoiar as famílias e os alunos na sua integração escolar.

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação

As atividades do Projeto "+Sucesso" aplicam-se aos alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário do Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, aos respetivos pais e encarregados de educação e a outros agentes educativos do concelho.



Câmara Municipal

Artigo 4.º

Entidade Promotora

A Entidade Promotora do projeto é o Município de Reguengos de Monsaraz, sendo as atividades desenvolvidas em articulação com o Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz.

Artigo 5.º

Sede do projeto

O projeto "+Sucesso" tem sede no Bairro Residencial, na Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 2, em Reguengos de Monsaraz, e desenvolve a sua atividade nos estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, estando previstos acompanhamentos na residência do aluno / família, ou noutro contexto em que o aluno esteja integrado ou que a família indique.

Artigo 6.º

Horário de funcionamento

- 1. O projeto "+Sucesso" tem o seguinte horário de referência: das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30 todos os dias úteis da semana.
- 2. O horário do serviço a prestar aos alunos / famílias não será coincidente com a atividade letiva dos alunos e poderá ser ajustado, tendo em consideração a conciliação da vida privada com a atividade profissional das famílias.

Artigo 7.º

Atividades a desenvolver

No âmbito do Projeto "+Sucesso" estão previstas as seguintes ações/medidas:

- a) Gabinete de Apoio Multidisciplinar –desenvolvimento de respostas complementares à da escola para a promoção do sucesso escolar de alunos referenciados nos 1.º, 2.º e 3.ºciclos do Ensino Básico e ainda do Ensino Secundário. O gabinete promoverá o acompanhamento individualizado destes alunos e respetivas famílias com vista à resolução de problemáticas identificadas, bem como o encaminhamento para serviços especializados;
- b) Promoção de Literacias criação de uma biblioteca itinerante que, com um ou mais dos recursos humanos afetos a esta atividade, se deslocará pelo menos uma vez por mês a cada uma das freguesias rurais do Concelho e articulará com a Rede de Bibliotecas Escolares. A equipa realizará atividades de promoção de literacias através da utilização de diferentes metodologias e recursos;
- c) Ações de Orientação Parental realização de um conjunto de workshops e seminários tendo como objetivo a capacitação de país e encarregados de educação no que respeita ao apoio e acompanhamento do percurso escolar dos seus educandos;
- d)4 ConCentra-te realização de sessões que permitam criar uma resposta diferenciada em contexto de sala de aula, promovendo novos ritmos de trabalho;
- e) Oficina de Expressões realização de atividades facilitadoras dos processos de socialização dos alunos, numa perspectiva de sensibilização para práticas de cidadania ativa, através da exploração de diferentes tipos de artes.

Capítulo II

Equipa do Projeto "+Sucesso"

Artigo 8.º



Câmara Municipal

Composição da Equipa

O projeto tem uma equipa multidisciplinar composta por uma coordenadora e quatro técnicas, de acordo com o quadro seguinte e com os tempos de afetações seguintes:

Categoria	Tempo/Semana
Coordenadora	13h / semana
Assistente Social	35h / semana
Psicóloga	35h / semana
Professora de Teatro	17h30 / semana
Professora do Ensino Básico	17h30 / semana

Artigo 9.º

Competências da Equipa

Compete à Equipa do Projeto +Sucesso:

- a) avaliar os alunos e famílias, para acompanhamento psicológico e social pelo Gabinete de Apoio Multidisciplinar;
- b) encaminhar os alunos / famílias não elegíveis para outras respostas;
- c) elaborar e implementar o Plano Individual de Intervenção;
- d)assegurar, para cada aluno, processos de transição adequados para outros programas, serviços ou contextos educativos;
- e) promover a participação ativa das famílias no processo de avaliação e de intervenção;
- f) participar, em conjunto com a família, na identificação dos recursos, preocupações e prioridades, promovendo uma tomada de decisões consciente e informada;
- g) desenvolver com os alunos atividades que promovam as competências sociais;
- h) desenvolver atividades que proporcionem o envolvimento da comunidade na promoção do sucesso educativo;
- i) desenvolver ações / formação parental;
- j) articular com os docentes dos estabelecimentos de ensino onde se encontram colocados os alunos acompanhados pelo projeto;
- k) identificar necessidades e recursos da comunidade da sua área de intervenção, dinamizando redes formais e informais de apoio social;
- I) participar em reuniões de equipa;
- m) Estruturar e implementar o Plano Anual de Atividades do projeto "+Sucesso" em articulação com os parceiros locais;

Artigo 10.º

Deveres da equipa

É dever da equipa do Projeto "+Sucesso" declarar e mediar eventuais conflitos de interesse, assim como denunciar possíveis irregularidades e desenvolver todas as competências da equipa, reforçando que todas as decisões deverão ser discutidas e tomadas em reunião de equipa.

Artigo 11.º

Funcionamento/ Reuniões de Equipa

A equipa do projeto "+Sucesso" reúne com a periodicidade exigida pelo cumprimento das suas funções, no mínimo semanalmente.

Artigo 12.º

Registos das Reuniões



Câmara Municipal

- 1. Das reuniões da equipa do projeto "+Sucesso" será realizado registo escrito assinado por todos os membros presentes.
- 2. No registo das reuniões da equipa constarão as matérias abordadas e as decisões tomadas.

CAPÍTULO III Intervenção da Equipa Artigo 13.º Intervenção da Equipa

A equipa do projeto "+Sucesso" intervém por referenciação:

- a) dos pais ou encarregados de educação;
- b) dos agentes educativos professores e técnicos;
- c) de entidades locais.

Artigo 14.º

Critérios de Elegibilidade

- 1. A equipa intervém apenas no caso de se tratar-se de aluno do 1.º, 2.º, 3.º Ciclos do Ensino Básico ou Ensino Secundário do Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, e caso se verifiquem alguma das seguintes situações:
- a) Variação do ambiente / contexto / dinâmica familiar que afete o desempenho escolar do aluno;
- b) Variação do comportamento / relação / humor que afete o desempenho escolar do aluno;
- c) Alunos em situação de risco de abandono ou em abandono escolar.
- 2. Se o aluno/família estiver abrangido por resposta similar de outra entidade, a equipa não intervirá, salvo em situação de complementaridade de respostas.

Artigo 15.º

Processo

- 1. O processo inicia-se com a referenciação que deve ser concretizada através do preenchimento de uma Ficha de Referenciação.
- 2. As fichas de referenciação poderão ser apresentadas:
- a) No gabinete de apoio multidisciplinar, presencialmente ou via e-mail;
- b) No gabinete da Direção do Agrupamento, que as encaminhará para a equipa, no caso de referenciações internas do Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz.

Artigo 16.º

Decisão

Após a análise da Ficha de Referenciação e avaliados os critérios de elegibilidade, a equipa decide se defere ou indefere o pedido de intervenção e dará conhecimento do respetivo deferimento / indeferimento à família / entidade referenciadora, no prazo de 30 dias úteis após o início do processo.

Artigo 17.º

Consentimento

1. A intervenção da equipa do projeto "+Sucesso" depende do consentimento informado e prestado por escrito dos pais/encarregados de educação ou do representante legal, consoante o caso.



Câmara Municipal

- A intervenção da equipa do projeto "+Sucesso" depende do consentimento de ambos os progenitores, mesmo nos casos de pais separados em que exista guarda partilhada estipulada por decisão do Tribunal.
- 3. No caso de não existirem responsabilidades parentais reguladas, a intervenção da equipa do projeto "+Sucesso" depende do consentimento de ambos os progenitores, ou só daquele que tenha a guarda de facto se o outro estiver ausente ou de qualquer modo incontatável.

Artigo 18.º

Plano Individual de Intervenção

No caso da referenciação ser admitida, e após ser realizada avaliação do aluno/família é elaborado um plano individual de intervenção. Este, consiste na definição dos objetivos e ações a desenvolver, e por quem, em função da problemática e das necessidades identificadas, de forma a assegurar uma resposta articulada, tangível e mensurável, à situação que motivou a referenciação.

Artigo 19.º

Arquivamento do processo

Cessa a intervenção da Equipa e o processo é arquivado nos seguintes casos:

- a) Sempre que não se verifique o consentimento informado dos pais / encarregados de educação, sendo dado conhecimento do facto à entidade referenciadora;
- b) no caso de pais separados, e quando não se encontre legalmente regulada a responsabilidade parental, se não existir consentimento informado de ambos os progenitores;
- c) Sempre que se verifiquem mais de três faltas injustificadas dadas pelo aluno / família, informando a entidade que referenciou e a família.
- d) Sempre que se encontre ultrapassada a situação que motivou a referenciação.

Capítulo IV Direitos e deveres das famílias Artigo 20.º

Direitos das Famílias

São direitos das famílias intervencionadas:

- a) Receber um atendimento de qualidade, através de uma equipa multidisciplinar sensível às preocupações e necessidades dos alunos / famílias;
- b) A igualdade de tratamento, independentemente da sua nacionalidade, etnia, religião, idade, sexo e condição social;
- c) O respeito pela sua identidade pessoal e reserva de intimidade da sua vida privada e familiar;
- d) ser tratado com todo o respeito, correção em qualquer ato psicossocial;
- e)Participar, de acordo com o seu interesse e disponibilidade, na definição do Plano Individualizado de Intervenção;
- f) A confidencialidade dos elementos constantes do seu processo individual;
- g) Ser informados da evolução da intervenção adequada às necessidades do aluno;
- h) Solicitar reuniões com os técnicos responsáveis pela intervenção.

Artigo 21.º

Deveres das Famílias



Câmara Municipal

São deveres das famílias intervencionadas:

- a) Cooperar com os técnicos envolvidos na implementação do Plano Individualizado de Intervenção;
- b) Assinar o consentimento informado para a intervenção da equipa técnica;
- c) Participar assiduamente nas sessões estabelecidas em conjunto com a equipa;
- d) Respeitar e manter um bom relacionamento com os técnicos da equipa do Projeto +Sucesso;
- e)Prestar todas as informações, com verdade e lealdade;
- f) Informar os técnicos responsáveis, caso não possa comparecer a reuniões agendadas, com a devida antecedência, sempre que a falta seja prevista;
- g) Informar os técnicos responsáveis, com a devida antecedência quando, por motivo imprevisto, não possa estar no domicílio para receber visita domiciliária previamente marcada.

Capítulo V

Disposições finais

Artigo 22.º

Casos Omissos

As dúvidas e/ou omissões suscitadas na interpretação e/ou aplicação das presentes Normas Internas serão dirimidas e/ou integradas por Despacho do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador do Pelouro da Educação, exarada sobre informação da equipa do projeto "+Sucesso".

Artigo 23.º

Revisão

As presentes normas de funcionamento podem ser alteradas sempre que a equipa do Projeto +Sucesso ou a Entidade Promotora considerem necessário.

Artigo 24.º

Entrada em vigor

As presentes normas de funcionamento entram em vigor logo que aprovadas pela Entidade Promotora do Projeto "+Sucesso". "



Câmara Municipal

Listas Finais das Propostas a submeter a votação das edições de 2018 do Orçamento Participativo e do Orçamento Participativo Jovem

"PROPOSTA N.º 86/VP/2018

LISTAS FINAIS DAS PROPOSTAS A SUBMETER A VOTAÇÃO DAS EDIÇÕES DE 2018 DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Considerando:

- Que o Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Reguengos de Monsaraz foi aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2016, na sequência de proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 22 de junho de 2016;
- Que na fase de apresentação de propostas foram apresentadas à edição de 2018 do Orçamento Paricipativo 24 propostas e à edição de 2018 do Orçamento Participativo Jovem 3 propostas;
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 17.º do Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Reguengos de Monsaraz, após aprovação pelo ógão executivo das propostas a submeter a votação, proceder-se-á ao seu anúncio e divulgação pública;
- Que a fase de votação do Orçamento Participativo e do Orçamento Participativo Jovem decorre de 1 a 30 de setembro;
- Que importava entrar na fase de votação nas datas regulamentarmente estipuladas;
- Que não se mostrava possível reunir o órgão executivo em tempo útil por forma a garantir a aprovação das listas das propostas a submeter à fase de votação;
- Que pelo meu despacho de 31 de agosto de 2018 foi determinada a aprovação das propostas a submeter à votação das edições de 2018 do Orçamento Participativo e do Orçamento Participativo Jovem, nos termos da apreciação da Comissão Técnica de Análise,

Face ao exposto, somos a propor ao órgão executivo:

A)Que, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar a ratificação do meu despacho de 31 de agosto de 2018, pelo qual foram aprovadas as propostas a submeter à votação das edições de 2018 do Orçamento Participativo e do Orçamento Participativo Jovem, nos termos da apreciação da Comissão Técnica de Análise, o qual se anexa e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;

B)Determinar à Divisão de Administração Geral a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta."

Outrossim	, o Despacho	de 31 d	e agosto d	de 2018 d	da senhora	Vice-Presidente	da Câmar	a Municipal,	que ora	se
transcreve:										



Câmara Municipal

"DESPACHO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM – LISTAS FINAIS DAS PROPOSTAS A SUBMETER A VOTAÇÃO

Considerando:

- Que o Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Reguengos de Monsaraz foi aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2016, na sequência de proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 22 de junho de 2016;
- Que na fase de apresentação de propostas foram apresentadas à edição de 2018 do Orçamento Paricipativo 24 propostas e à edição de 2018 do Orçamento Participativo Jovem 3 propostas;
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 17.º do Regulamento do Orçamento Aprticipativo do Município de Reguengos de Monsaraz, após aprovação pelo ógão executivo das propostas a submeter a votação, proceder-se-á ao seu anúncio e divulgação pública;
- Que a fase de votação do Orçamento Participativo e do Orçamento Participativo Jovem decorre de 1 a 30 de setembro;
- Que importa entrar na fase de votação nas datas regulamentarmente estipuladas;
- Que não se mostra possível reunir o órgão executivo em tempo útil por forma a garantir a aprovação das listas das propostas a submeter à fase de votação em tempo útil,

Determino a aprovação das listas finais das propostas a submeter à votação das edições de 2018 do Orçamento Participativo e do Orçamento Participativo Jovem, nos termos da apreciação da Comissão Técnica de Análise, listas que se anexam ao presente despacho e que dele fazem parte integrante para todos os efeitos legais.

Mais determino, nos termos do artigo 3.º do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/213, de 12 de setembro, que o presente despacho seja submetido à próxima reunião do órgão executivo para ratificação."



Câmara Municipal

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - EDIÇÃO 2018

N.º Ordem	Area Temática	Nome Proposta	Tipo Partiolpação	Local/Freguesia	Valor Estimado	Decortoso	Análise Comissão Técnica
1	infraestruturas viárias, mobilidade e tránsito	Requalificação Rua 1º Maio em 3. Pedro do Corval	Individual	Corval		Requalifação da Rua 1º de Maio em S. Pedra do Conval, com execução de rede de águas pluvidas, passetois, entre outros, como forma de mehora a circulação automest e pedorão. De reterre que complicado do evicuado automóveis, nomeadamente veliculos de emergência salvem da rua sem ter que efectuar mandras perigodas.	Proposta Admitida. Estimativa orgamental:100.000€
2	Espaço público e espaços verdes	António Sérgio no Novo Século	Individual	Reguengos de Monsaraz	90.500,00	Requalificação dos espaços vertés e de tazer do Br Antério Sárgio, dotando-o de Infraestruturas, pavimentos en arrustituras adesaudas para o espaço e habitantes que stualmente o Vivenciam e o utilizam, comprindo desenho e utilizações inadesaudas existentes que se acrescrativa exidente a sua constigión plinicio dos anos 50 do seculo passado). O espaço a intenir terá uma area de 3380 m² dividido por várias bodas de espaços de tazenverdes.	Proposta Admitida. Estimativa orgamental: 100.000€
3	Espaço público e espaços verdes	Espaços por relvar na Urbanização da Tapada do Carapetal	individual	Reguengos de Monsaraz		A Ultrarização da Tapada do Carapetal tem aproximadamente 16 anos de estatincia, no entanto, e segundo o projecto inicia da mesma, deventa ter todos oo estagos estados, ou encompressivemente não acontico na residiada. Una espação, e bom, estalo rehistado e da oblado comir equandadade, e os outros combientes estados com estados estados estados estados estados estados entre puedadade, e os outros combientes, estados estados estados estados estados estados estados estados estados entre estados estados estados estados estados entre estados entre estados entre estados estados estados estados estados estados estados estados estados entre estados estados estados entre estados entre estados entre entre entre estados entre estados entre estados entre estados estados entre estados entre estados entre estados entre	Proposta Admitida. Estimativa orgamental:50.000€ A proposta terá de cer conjugada com uma proposta venoedora da edigão do OP 2017 - "Parque Desportivo na Urbanização Taspada do Carspetal". & solução técnica requaliflosção terá de cer estudada.
34	Desporto e equipamentos desportivos	Equipamenta desportivo	Individual	Reguengos de Monsaraz		Proportino em nome do meu filho, a malização de um parque de Bisale na zona desportiva de Requenços de Norosana. Este equipamento ina enriquecar a zona, dam-he mais uma oferta desportiva para os jovens e assegurar uma filanção de jovens na zona desportiva de Requenços de Norosana. Alei no equa partir un charanter para ostros jovens, visto son en los esistem mais parques de sistales no alentejo! Alei no equa partir un charanter para dosto jovens, en un los esistem mais parques de sistales no alentejo! Com este equamento, para siám de estar disponível para os jovens, podemisma paraques de introducição de autilias, de evento, ce provas, etc. Bem divida que serás uma mais valia para o conceito! Quanto ao investimentodependenta da dimensão e enquadrado no budget.	Proposta Admitida. Estimativa orgamental: 60.00¢
5	Cultura e equipamentos culturais	Espaço de eventos e actividades culturals do Outeiro	Associação	Monsaraz	10000	Citação de espaço de exertido ao ar livre atravisó de mabilitação e requalificação de zona urbana a intervir, chando uma zona multifactional capaci de acorbe a meltapação das festas anuals acom como recebe advidades culturales, concertos, especialectos e servir de labor para actividades de puezos, actividades de desportos e actividades para actividades de puezos, actividades de desportos es descriptos de puezo, actividades de desportos es desportos estas de capacidades de desportos estas de actividades de instalações santárias existentes e circação adaptição de zona de preparação de alimentos bar.	Proposta Admitida. Estimativa Orgamental: 10,000€
6	Turismo	Limpeza de ladeiras para passelo pedestres	Inclividual	Monsaraz		Umpeza, corte de matio e desobstrujús das artigas ladeiras da vertente Sul de Monsanaz e que davam acesso aos portos do guadama, de forma a permitir a passagem pedonas para passeos pedestres e valorização funtistica, assim como sinávidica com a sua identificação e resumo histórico.	Proposta Admitida. Estimativa orgamental: 10.000€

ŧ	Turismo	Prala + que Segura	Associação	Reguengos de Monsaraz	1400e	Assigned in arm moth on large same relations a varieties of a security of the Privat in Minimary and experience of the Control of Minimary is consistent of the Minimary in control private in the Private in Minimary is control of Minimary in control private in Minimary in Control of Minimary in Mi	Proposta Excluida. Alinea e) do n.º 1 do artigo 11.º de POCAP - "Revregação recrediva com POCAP - "Revregação recrediva com de propulsão, nos termos da elegitação em vigor, com excepção de motas de agua" - Alinea II) do n.º 4 do artigo 15.º do Regulamento do Orgamento Participativo.
*	Infraestruturas viárias, mobilidade e tránsito	Requalificação da Ria Josquim Antónic Pascinhas (Bairo Zona Norle) Reguergos de Monsanaz	individual	Reguengos de Monsaraz		Requalificação da Rua Joaquim Antório Passinhas (Barro Zona Norte em Reguengos de Mónsanas. A Rua Joaquim Antório Passinhas no Bairo Zona Norte em Reguengos de Mónsanas, á uma rua com características bastante seperfícias, serdo que o facto de estar situada num barroutrantargalo, pode indicar a comitar de contra de participa de la companio del companio de la companio del companio de la companio del compani	Proposta Excluida. Proposta já confemplada nas Proposta já confemplada nas Grandes Oppées do Plano do Municipio no ámbito PEDU. Alinea g) n nº 4 do artigro 15- do Regulamento do Orgamento Participativo.
9	Educação e juventude	Melhoramentos no Centro Escolar de Outeiro	Individual	Monsaraz		Remodelação do parque de recreio do centro escolar de Cuteiro: Substituíção do piso em bornacha e colocação de equipamentos ternáticos.	Proposta Admitida. Estimativa orgamental: 60.00€



Câmara Municipal

10	Desporto e equipamentos desportivos	Mesas de Ping Pong	Individual	Reguengos de Monsaraz	16000	Mesas espociais para estraror, que resistem a chura e pot é fisiadas em espaços públicos (gardins e parasas), para praticar Ping Forans. El o desporte recreativamente para esta en el proprio de la compania de la compania de 30 años, feltos la valor y para 4 mesas feltas de belais polimentados, com cantios amedionáscios e com garanta de 30 años, feltos la expose mais económicas. Terás todos o gosto de forancer mais detalhes sobre a lóbia, que de certisza val fazer feltass multos Reguerquenses.	Proposta Admitida. Estimativa orgamental: 18,000€ A localização terà de ser estudada.
- 11	Cultura e equipamentos culturais	Obras de beneficiação da sede do Centro Cultural Caridadense 1.º de Maio	Associação	Reguengos de Monsaraz	60.000€	A sede social do Centro Cultural Cardadense I.º de Maio necessita urgentemente de obras de beneficiação ao nivel interior, paredes, portas e jameias, bem como de requalificação dos sanitários e demais espaços como sala de espetaculoro, espaço de convivió, gabinete diretivo, costriha e logradouro.	Proposta Admitida. Estimativa orgamental: 80,000€
12	Educação e Juventude	Não ha educação sem cultura	Associação	Reguengos de Monsaraz	60,000 €	A presente proposta presente sobra a Escoia Secundaria Conor de Monazara (Escoia Sedica do Agrusamento) e a Escoia Sedica con inmero um, de aplicamento que se constituem com detoria Setilationes para o refuto da silvidade pedagógica, asiem como, para o aquio a hiumeno projeto escotares imperimentados no Agrupamento. Assim, propomos que sejam adquiridos os seguintes equipamentos: - charicada profesiónas de 10 filas com capacidade para 155 lugares, a instalar no auditório da Escoia Secundaria Conde de Monazara; - paico modular (estrados pradicáveis) com uma tarea de 10 x 5 metros e uma altura máxima de 80 certimetros, a instalar no auditório da Escoia Secundaria Conde de Monazara; - equipamento de intimitação certir oficoso para o alexio, a instalar no auditório da Escoia Secundaria Conde de Monazara; - equipamento de intimitação certir oficoso para o alexio, a instalar no auditório da Escoia Secundaria Conde de filoso para o alexio. In atribat no auditório da Escoia Secundaria Conde de filoso para o alexio. In atribat no auditório da Escoia Secundaria Conde de requierenços de intimitação certir oficoso para o alexio. In atribat no auditório da Escoia Secundaria Conde de requierenços de Monazara;	Proposta Evolusia. Equipamento da compretência do Minictério da Educação no âmbito di Escolo 8 secundária. No que república so equipamento da EB n.º 1 de Reguengos de Moncarza a proposta ecta integrada na normal atividade di autarquis. N.º 4 do artigo (15.º 4 do Regulamento do Orgamento Participativo.
13	Infraestruturas viárias, mobilidade e trânsito	Pela segurança das nossas crianças	Associação	Reguengos de Monsaraz		A presente proposta visa o refunço da segurança de espaço escolar da Escola Secundaria Corole de Monsenza Escola Sede do Agusamento), mais especificamente no que dis respeto ao acesso pelo postilo, voltado para a na Dr. Antinir Vas Malaine. Eles postilo, que serve de acesso a finencedere a e visituras de mengiancia, encorima-se distante da postralo principal de edificio e, como tal, carece de vigillanda constante, rialo tendo Agrusamento inecuso humanos que permitam uma deciquado corterio de meren. Acatino, como esta candidatura, propormos a instalação de um nevo portão, com as funcionalidades de videoporteiro e abenturalenceramento a distancia.	Proposta Excluida. Equipamento da competência do Ministério da Educação. N.º 4 do artigo 16.º do Regulamento do Orgamento Participativo.
14	Educação e Juventude	Cobertura da Escola EB n.º 1	Associação	Reguengos de Monsaraz		Construir uma cobertura junto às entradas dos alunos, com dimensilo suficiente que os abrigue das intempirfes durante os meses de inverno. Requalificação dos espaços ventes, e mehor aprovetamento do espaço nilo utilizado contíguo ao pavilhilo, com a construção de um parque de atividades.	Proposta Admitida. Estimativa orgamental: 60.000€
ts	Infraestruturas viárias, mobilidade e trânsito	Paviementação de várias ruas em 9. Marcos do Campo e Cumeada	Individual	Campo e Campinho		Favimentação das ruas: Travessa do Ficente, Travessa do Oliva, Rua do Ferragea e as duas entradas que fazem (ligação da Rius da Lagoa e estrada NISS. Estas duas entradas, pem como a Travessa do Olivia encontram-se em terra batidas e com buscuso ja quas intransitáves. Favimentação da Travessa de Bilo Pedra e Travessa de Bilo Jook, em Curreada, As mencionadas ruas encontram-se em terra batidas, com buracos, e dia dessão à Rius de Bilo Pedra. Manuteroplo da Testrada de Moura" que dá acesso a várias herisdes, estárindo zonas da estrada que já se encontram em axianção de saba de degradação. Pavimentação da ruas: Travessa do Poerte. Travessa do Olivia, Rius do Ferragea e ad das entradas de fazem lagodo Rius da Lagoda e atrada NESE. Estas das entradas, bem como a Travessa do Olivia encontram-se em terra batida e com buracos já quase intransidaves.	Proposta Exoluida. Excede o valor previsto para a edição de 2018 do 0.7. Alinea o j do n.º 4 do artigo 16.º 60 Orgamento Partiologátivo.

16	Ação social	Construção de Casa Mortuária Campinho	Associação	Campo e Campinho	40000,93	Constitução de casa montaria, com disas sales de velório, em Campriño. A população de Campriño necesta de um equipamento social, melhorado, que permita fazer face às necessidades pertidas pela população.	Proposta Admitida. Estimativa orgamentai: 100.000€
17	Ambiente	Roteiros de observações de aves no conceiho	individual	Reguengos de Monsaraz		o número de obcervadores de será bitradiadoria; ten vindo a aurentar em Poniga, n. 6 Europa e no Marcio. O noso concisio ten um grando peneda al mitologo se pedes de escolarcia a nitulo gordo e ser uma meis viala ambientari, social e económica para a nosa regilio asociada à si la estáretes e sociagnente conhecidas. Las come, a gastarioneria, a surqueologa, a habitaria, a pasagone. A estáretina de asocianida de internación para pentre estrategico de estáre de la estudar a sua localização de forma a cirtar um noterio a contrativa ciente que entre estáre de la estudar a sua localização de forma a cirtar um noterio contrativa comissión por concenho que incuma o otferente sobre e habitaria (reseata), monidado, profesa, aquatificon, permitindo obsendar um maior número de especies de surse estateries no nosos territoria. A ciração de uma obrochura com se especies do servive en concenho para quem mos vista acer que avers poderá vir a obsenvar, será um bom portio de partida para a concretização deste ambicisso, mas exequível, projeto.	Proposta Admittida. A proposta deverá ser articulada om as entidades ao competentes ao nive da conservação da fauna e da flora. Estimativa orgamental: 25.000€
18	Educação e Juventude	Requalificação do centro Escolar de 3. Pedro do Corval	Individual	Corval		Ocataría que o piso do campo de jogos do Centro Escolar de S. Pedro do Conval fosse substituido, uma vez que o mesmo apresenta um estado de degradação avançado e não permite o requiar funcionamento de jogos e a pratica de actividade física pelos alunos, bem como a colocação da sua cobertura.	Proposta Admitida. Estimativa orgamentai: 46.000€
19	Espaço público e espaços verdes	Requatificação do Largo da Igreja de Santo Antônio do Baidio	individual	Corval		requalficar o largo da igreja sendo a entrada principal da aldela e a sua requalficação será de todo importante para um cartillo de visita aos turístas que nos visitam.	Proposta Admitida. Estimativa orgamental: 80.000€
20	Educação e Juventude	PARQUE PARA CRIANÇAS	Individual	Reguengos de Monsaraz		Esiste hoje em dis uma tendancia crescerte para que se cranças e lovera fixaem em casa ou em essaçois de fechados nos sous tempos fives e compouco contacto com natureza. Firar contrariar esta questión e dar más opéles so crianças e jovera de vársas idades, para uma maisvisada Concerho a criscoja de um Firarque para Crançasu Livera, que tiveses desiridades que abinarque em um maior leque de stades, alte como: «Internativa de la como de situado por crianças desde tema idade e así por adultos: «Firarque, Arientas odudado de oliverado equipamentos de madera (casas na ánvine) ligados entre si por pontes, estes, puese e sidotes: «Farque, Arientas odudado de oliverado equipamentos de madera (casas na ánvine) ligados entre si por pontes, escos de transito; «Farque, Infantis: com econoregas de vários nilveis, tomes para trepar, equipamentos de equilibrio, camas elásticas, entre cutoro, obetinando-be a várias falsas estarias. Tendo tambiém equipamentos de equilibrio, camas elásticas, com mobilidade reducido. Sondo simplem elementos comos de descando, com sontres, initialações caritárias e beteclouros. Sondo simplem elementos camas de descando, com sontres, initialações caritárias e bateclouros. Sondo simplem elementos camas de descando, com sontres, initialações caritárias e bateclouros. La como de como de carita de la como de la co	Proposta Excluida. Escade o valor previsto para a edigão de 2016 do OP. Alinea o) do n.º 4 do artigo 15.º 4 do Orgamento Participativo.
21	Educação e juventude	Nova Vida ao Largo	individual	Reguengos de Monsaraz		Este largo está localizado em zona privilegiada da cidade e tem uma zona de nelvado, que é basicamente utilizado por arimais e que por esse motivo se encontra muitas vezes suja e com muss chetros. A semenhança do que acomitoce em diversoo portos da cidade, dada a sua localização e proximidade com zonas residencials, esta proposita visa entação de um espaço com equipamentos para chanças, eccorregas, jopos, entre outros. Desta forma seria possívei devolver ao conhecido "Largo do Popo do Principe" a vida e a energia de outrora quando muitas cranças al se juritavam, animendo com as suas brincadeiras toda a vizarhança.	Proposta Excluida. Proposta ja onfemplada nas Grandes Oppões do Plano do Municipio no ámbito PEOU. Alinea gi do n.º 4 do artigo 16.º do Regulamento do Orgamento Participativo.



Câmara Municipal

22	Espaço público e espaços verdes	PARQUE PARA CÂES	Associação /	Reguengos de Monsaraz		Saberno que grando parte dos animas de estimação, ormojamente os clée estão a maior parte do tempo em locas que hos hos permitem a comás, esercicios e comós com activo com activo siminar, que here à bastarior beenforo. Uma vez que para circulação na via pública é obrapátino o uso de tresa, uma das afficuldades sentidas pelos responsabres a la fata de local prispino para que o cido posso ser solto, nadar hivernete, libertando entra experimento para que como para ser solto, maior hivernete, libertando entra e estimilidade os seus sentidos. O que se trasular muitas vezes em maus comportamentos por parte do animal e consequente interidade de trasa ou memor a incompatibilidade de ficar na casa dos responsables. Que Um paraque veladado, octado de estimilidades para exercicios, funeis, manea, portes, pista de obstaculos e sablos, cara relivadad, de ama e de somitimo. Com beledouros e locar groppo para se un carno. Sera del testifica frameiro uma ama para os responsables, com mesas e bancos. Um paraçue com ingras privezabelecidas, onde por exempio no deveria se permitios alimentar cisco o ulavar cadesse com o do. Este parque nilo so beneficiars os resolventes carnos do Concelho e suas responsables, como será muito dif a contrato de la devenidade de la comitica de como de concelho e suas responsables, como será muito dif a contrato de la devenidade de la como de la concelho de concelho e suas responsables, como será muito dif a contrato de la devenidade de la concelho de concelho de la concelho de la contrato de la demandado de la contrato de la contr	Proposta Admitida. Estimativa orgamentai: 100,000€ A localização fara de eer poctoriormente estudada.
23	Ambiente	Caputurar Estereizar-Devolver (OED)	Associação	Reguenços de Monsaraz		setablica de colorias de apois o livestre a é ao conhecimento gens. A possulação, no la amenium, alho este haira serebilizada plano a importancia das esteritizações dos animais e mutas vezes minadas also asendoradas, asoim como animala adultar e filmesa prenhei. Fotas estas situações ceram sum mismo evezão e respecto de animais que respecio, rescene, viexos en timos de consequem alguma sequimas e comida, casa entre o evezão e respector de animais que respecio, rescene, viexos en timos de consequem alguma sequimas e comida, casa estes que mutas vezas se tomanis foco de despera, maio carbon es atemen como taxos de consequem alguma sequimas e comida, casa estes que mutas vezas se tomanis foco de despera, maio carbon es atemen como sexos ajumas vezas esteras interes desperados estados estad	
24	Ambiente	POR UMA TERRA MAIS LIMPA	Associação	Reguengos de Monsaraz	28000	Os dejectos caninos são um grande problema em termos ambientais, assim e para minorar esta situação candidatamentos ao Organiento Participativo com a proposta da chação, em aprais chave, de se caninos bem como a colocação de dispersaciores de associa e ou respectivos recipientes de desocipio dos electos. A propodar vas dantos escapaça policio, nicreadamente in Paraze da Coloda e a outras inhe-estaturars onde os donos dispôtem de sacos para recoher os dejectos do animal de estimação e um deposito para desar os mermos sacos. Esta zona será limpa com frequência e haverta um menos numero de dejectos nos passeisos das nais do Concerho.	Proposta Excluida. Proposta de conteúdo idêntico a proposta vencedora na edição de 2017 do OP.

----- Outrossim, a lista final das propostas do Orçamento Participativo Jovem – Edição 2018, anexa ao Despacho da senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, exarado em 31 de agosto de 2018, que ora se transcreve: ------

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM - EDIÇÃO 2018

N.º Ordem	Área Temática	Nome Proposta	Valor Estimado	Descrição	Análise Comissão Técnica
1	Cultura e equipamentos culturais	O Sonho dos alunos da Escola de Música da S.F.C.	9500	Cada vez mais o nome do nosso concelho está associado a bons músicos e nós numa tentativa de revitalizar a nossa escola de música e aplicar uma formação mais qualificada e objectiva, surge uma nova área de formação na nossa escola de música, aulas de canto. E com o número crescente de elementos, serão necessários mais alguns instrumentos como clainetes, trompetes, saxofones para dar resposta e garantir que todos os nossos alunos possuem um instrumento para estudar e aprender. Necessistamos também de material de apoio às aulas, quadros, cadeiras, órgão electrico e cadernos para os nossos alunos.	
2	Cultura e equipamentos culturais	Equipamento da Escola de Música da Sociedade Filarmónica Harmonia Reguenguense	10.000 euros	A Escola de Música é a base de qualquer banda filamónica. Toma-se, por isso, fundamental que, cada vez mais, a Escola de Música disponha de material didático em boas condições. O que sempre tem acontecido é a utilização de instrumental que já não está em condições de uso pela Banda. Ora as exigências no ensino da música têm, felizmente, crescido nos últimos anos, não se compadecendo com o recurso a material envelhecido, desajustado e obsoleto. É nesse sentido que se apresenta esta proposta, para que a formação de qualidade que é apanágio da Sociedade Filarmónica Hamonia Reguenguense possa continuar a ser uma realidade.	Proposta Admitida. Estimativa orçamental: 10.000€
3	Desporto e equipamentos desportivos	Parque Infantii na Escola Básica n.º1 em S. Marcos do Campo	8.000	Gostaria que a minha Escola Basica n.º1, em S. Marcos do Campo, existisse um espaço (parque infantil) onde as crianças pudessem realizar as suas atividades ao ar livre, com equipamentos apropriados para as crianças do primeiro ciclo e jardim de infância.	Proposta Admitida. Estimativa orçamental: 10.000€

----- Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: ------

---- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 86/VP/2018; -----

---- b) Nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a ratificação do



Câmara Municipal

Minuta do Protocolo de Colaboração entre o Município de Reguengos de Monsaraz e a Subcomissão de Coordenação Regional do Alentejo para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

"PROPOSTA N.º 87/VP/2018

MINUTA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ E A SUBCOMISSÃO DE COORDENAÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO PARA O SISTEMA NACIONAL DE INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

Considerando:

- Que o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, designado pelo acrónimo SNIPI, foi criado, ao abrigo do <u>Decreto-Lei n.º</u> 281/2009, de 6 de outubro, o qual consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento;
- Que a operacionalização do SNIPI pressupõe assegurar um sistema de interação entre as famílias e as instituições e, na primeira linha, as da saúde, para que todos os casos sejam devidamente identificados e sinalizados tão rapidamente quanto possível;
- Que o SNIPI funciona através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação e da Saúde, conjuntamente com o envolvimento das famílias e da comunidade;
- Que o SNIPI abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias:
- Que a Subcomissão de Coordenação Regional do Alentejo do SNIPI, que tem, entre outras competências, apoiar a Comissão de Coordenação do SNIPI e transmitir as suas orientações aos profissionais que compõem as Equipas Locais de Intervenção (ELI), pretende celebrar uma parceria com o Município de Reguengos de Monsaraz, com vista à colaboração da Autarquia com a Equipa Local de



Câmara Municipal

Intervenção de Reguengos de Monsaraz e Mourão, constituída por vários profissionais de áreas diferentes e complementares, no âmbito das funções que lhe são inerentes;

- Que o Município de Reguengos de Monsaraz considera que, quanto mais precocemente forem acionadas as intervenções e as políticas que afetam o crescimento e o desenvolvimento das capacidades humanas, mais possibilidades existem para um desenvolvimento mais harmonioso e integral destas crianças, melhorando a sua vida e bem-estar físico e psíquico;
- Que o Município de Reguengos de Monsaraz visa contribuir para assegurar a estas crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades e apoiá-los, bem como às suas famílias;

Propõe-se ao Executivo Municipal:

a) A aprovação, em harmonia, nomeadamente, do disposto nas alíneas r) e u), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Reguengos de Monsaraz e a Subcomissão de Coordenação Regional do Alentejo do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, a qual se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos;

b)Mandatar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Dr. José Gabriel Paixão Calixto, a assinar o sobredito Protocolo de Colaboração, em harmonia ao preceituado nas alíneas a) e b) do n.º 1, do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, substituindo-o, nas suas faltas e impedimentos, a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Dr.º Élia de Fátima Janes Quintas, e;

c) Determinar ao Gabinete Jurídico e de Auditoria e ao Serviço de Ação Social, do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta."

"PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Entre:

Primeiro Outorgante: **Município de Reguengos de Monsaraz**, pessoa coletiva n.º 507 040 589, com sede à Praça da Liberdade, apartado 6, 7201-970 Reguengos de Monsaraz, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Gabriel Paixão Calixto, em ordem ao preceituado, designadamente, na alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pelo Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, adiante designado por **MUNICÍPIO**;

Ε,

Segundo Outorgante: A Subcomissão de Coordenação Regional do Alentejo para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, sita nas instalações da Administração Regional de Saúde do Alentejo, na Praça Joaquim António de Aguiar, nº 5, em Évora, neste ato representada pela Exma. Sra. Dra. Maria Cristina Miranda, na qualidade de Coordenador(a) da mesma, adiante designada como Subcomissão Regional.



Câmara Municipal

É celebrado o presente protocolo de colaboração, de harmonia com as orientações aprovadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula I

(Objeto)

O presente protocolo tem como objeto definir os termos e as condições de colaboração a prestar pelo Município e pela Subcomissão Regional, integrada no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, criado pelo Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro.

Cláusula II

(Âmbito Geográfico)

O âmbito territorial deste protocolo abrange o concelho de Reguengos de Monsaraz tendo em vista uma maior proximidade às crianças alvo de intervenção.

Cláusula III

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

- O Município no âmbito das atividades a desenvolver, compromete-se a:
- a) Colaborar com a Equipa Local de Intervenção (ELI) de Reguengos de Monsaraz e Mourão no âmbito das funções que lhe são inerentes, designadamente em atividades e serviços relacionados com a resposta educativa que envolvam crianças dos 0 aos 6 anos de idade:
- b) Sinalizar e encaminhar para a ELI de Reguengos de Monsaraz e Mourão as crianças com alterações nas funções e estruturas do corpo ou risco de atraso de desenvolvimento;
- c) Ceder a utilização da (s) piscina (s) coberta/descobertas à ELI de Reguengos de Monsaraz e Mourão para realizar terapias aquáticas, mediante planeamento de horário;
- d) Permitir a entrada gratuita na (s) piscina (s) coberta/descobertas, aos técnicos, às crianças e às famílias da Equipa de forma a proporcionar outros momentos de qualidade e de apoios diferenciados em contextos promotores de relação e de capacitação de outras competências às crianças e às respetivas famílias, identificadas pela Equipa;
- e) Apoiar na realização de atividades promovidas pela Equipa, nomeadamente na cedência de espaço (s) para a dinamização de ações promovidas pela ELI (workshops, congressos...);
- f) Divulgação da ELI na página do Município;
- g) Articulação entre a ELI e os serviços sociais do Município;
- h) Colaborar com a ELI dando-lhe apoio logístico (fotocópias, panfletos, cartazes, entre outros...);
- i) Envolver a ELI em atividades promovidas pelo Município direcionadas às crianças e/ou suas famílias, com o objetivo de promover e divulgar o trabalho em intervenção precoce, mediante disponibilidade da Equipa;
- j) Disponibilizar um autocarro, uma vez por ano, para visita com as famílias e as crianças, de acordo com a disponibilidade do município.

Cláusula IV

(Obrigações do Segundo Outorgante)

A Subcomissão Regional no âmbito das suas competências, compromete-se a:

a)Monitorizar a resposta dada pela ELI de Reguengos de Monsaraz e Mourão às necessidades de uma população dos 0 aos 6 anos de idade a respetivas famílias, com condições estabelecidas de deficiência ou em situação de adquirir numa linha de prevenção primária, secundária e terciária;



Câmara Municipal

b)Proceder à recolha, atualização da informação disponível e ao levantamento de dados do território abrangido pela ELI de Reguengos de Monsaraz e Mourão;

c)Promover de uma forma articulada com a ELI Reguengos de Monsaraz e Mourão de ações que visem a sensibilização da comunidade local no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI).

Cláusula V

(Sigilo)

Os outorgantes comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes a cooperação e consequentes ações/ atividades estabelecidas ao abrigo do presente protocolo.

Cláusula VI

(Revisão/ Renegociação do Protocolo)

O presente protocolo poderá ser objeto de renegociação, nomeadamente, quando haja necessidade de efetivar alterações ao seu teor, mediante aditamento ao mesmo, por forma a acautelar eventuais necessidades de introduzir modificações de caráter técnico/ legal nas ações a desenvolver ou uma modificação das condições de desenvolvimento das mesmas, devidamente justificadas e fundamentadas, desde que não alterem de forma significativa o protocolado entre os presentes outorgantes.

Cláusula VII

(Revogação por mútuo acordo)

- 1. Podem as partes fazer cessar este protocolo quando nisso expressamente acordem, e desde que do facto não resulte prejuízo para as crianças a acompanhar/ apoiar ou seja estabelecida uma alternativa adequada.
- 2. O acordo deve revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como estabelecer os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação, se aplicável.

Cláusula VIII

(Rescisão do Protocolo)

- 1. Sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza, inviabilizem a subsistência do acordo estabelecido, designadamente, o incumprimento culposo, reiterado ou grave, por parte de um dos outorgantes das obrigações consignadas no presente clausulado, das normas vigentes e das restantes disposições aplicáveis, constitui a outra parte no direito de resolver o presente acordo.
- 2. O presente protocolo pode ser denunciado por escrito, mediante carta registada com aviso de receção, por qualquer dos outorgantes, com a antecedência mínima de 60 dias, desde que por motivos devidamente justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias acima referidas.

Cláusula IX

(Disposições Transitórias)

- 1. Todas as dúvidas resultantes da interpretação, aplicação ou execução do presente protocolo, bem como da integração de lacunas, serão resolvidas por acordo entre as partes.
- 2. Por acordo das partes poderão introduzir-se novas cláusulas e/ou alterações as já existentes, mediante a outorga de Adendas adicionais ao presente protocolo.



Câmara Municipal

3. O presente protocolo sobrepõe-se a qualquer outro prévio protocolo, acordo ou entendimento contraditório com os termos expressos no presente clausulado.

Cláusula X (Vigência)

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e tem a duração de um ano, renovável por igual período, se não for denunciado por qualquer dos outorgantes nos termos da Cláusula X.

O presente protocolo é celebrado aos ... dias, do mês de de dois mil e dezoito, encontrando-se redigido em _____ páginas e dele foram feitos dois exemplares, que vão ser assinados pelos outorgantes, ficando um exemplar na posse de cada um dos mesmos.

Pel'O Município de Reguengos de Monsaraz

Pela Subcomissão de Coordenação Regional do Alentejo para o SNIPI"

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 87/VP/2018;
b) Aprovar, em harmonia, nomeadamente, do disposto nas alíneas r) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei
n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a minuta do Protocolo de
Colaboração a celebrar entre o Município de Reguengos de Monsaraz e a Subcomissão de Coordenação Regional do
Alentejo do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, a qual se encontra anexa à Proposta n.º 87/VP/2018
e aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos;
c)Mandatar o senhor Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, José Gabriel Paixão Calixto, a
assinar o sobredito Protocolo de Colaboração, em harmonia ao preceituado nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 35.º
do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, substituindo-
o, nas suas faltas e impedimentos, a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Élia de Fátima
Janes Quintas, e; d)
Determinar ao Gabinete Jurídico e de Auditoria e ao Serviço de Ação Social, do Município de Reguengos de Monsaraz,
a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução da presente
deliberação

Atribuição do Cartão Social do Munícipe



Câmara Municipal

"PROPOSTA N.º 88/VP/2018

ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO SOCIAL DO MUNÍCIPE

Considerando,

- -Que o Cartão Social destina-se a apoiar a população sénior, bem como os portadores de deficiência ou reformados por invalidez e os agregados familiares em situação de carência socioeconómica;
- Que, nos termos do disposto no n.º 1, do art. 5.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, podem ser beneficiários do Cartão Social do Munícipe, os cidadãos que residam no concelho de Reguengos de Monsaraz há, pelo menos 2 anos e que se enquadrem numa ou mais situações:
- a) ter idade igual ou superior a 65 anos;
- b) ter deficiência ou incapacidade igual ou superior a 60%;
- c) ser reformado(a) por invalidez;
- d) pertencer a agregado familiar em situação de carência socioeconómica.
- Que as pessoas indicadas nas alíneas a), b), e c), do n.º 1 do art.º 5.º do citado Regulamento, terão que estar cumulativamente em situação de carência socioeconómica (n.º 2, do art.º 5.º);
- Que foi apresentado no Serviço de Ação Social, 1 (um) requerimento a solicitar a renovação do Cartão Social e documentos necessários à análise da candidatura, pelo seguinte munícipe:
- 1. Arlindo Bico Saramago.
- Que o Serviço de Ação Social apreciou a candidatura apresentada para renovação do Cartão Social do Munícipe, procedendo à organização e análise do respetivo processo.

Somos a propor ao Executivo Municipal:

a) Nos termos do disposto no art.º 5.º e no art.º 13.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, a renovação do Cartão Social, pelos fundamentos seguintes, ao seguinte munícipe:

- 1. Arlindo Bico Saramago por pertencer a agregado familiar em situação de carência socioeconómica.
- b) Que seja determinado ao Serviço de Ação Social, do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da deliberação que recair sob a presente proposta."



Câmara Municipal

Atribuição dos apoios previstos no Cartão Social do Munícipe – comparticipação nas despesas efetuadas com a aquisição de medicamentos

"PROPOSTA N.º 89/VP/2018

ATRIBUIÇÃO DOS APOIOS PREVISTOS NO CARTÃO SOCIAL DO MUNICÍPE

Considerando.

- -Que o Cartão Social destina-se a apoiar a população sénior, bem como os portadores de deficiência ou reformados por invalidez e os agregados familiares em situação de carência socioeconómica;
- Que aos titulares do Cartão Social do Munícipe são atribuídas, na área da saúde, comparticipações nas despesas efectuadas com a aquisição de medicamentos, sempre que estes sejam considerados, pelo médico competente, como indispensáveis e sujeitos à taxa reduzida de IVA;
- Que para o ano de 2018, foi determinado comparticipar cada beneficiário do Cartão Social do Munícipe em 50% do valor das despesas efectuadas com a aquisição de medicamentos, sujeitos À tava reduzida de IVA, num limite máximo de 150€ por beneficiário.

Somos a propor ao Executivo Municipal:

a) Atribuir, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 10.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, os seguintes valores de comparticipações nas despesas com a aquisição de medicamentos aos seguintes titulares do Cartão Social do Munícipe:

NOME	VALOR TOTAL DAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS	COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ
António Manuel da Rosa Fernandes	11,20 €	3,71 € - A comparticipação do Município de Reguengos de Monsaraz atingiu o limite máximo aprovado, pelo que, o beneficiário apenas receberá a diferença entre os 150 € anuais e o valor já



Câmara Municipal

		recebido durante o ano de 2018.
Delfina Rosa Quadrilheiro Safara Ramalho	69,35 €	34,68 €
Liliana de Jesus Quintas Gonçalves	22,90 €	11,45 €
Francisco Manuel Cabeças	27,02€	13,51 €
Delfina dos Reis	11,53 €	5,77 €
Josefa Rosado Reis	79,42 €	39,71 €

b) Que seja determinado ao Serviço de Ação Social e à Divisão Financeira do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que recair sob a presente proposta."

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 89/VP/2018;
b) Em consonância, aprovar a atribuição dos apoios previstos aos munícipes titulares do Cartão Social do Munícipe,
nos exatos termos consignados; c)
Determinar ao Serviço de Ação Social e à Divisão de Gestão Financeira e Desenvolvimento Económico do Município
de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros,
inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação

Atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior público

"PROPOSTA N.º 90/VP/2018



Câmara Municipal

ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Considerando que:

O Município de Reguengos de Monsaraz tem como objetivo essencial a prossecução dos interesses próprios e específicos da sua população, particularmente no que concerne ao desenvolvimento concelhio a nível social, económico e cultural;

Considerando que nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro cabe aos Municípios promover e desenvolver ações que possam fomentar na sua área de circunscrição a educação e o ensino;

Considerando que a concessão de Bolsas de Estudo visa proporcionar apoio aos estudantes que, em virtude da sua situação económica, têm dificuldades em prosseguir os estudos nos Estabelecimentos de Ensino Superior Público;

Considerando que o incentivo à frequência de cursos superiores melhora o nível académico da população do Concelho;

Somos a propor ao Executivo Municipal:

- a) A abertura do procedimento público para atribuição de 10 Bolsas de Estudo a utilizar no ano letivo 2018/2019, com o valor de 150€ mensais cada, para os estudantes do Ensino Superior Público, residentes no Concelho de Reguengos de Monsaraz;
- b) A afixação nos locais de estilo do Edital de abertura dos procedimentos para apresentação de candidaturas e nomeação do júri para seleção e avaliação nos seguintes termos:
- i) Elsa Jesus Rodrigues Rolo Galhós, Técnica Superior (Animação Educativa e Sociocultural) na qualidade de Presidente do Júri;
- ii) Sónia Maria Medinas Canhão Cavaco, Técnica Superior (Investigação Social Aplicada) que substituirá o Presidente nas suas faltas, ausências e impedimentos;
- iii) João Filipe Esteves Casinha Técnico Superior (Gestão);

E na qualidade de membros suplentes:

- i) Nelson Fernando Nunes Galvão, Técnico Superior (Direito);
- ii) Inês Brites Bento, Técnica Superior (Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico);
- c) A adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros à cabal e integral execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta pelas Subunidades Orgânicas Educação e Contabilidade e Património do Município de Reguengos de Monsaraz."

Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 90/VP/2018;
b) Aprovar a abertura do procedimento público para atribuição de 10 Bolsas de Estudo a utilizar no ano letivo
2018/2019, com o valor de 150€ mensais cada, para os estudantes do Ensino Superior Público, residentes no Concelho
de Reguengos de Monsaraz;c)
Aprovar a afixação nos locais de estilo do Edital de abertura dos procedimentos para apresentação de candidaturas à
atribuição de bolsas de estudo no ano letivo 2018/2019;
d) Aprovar a constituição do júri para seleção e avaliação nos seguintes termos:
i) Elsa Jesus Rodrigues Rolo Galhós, Técnica Superior (Animação Educativa e Sociocultural) na qualidade de
Presidente do Júri;
ii) Sónia Maria Medinas Canhão Cavaco, Técnica Superior (Investigação Social Aplicada) que substituirá o
Presidente nas suas faltas, ausências e impedimentos;



Câmara Municipal

iii) João Filipe Esteves Casinha Técnico Superior (Gestão);
E na qualidade de membros suplentes:
i) Nelson Fernando Nunes Galvão, Técnico Superior (Chefe da Divisão de Administração Geral);
ii) Inês Brites Bento, Técnica Superior (Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico);
e)
Determinar às Subunidades Orgânicas Educação e Contabilidade e Património do Município de Reguengos de
Monsaraz a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros à cabal e integral execução
da presente deliberação
Direito à ocupação das lojas n.ºs 12, 17, 26 e 27 do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz
O senhor Vereador Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis, deu conta da Proposta n.º 21/VMS/2018, por
si firmada em 12 de Setembro de 2018, atinente ao direito à ocupação das lojas n.ºs 12, 17, 26 e 27 do Mercado
Municipal de Reguengos de Monsaraz; proposta cujo teor ora se transcreve:

"PROPOSTA N.º 21/VMS/2018 DIREITO À OCUPAÇÃO DAS LOJAS N.ºS12, 17, 26 € 27 DO MERCADO MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Considerando:

- Que as lojas n.º12, 17, 26 e 27 do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz se encontram vagas;
- Que é do interesse do Município que os locais de venda no Mercado Municipal se encontrem atribuídos e em exploração efetiva por forma a dinamizar-se a atividade deste equipamento municipal;
- Que nos termos do artigo 7.º do Regulamento do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz, aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2013, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião de 15 de maio de 2013, a atribuição das lojas é sempre efetuada de forma permanente;
- Que nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do referido Regulamento, a atribuição dos locais de venda com caráter permanente é efetuada por arrematação em hasta pública, a realizar numa das reuniões do executivo municipal;
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Regulamento, compete à Câmara Municipal definir os termos a que obedece o procedimento de concessão, nomeadamente estipulando o seu objeto, o valor mínimo dos lances, bem como o dia, hora e local para a sua realização;
- Que no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento encontram-se definidos os fins a que se destinam as lojas do Mercado;
- Que nos termos do n.º 3 do mesmo artigo 6.º, a Câmara Municipal poderá autorizar a venda de outros produtos ou artigos não incluídos nos n.ºs 1 e 2 desde que os mesmos não sejam insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;



Câmara Municipal

- Que nos termos do artigo 47.º da tabela de taxas, tarifas e preços do Município de Reguengos de Monsaraz são fixadas as taxas pelo arrendamento mensal de lojas e o valor mínimo do direito à ocupação;
- Que nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz o procedimento é anunciado por aviso ou edital a afixar nos lugares de estilo do concelho e na página eletrónica da autarquia,

Termos em que somos a propor ao executivo municipal que:

A)Delibere proceder à abertura de procedimento para atribuição do direito à ocupação das lojasn.ºs12, 17, 26 e 27do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz;

B)Delibere fixar como fim da exploração das lojas n.º 12, 17, 26 e 27qualquer ramo de atividade, desde que o mesmo não se traduza na venda de produtos ou artigos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos e o órgão executivo julgue adequado o fim da exploração proposto;

C)Aprove o Edital de publicitação do procedimento, que se anexa, e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;

D)Determine à Subunidade Orgânica Taxas e Licenças a adoção dos atos administrativos inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que vier a recair sobre a presente proposta."

----- Outrossim, a minuta do edital de publicitação do procedimento que ora se transcreve: -------

"EDITAL N.º xx/TLS/2018

HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS LOJASN.ºs 12,17, 26 e 27DO MERCADO MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ

José Gabriel Paixão Calixto, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, torna público que, em conformidade com a deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 19 de setembro de 2018, irá ser atribuído em hasta pública o direito de ocupação das lojas n.º 12, 17, 26 e 27do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz.

- 1. O fim da ocupação das Lojasn.ºs12, 17, 26 e 27 será qualquer ramo de atividade, desde que o mesmo não se traduza na venda de produtos ou artigos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos e o órgão executivo julgue adequado o fim da exploração proposto.
- 2. O direito de ocupação será solicitado mediante requerimento, a disponibilizar no Balcão Único Municipal ou na Subunidade Orgânica Taxas e Licenças, podendo, ainda, ser obtido na página eletrónica do Município de Reguengos de Monsaraz, em www.cm-reguengos-monsaraz.pt. Os requerimentos, devidamente preenchidos, deverão ser entreguespresencialmente na Subunidade Orgânica Taxas e Licenças do Município de Reguengos de Monsaraz, até às 16h30, do dia 30de outubro de 2018, ou remetidos, por correio registado com aviso de receção, para a seguinte morada: Praça da Liberdade, Apartado 6, 7201-970 Reguengos de Monsaraz, devendo ser rececionados até àquela data, sob pena de não serem aceites.
- 3. Se houver só um interessado não se realizará arrematação e o direito de ocupação será concedido mediante o pagamento da taxa mínima de ocupação.



Câmara Municipal

Se houver dois ou mais requerentes para ocupação de cada loja, efetuar-se-á arrematação em hasta pública perante o Executivo Municipal, na sua reunião ordinária a realizar no dia 31 de outubro de 2018, pelas 10h00, no Salão Nobre dos Paços do Município de Requengos de Monsaraz.

4. A taxa mínima do direito de ocupação, por cada loja,é de 534,00 € (quinhentos e trinta e quatro euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, e a taxa mensal de ocupação é de 106,80 € (cento e seis euros e oitenta cêntimos), acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

Os lances mínimos de licitação são fixados em 5 € (cinco euros).

Os arrematantes a quem for concedido o direito de ocupação, depositarão, no dia de entrega das lojas, caução no valor de 99,76 € (noventa e nove euros e setenta e seis cêntimos).

- 5. A concessão é feita pelo prazo de cinco anos, automaticamente renovável por períodos sucessivos de um ano, e pode ser denunciada, pelo titular do local de venda ou pela Câmara Municipal, com aviso prévio de 60 dias, contados do termo do prazo ou das suas renovações.
- 6. Qualquer pessoa singular ou coletiva não poderá ocupar mais de dois locais de venda no Mercado Municipal.
- 7. O Regulamento do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz, poderá ser obtido mediante pagamento das taxas devidas na Subunidade Orgânica Taxas e Licenças, ou obtido, gratuitamente, na página de internetdo Município, em www.cm-reguengos-monsaraz.pt.

Para constar e produzir efeitos legais se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de costume da área do Município e na sua página eletrónica.

Reguengos de Monsaraz, de x de setembro de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto"

Ponderado, apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou por
unanimidade:
a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 21/VMS/2018;
b) Proceder à abertura de procedimento para atribuição do direito à ocupação das lojas n.ºs12, 17, 26 e 27 do
Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz;
c) Fixar o fim da exploração das lojas n.º 12, 17, 26 e 27 qualquer ramo de atividade, desde que o mesmo não se
traduza na venda de produtos ou artigos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos e o órgão executivo julgue
adequado o fim da exploração proposto;
d) Aprovar o Edital de publicitação do procedimento, nos exatos termos consignados;
e) Determinar à Subunidade Orgânica Taxas e Licenças a adoção dos atos administrativos inerentes à cabal e
integral execução da presente deliberação



Câmara Municipal

Administração Urbanística

Licenciamento para obras de edificação – aprovação dos projetos das especialidades – Processo Administrativo n.º 08/2018

Presente o processo a	aministrativo n.º 06/2018, de que e illular Monzagal, Lda
O senhor Vereador da O	Câmara Municipal, Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis, deu conta da Informação
Técnica n.º URB/NV/054/20	18, de 13 de setembro de 2018, que ora se transcreve:
	"Informação Técnica N.º URB/NV/054/2018
Para:	Vereador Miguel Singéis
CC: De:	Serviço de Urbanismo
Assunto:	Licenciamento para obras de edificação – aprovação dos projetos das especialidades.
Utilização:	Parque de Campismo
Requerente:	Monzagal Lda.
Processo n.º:	08/2018
Data:	Reguengos de Monsaraz, 13 de setembro de 2018
Prédio	
Matriz:	Rústica
Designação:	Courela do Zagal
Artigo:	170
Descrição:	01015/310194 - Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz
Morada:	-
Freguesia:	Monsaraz

1.INTRODUÇÃO:

No seguimento da análise ao processo submetido pela Requerente para controlo prévio, estes serviços técnicos elaboraram as seguintes considerações que se revelam neste parecer interorgânico, endo-municipal de carácter obrigatório, em ordem ao preceituado no Código do Procedimento Administrativo e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adiante designado pelo acrónimo RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

2. ANTECEDENTES PROCESSUAIS E SANEAMENTO:

2.1 Antecedentes:



Câmara Municipal

O Requerente submeteu a controlo prévio, para efeitos de licenciamento ao abrigo do RJUE, o projeto de Arquitetura para obras de edificação, como se verifica no processo n.º 08/2018 devidamente apreciado, favoravelmente, na Informação Técnica n.º URB/NV/024/2018, de 18 de maio, do serviço de urbanismo, a qual mereceu deferimento da Câmara Municipal na reunião ordinária do dia 24 de maio de 2018.

2.2 Instrução:

Foram entregues os projetos de especialidades, tendo em conta a tipologia da operação urbanística, em ordem ao preceituado no n.º 16 da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril, devidamente acompanhados dos respetivos termos de responsabilidade dos autores.

3. CONCLUSÃO:

Face ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal: a) a aprovação dos projetos de especialidades e efetivo licenciamento;

b) a notificação da Requerente, caso se verifique o deferimento da pretensão, que deverá requerer a emissão do alvará de licença de obras de construção, nos prazos previstos no RJUE.

Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da Informação Técnica sobredita;
b) Aprovar os projetos de especialidades e efetivo o licenciamento;
c) Notificar a titular do processo, Monzagal, Lda., do teor da presente deliberação, bem como, de que devera
requerer a emissão do alvará de licença de obras de construção, nos prazos previstos no RJUE
Declaração de caducidade e renovação do processo administrativo n.º 26/2014
Presente o processo administrativo n.º 26/2014 , de que é titular Dar uns Pontos – Serviços Médicos, S.A
O senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Miguel da Silva Correia Tavares Singéis, deu conta da Informação
Técnica n.º URB/NV/055/2018, de 13 de setembro de 2018, que ora se transcreve:

"Informação Técnica N.º URB/NV/055/2018

Vereador Miguel Singéis

CC:	
De:	Serviço de Urbanismo
Assunto:	Declaração de caducidade e renovação do processo administrativo n.º 26/2014
Utilização:	Turismo
Requerente:	Dar uns Pontos – Serviços Médicos, S.A.
Processo n.º:	26/2014
Data:	Reguengos de Monsaraz, 13 de setembro de 2018

Para:



Câmara Municipal

Prédio	
Matriz:	Rústico
signação:	"Vale Castelo"
Artigo:	010.063.000
Descrição:	5344/20100324 - Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz
Morada:	
reguesia:	Reguengos de Monsaraz

1.INTRODUÇÃO:

No seguimento da análise ao processo submetido pela Requerente para controlo prévio, estes serviços técnicos elaboraram as seguintes considerações que se revelam neste parecer interorgânico, endo-municipal de carácter obrigatório, em ordem ao preceituado no Código do Procedimento Administrativo e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adiante designado pelo acrónimo RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL:

2.1 Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE):

O presente procedimento enquadra-se nos preceitos legais previstos nos artigos 71.º e 72 do RJUE.

3. SANEAMENTO:

3.1 Instrução:

O processo encontra-se corretamente instruído, tendo em conta a tipologia da operação urbanística, em ordem ao preceituado na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.

4. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:

4.1 Enquadramento no Plano Diretor Municipal (PDM):

Compulsado este Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT), e tendo em conta a localização do prédio relativo à pretensão da Requerente, verifica-se que a mesma se enquadra, na Planta de Ordenamento, na classe de espaço agro-silvo-pastoril, cumprindo o preconizado no artigo 33.º do Regulamento.

No que concerne à Planta de Condicionantes, não se verifica a existência de qualquer servidão ou restrição de utilidade pública que colida com a pretensão.

5. ENQUADRAMENTO DA CADUCIDADE E LICENÇA ESPECIAL:



Câmara Municipal

5.1 Caducidade:

O processo administrativo reúne as condições previstas no artigo 71.º do RJUE para que seja declarado caducado. Relativamente à audiência prévia dos interessados, os mesmos não se opuseram à conclusão do procedimento.

5.1. Renovação:

Face à análise ao processo submetido, verifica-se que não existem quaisquer alterações de fato e de direito que impeçam a renovação do processo. Bem assim, deverão ser utilizados, no novo processo, os elementos instrutórios existentes no processo original. Foram entregues todos os documentos passíveis de atualização, bem como as certificações que não eram aplicáveis à data do projeto original e que atualmente são exigíveis.

6. CONCLUSÃO:

Face ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal:
a) A declaração de caducidade do processo administrativo n.º 26/2014;

b) A renovação do processo administrativo n.º 26/2014."

Ponderado, apreciado	e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da Inf	ormação Técnica sobredita;
b) Declarar a caducidad	e do processo administrativo n.º 26/2014;
c) Declarar a renovaçã	o do processo administrativo n.º 26/2014;
d) Notificar o titular do p	rocesso, Dar Uns Pontos – Serviços Médicos, S.A., do teor da presente deliberação
Licenciamento para obra	s de alterações – aprovação do projeto de Arquitetura – Processo Administrativo n.º 05/2018
•	administrativo n.º 05/2018, de que é titular Joaquim Almeida Lagareiro
	018, de 13 de setembro de 2018, que ora se transcreve:
Toomou II. ONB/INV/000/20	"Informação Técnica N.º URB/NV/056/2018
Para: CC:	Vereador Miguel Singéis
De:	Serviço de Urbanismo
Assunto:	Licenciamento para obras de alterações – aprovação do projeto de Arquitetura.
Utilização:	Estabelecimento de Restauração e Bebidas
Requerente:	Joaquim Almeida Lagareiro
Processo n.º:	05/2018



Câmara Municipal

Data:	Reguengos de Monsaraz, 13 de setembro de 2018
Prédio	
Matriz:	Urbano
Designação:	
Artigo:	1168
Descrição:	1174/19950918 - Conservatória do Registo Predial de Reguengos de Monsaraz
Morada:	Rua das Parreiras n.º 2, Monsaraz
Freguesia:	Monsaraz

1. INTRODUÇÃO:

No seguimento da análise ao processo submetido pelo Requerente para controlo prévio, estes serviços técnicos elaboraram as seguintes considerações que se revelam neste parecer interorgânico, endo-municipal de carácter obrigatório, em ordem ao preceituado no Código do Procedimento Administrativo e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adiante designado pelo acrónimo RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL:

2.1 Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE):

A presente pretensão está sujeita ao regime de licença administrativa por se enquadrar nas operações urbanísticas previstas na alínea d), do n.º 2, do Artigo 4.º do RJUE.

3. SANEAMENTO:

3.1 Instrução:

De acordo com as peças escritas e desenhadas que integram o processo em epígrafe, conclui-se que o projeto se encontra corretamente instruído, tendo em conta a tipologia da operação urbanística, em ordem ao preceituado nos n.ºs 15 e 16, do capítulo III, da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril, devidamente acompanhado dos respetivos termos de responsabilidade dos autores. Assim sendo, verificou-se a possibilidade de se proceder à análise urbanística e arquitetónica da proposta.

4. PROPOSTA:

"O edificio a intervir, apesar de estar bem localizado e apresentar uma remodelação profunda efetuada em 2003, necessita de uma melhor adequação às novas funções e utilização. Assim para além da alteração fundamental de criação de uma cozinha e zonas de balcão e atendimento, foi critério de intervenção a criação de uma varanda, aproveitando uma parte da cobertura, independente da principal, de forma a privilegiar a vista e a contemplação da paisagem e da água do lago do Alqueva. Desta forma a intervenção criava a possibilidade do edificio, apenas virado para o interior de si mesmo, como para a vista mais urbana da vila de Monsaraz, alargar valências dando lhe uma perspetiva da amplitude visual, característica dos espaços desta natureza já existentes.



Câmara Municipal

A restante intervenção passa pelo alargamento de um vão existente, e a abertura de dois outros vãos, perfeitamente enquadrados, e localização e dimensões."

In Memória Descritiva

5. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:

5.1 Enquadramento no Plano Diretor Municipal (PDM):

Compulsado este Plano Municipal de Ordenamento do Território, e tendo em conta a localização do prédio relativo à pretensão do Requerente, verifica-se que a mesma se enquadra, na Planta de Ordenamento, na classe de espaço urbano, considerando-se cumpridos os preceitos regulamentares previstos no artigo o 30.º, do Regulamento.

No que concerne à Planta de Condicionantes, verifica-se a existência da servidão permanente às fortificações e todo o conjunto intramuros da vila de Monsaraz – Decreto-Lei n.º 516/71, de 22 de Novembro e respetiva ZEP. Assim, foi emitido parecer favorável condicionado pela Delegação Regional de Cultura do Alentejo (DRCALEN) conforme se verifica no oficio n.º DRCALEN-S-2018/461892, de 15 de junho.

No âmbito do parecer supracitado o requerente procedeu à entrega de novos elementos neste Município, nomeadamente mapa de vãos que foram remetidos para a Direção Regional de Cultura do Alentejo no dia 19 de julho.

Desta forma, e uma vez que os prazos estipulados para pronuncia de entidades externas explanadas pelo n.º 4, do Artigo 13.º do RJUE foram amplamente ultrapassados, aplica-se o n.º 5 em articulação com o n.º 6 do mesmo artigo do RJUE.

6. ANÁLISE E CONCLUSÃO:

6.1 Análise:

Relativamente à intervenção proposta não se verifica qualquer inconveniente na sua concretização face a tratar-se de uma intervenção que visa valorizar o enquadramento patrimonial do edificio.

6.2 Conclusão:

Face ao exposto, propõe-se à Câmara Municipal:

a) a aprovação do projeto de arquitetura;

b) a notificação do Requerente, caso se verifique o deferimento da pretensão, que deverá apresentar os projetos das especialidades, nos prazos previstos no RJUE."

Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da Informação Técnica sobredita;a)
b) Aprovar o projeto de arquitetura;
c) Notificar o titular do processo, Joaquim Almeida Lagareiro, do teor da presente deliberação, bem como, de que
deverá apresentar os projetos das especialidades, nos prazos previstos no RJUE



Câmara Municipal

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que nos termos do disposto no artigo 49.º do Anexo I à Lei nº.
75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, fixava-se o período
de intervenção aberto ao público Não
se verificou qualquer intervenção
Aprovação em Minuta
A presente ata ficou lavrada, lida e aprovada em minuta, por unanimidade, no final da reunião de harmonia com o
preceituado no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime
jurídico das autarquias locais
E nada mais havendo a apreciar, o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Gabriel Paixão Calixto, deu por
encerrada a reunião. Eram doze horas e quarenta e cinco minutos
E eu na qualidade de Secretário desta
Câmara Municipal de Requengos de Monsaraz lavrei, li e subscrevi a presente ata